



O documento foi entregue para CVM e B3

Empresa

Código CVM:

00152-0

Nome

BARDELLA S.A. INDUSTRIAS MECANICAS

Protocolo de Recebimento:

001520FRE201920190500090717-83

Tipo de Arquivo:

Formulário de Referência

Versão:

5

Data de Referência:

01/01/2019

Data de Entrega:

04/02/2020 08:29

****Atenção: A atualização desse protocolo no sistema EmpresasNet é automática. Caso essa atualização não ocorra automaticamente, o protocolo de recebimento deste documento deve ser atualizado no sistema através da função "Manutenção do Protocolo"!**

Imprimir

Índice

1. Responsáveis Pelo Formulário

1.0 - Identificação dos responsáveis	1
1.1 – Declaração do Diretor Presidente	2
1.2 - Declaração do Diretor de Relações Com Investidores	3
1.3 - Declaração do Diretor Presidente/relações Com Investidores	4

2. Auditores Independentes

2.1/2.2 - Identificação E Remuneração Dos Auditores	5
2.3 - Outras Informações Relevantes	6

3. Informações Financ. Selecionadas

3.1 - Informações Financeiras	7
3.2 - Medições Não Contábeis	8
3.3 - Eventos Subsequentes às Últimas Demonstrações Financeiras	9
3.4 - Política de Destinação Dos Resultados	11
3.5 - Distribuição de Dividendos E Retenção de Lucro Líquido	12
3.6 - Declaração de Dividendos À Conta de Lucros Retidos ou Reservas	13
3.7 - Nível de Endividamento	14
3.8 - Obrigações	15
3.9 - Outras Informações Relevantes	16

4. Fatores de Risco

4.1 - Descrição Dos Fatores de Risco	17
4.2 - Descrição Dos Principais Riscos de Mercado	19
4.3 - Processos Judiciais, Administrativos ou Arbitrais Não Sigilosos E Relevantes	23
4.4 - Processos Judiciais, Administrativos ou Arbitrais Não Sigilosos Cujas Partes Contrárias Sejam Administradores, Ex-administradores, Controladores, Ex-controladores ou Investidores	26
4.5 - Processos Sigilosos Relevantes	27
4.6 - Processos Judiciais, Administrativos ou Arbitrais Repetitivos ou Conexos, Não Sigilosos E Relevantes em Conjunto	28
4.7 - Outras Contingências Relevantes	29

Índice

4.8 - Regras do País de Origem e do País em Que os Valores Mobiliários Estão Custodiados	30
5. Gerenciamento de Riscos E Controles Internos	
5.1 - Política de Gerenciamento de Riscos	31
5.2 - Política de Gerenciamento de Riscos de Mercado	32
5.3 - Descrição Dos Controles Internos	33
5.4 - Programa de Integridade	34
5.5 - Alterações significativas	35
5.6 - Outras inf. relev. - Gerenciamento de riscos e controles internos	36
6. Histórico do Emissor	
6.1 / 6.2 / 6.4 - Constituição do Emissor, Prazo de Duração E Data de Registro na Cvm	37
6.3 - Breve Histórico	38
6.5 - Informações de Pedido de Falência Fundado em Valor Relevante ou de Recuperação Judicial ou Extrajudicial	40
6.6 - Outras Informações Relevantes	42
7. Atividades do Emissor	
7.1 - Descrição Das Principais Atividades do Emissor E Suas Controladas	43
7.1.a - Informações específicas de sociedades de economia mista	46
7.2 - Informações Sobre Segmentos Operacionais	47
7.3 - Informações Sobre Produtos E Serviços Relativos Aos Segmentos Operacionais	48
7.4 - Clientes Responsáveis Por Mais de 10% da Receita Líquida Total	59
7.5 - Efeitos Relevantes da Regulação Estatal Nas Atividades	60
7.6 - Receitas Relevantes Provenientes do Exterior	61
7.7 - Efeitos da Regulação Estrangeira Nas Atividades	62
7.8 - Políticas Socioambientais	63
7.9 - Outras Informações Relevantes	64
8. Negócios Extraordinários	
8.1 - Negócios Extraordinários	65
8.2 - Alterações Significativas na Forma de Condução Dos Negócios do Emissor	66

Índice

8.3 - Contratos Relevantes Celebrados Pelo Emissor E Suas Controladas Não Diretamente Relacionados Com Suas Atividades Operacionais	67
8.4 - Outras Inf. Relev. - Negócios Extraord.	68
9. Ativos Relevantes	
9.1 - Bens do Ativo Não-circulante Relevantes - Outros	69
9.1 - Bens do Ativo Não-circulante Relevantes / 9.1.a - Ativos Imobilizados	77
9.1 - Bens do Ativo Não-circulante Relevantes / 9.1.b - Ativos Intangíveis	78
9.1 - Bens do Ativo Não-circulante Relevantes / 9.1.c - Participações em Sociedades	79
9.2 - Outras Informações Relevantes	82
10. Comentários Dos Diretores	
10.1 - Condições Financeiras E Patrimoniais Gerais	83
10.2 - Resultado Operacional E Financeiro	94
10.3 - Eventos Com Efeitos Relevantes, Ocorridos E Esperados, Nas Demonstrações Financeiras	98
10.4 - Mudanças Significativas Nas Práticas Contábeis - Ressalvas e Ênfases no Parecer do Auditor	99
10.5 - Políticas Contábeis Críticas	107
10.6 - Itens Relevantes Não Evidenciados Nas Demonstrações Financeiras	115
10.7 - Comentários Sobre Itens Não Evidenciados Nas Demonstrações Financeiras	116
10.8 - Plano de Negócios	117
10.9 - Outros Fatores Com Influência Relevante	118
11. Projeções	
11.1 - Projeções Divulgadas E Premissas	119
11.2 - Acompanhamento E Alterações Das Projeções Divulgadas	120
12. Assembléia E Administração	
12.1 - Descrição da Estrutura Administrativa	121
12.2 - Regras, Políticas E Práticas Relativas às Assembleias Gerais	127
12.3 - Regras, Políticas E Práticas Relativas ao Conselho de Administração	131
12.4 - Descrição da Cláusula Compromissória Para Resolução de Conflitos Por Meio de Arbitragem	132

Índice

12.5/6 - Composição E Experiência Profissional da Administração E do Conselho Fiscal	133
12.7/8 - Composição Dos Comitês	138
12.9 - Existência de Relação Conjugal, União Estável ou Parentesco Até O 2º Grau Relacionadas A Administradores do Emissor, Controladas E Controladores	139
12.10 - Relações de Subordinação, Prestação de Serviço ou Controle Entre Administradores E Controladas, Controladores E Outros	140
12.11 - Acordos, Inclusive Apólices de Seguros, Para Pagamento ou Reembolso de Despesas Suportadas Pelos Administradores	142
12.12 - Outras informações relevantes	143

13. Remuneração Dos Administradores

13.1 - Descrição da Política ou Prática de Remuneração, Inclusive da Diretoria Não Estatutária	144
13.2 - Remuneração Total do Conselho de Administração, Diretoria Estatutária E Conselho Fiscal	145
13.3 - Remuneração Variável do Conselho de Administração, Diretoria Estatutária E Conselho Fiscal	148
13.4 - Plano de Remuneração Baseado em Ações do Conselho de Administração E Diretoria Estatutária	149
13.5 - Remuneração Baseada em Ações	150
13.6 - Opções em Aberto	151
13.7 - Opções Exercidas E Ações Entregues	152
13.8 - Precificação Das Ações/opções	153
13.9 - Participações Detidas Por Órgão	154
13.10 - Informações Sobre Planos de Previdência Conferidos Aos Membros do Conselho de Administração E Aos Diretores Estatutários	155
13.11 - Remuneração Individual Máxima, Mínima E Média do Conselho de Administração, da Diretoria Estatutária E do Conselho Fiscal	156
13.12 - Mecanismos de Remuneração ou Indenização Para os Administradores em Caso de Destituição do Cargo ou de Aposentadoria	157
13.13 - Percentual na Remuneração Total Detido Por Administradores E Membros do Conselho Fiscal Que Sejam Partes Relacionadas Aos Controladores	158
13.14 - Remuneração de Administradores E Membros do Conselho Fiscal, Agrupados Por Órgão, Recebida Por Qualquer Razão Que Não A Função Que Ocupam	159
13.15 - Remuneração de Administradores E Membros do Conselho Fiscal Reconhecida no Resultado de Controladores, Diretos ou Indiretos, de Sociedades Sob Controle Comum E de Controladas do Emissor	160
13.16 - Outras Informações Relevantes	161

14. Recursos Humanos

14.1 - Descrição Dos Recursos Humanos	162
---------------------------------------	-----

Índice

14.2 - Alterações Relevantes - Recursos Humanos	163
14.3 - Descrição da Política de Remuneração Dos Empregados	164
14.4 - Descrição Das Relações Entre O Emissor E Sindicatos	166
14.5 - Outras Informações Relevantes - Recursos Humanos	167
15. Controle E Grupo Econômico	
15.1 / 15.2 - Posição Acionária	168
15.3 - Distribuição de Capital	174
15.4 - Organograma Dos Acionistas E do Grupo Econômico	175
15.5 - Acordo de Acionistas Arquivado na Sede do Emissor ou do Qual O Controlador Seja Parte	176
15.6 - Alterações Relevantes Nas Participações Dos Membros do Grupo de Controle E Administradores do Emissor	177
15.7 - Principais Operações Societárias	178
15.8 - Outras Informações Relevantes - Controle E Grupo Econômico	179
16. Transações Partes Relacionadas	
16.1 - Descrição Das Regras, Políticas E Práticas do Emissor Quanto À Realização de Transações Com Partes Relacionadas	183
16.2 - Informações Sobre as Transações Com Partes Relacionadas	184
16.3 - Identificação Das Medidas Tomadas Para Tratar de Conflitos de Interesses E Demonstração do Caráter Estritamente Comutativo Das Condições Pactuadas ou do Pagamento Compensatório Adequado	189
16.4 - Outras Informações Relevantes - Transações Com Partes Relacionadas	190
17. Capital Social	
17.1 - Informações Sobre O Capital Social	191
17.2 - Aumentos do Capital Social	192
17.3 - Informações Sobre Desdobramentos, Grupamentos E Bonificações de Ações	193
17.4 - Informações Sobre Reduções do Capital Social	194
17.5 - Outras Informações Relevantes	195
18. Valores Mobiliários	
18.1 - Direitos Das Ações	196

Índice

18.2 - Descrição de Eventuais Regras Estatutárias Que Limitem O Direito de Voto de Acionistas Significativos ou Que os Obriguem A Realizar Oferta Pública	197
18.3 - Descrição de Exceções E Cláusulas Suspensivas Relativas A Direitos Patrimoniais ou Políticos Previstos no Estatuto	198
18.4 - Volume de Negociações E Maiores E Menores Cotações Dos Valores Mobiliários Negociados	199
18.5 - Outros Valores Mobiliários Emitidos no Brasil	200
18.5.a - Número de Titulares de Valores Mobiliários	201
18.6 - Mercados Brasileiros em Que Valores Mobiliários São Admitidos À Negociação	202
18.7 - Informação Sobre Classe E Espécie de Valor Mobiliário Admitida À Negociação em Mercados Estrangeiros	203
18.8 - Títulos Emitidos no Exterior	204
18.9 - Ofertas Públicas de Distribuição	205
18.10 - Destinação de Recursos de Ofertas Públicas	206
18.11 - Ofertas Públicas de Aquisição	207
18.12 - Outras Inf. Relev. - Val. Mobiliários	208
19. Planos de Recompra/tesouraria	
19.1 - Informações Sobre Planos de Recompra de Ações do Emissor	209
19.2 - Movimentação Dos Valores Mobiliários Mantidos em Tesouraria	210
19.3 - Outras Inf. Relev. - Recompra/tesouraria	211
20. Política de Negociação	
20.1 - Informações Sobre A Política de Negociação de Valores Mobiliários	212
20.2 - Outras Informações Relevantes	213
21. Política de Divulgação	
21.1 - Descrição Das Normas, Regimentos ou Procedimentos Internos Relativos À Divulgação de Informações	214
21.2 - Descrição da política de divulgação de ato ou fato relevante e dos procedimentos relativos à manutenção de sigilo sobre informações relevantes não divulgadas	215
21.3 - Administradores Responsáveis Pela Implementação, Manutenção, Avaliação E Fiscalização da Política de Divulgação de Informações	217
21.4 - Outras Informações Relevantes	218

1.0 - Identificação dos responsáveis

Nome do responsável pelo conteúdo do formulário

José Roberto Mendes da Silva

Cargo do responsável

Diretor Presidente/Relações com Investidores

Nome do responsável pelo conteúdo do formulário

Cargo do responsável

1.1 – Declaração do Diretor Presidente

1.1 – Declaração do Diretor Presidente

DECLARAÇÃO

O Diretor Presidente e Diretor de Relações com Investidores da empresa BARDELLA S/A INDÚSTRIAS MECÂNICAS , declara que reviu o Formulário de Referência; que todas as informações contidas no documento atendem ao disposto na Instrução CVM nº 480 de 07/12/2009, em especial aos artigos 14 a 19; e que o conjunto de informações nele contido é um retrato verdadeiro, preciso e completo da situação econômico-financeira do emissor e dos riscos inerentes às suas atividades e dos valores mobiliários por ele emitidos.

São Paulo, 23 de Maio de 2019.

JOSÉ ROBERTO MENDES DA SILVA

Diretor-Presidente e Diretor de Relações com Investidores

1.2 - Declaração do Diretor de Relações Com Investidores

1.2 – Declaração do Diretor de Relações com Investidores

DECLARAÇÃO

O Diretor Presidente e Diretor de Relações com Investidores da empresa BARDELLA S/A INDÚSTRIAS MECÂNICAS , declara que reviu o Formulário de Referência; que todas as informações contidas no documento atendem ao disposto na Instrução CVM nº 480 de 07/12/2009, em especial aos artigos 14 a 19; e que o conjunto de informações nele contido é um retrato verdadeiro, preciso e completo da situação econômico-financeira do emissor e dos riscos inerentes às suas atividades e dos valores mobiliários por ele emitidos.

São Paulo, 23 de Maio de 2019.

JOSÉ ROBERTO MENDES DA SILVA

Diretor-Presidente e Diretor de Relações com Investidores

1.3 - Declaração do Diretor Presidente/relações Com Investidores**1.3 – Declaração do Diretor Presidente / Relações com Investidores****DECLARAÇÃO**

O Diretor Presidente e Diretor de Relações com Investidores da empresa BARDELLA S/A INDÚSTRIAS MECÂNICAS , declara que reviu o Formulário de Referência; que todas as informações contidas no documento atendem ao disposto na Instrução CVM nº 480 de 07/12/2009, em especial aos artigos 14 a 19; e que o conjunto de informações nele contido é um retrato verdadeiro, preciso e completo da situação econômico-financeira do emissor e dos riscos inerentes às suas atividades e dos valores mobiliários por ele emitidos.

São Paulo, 23 de Maio de 2019.

JOSÉ ROBERTO MENDES DA SILVA

Diretor-Presidente e Diretor de Relações com Investidores

2.1/2.2 - Identificação E Remuneração Dos Auditores

Possui auditor?	SIM
Código CVM	315-8
Tipo auditor	Nacional
Nome/Razão social	UHY BENDORAYTES & CIA AUDITORES INDEPENDENTES
CPF/CNPJ	42.170.852/0001-77
Data Início	01/01/2019
Descrição do serviço contratado	Auditoria e emissão de parecer sobre as demonstrações financeiras individuais e consolidadas anuais e revisões especiais das informações trimestrais individuais e consolidadas (ITR's) da Companhia e suas Controladas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil.
Montante total da remuneração dos auditores independentes segregado por serviço	O montante total de remuneração dos auditores independentes, conforme descrição dos serviços contratados, para a Companhia e suas Controladas, do exercício social a findar-se em 31 de dezembro de 2019 será de R\$ 145.000,00
Justificativa da substituição	A mudança decorre da necessidade constante de redução de custos em meio à queda da atividade econômica, principalmente na indústria de bens de Capital sob encomenda.

Razão apresentada pelo auditor em caso da discordância da justificativa do emissor

Nome responsável técnico	DATA_INICIO_ATUACAO	CPF	Endereço
GEYSA BENDORAYTES E SILVA	01/01/2019	076.252.107-40	Av. João Cabral de Melo Neto, 850, Bl 3-salas: 1301/2e3, Barra da Tijuca, Rio de Janeiro, RJ, Brasil, CEP 22775-057, Telefone (21) 33854662, Fax (21) 33854662, e-mail: marcos.dias@uhy-br.com

2.3 - Outras Informações Relevantes

2.3 – Outras informações relevantes

Não existem outras informações relevantes.

3.1 - Informações Financeiras - Consolidado

(Reais)	Exercício social (31/12/2018)	Exercício social (31/12/2017)	Exercício social (31/12/2016)
Patrimônio Líquido	106.730.000,00	211.966.000,00	321.011.000,00
Ativo Total	821.968.000,00	838.044.000,00	902.838.000,00
Rec. Liq./Rec. Intermed. Fin./Prem. Seg. Ganhos	93.699.000,00	136.638.000,00	264.736.000,00
Resultado Bruto	25.295.000,00	11.185.000,00	4.283.000,00
Resultado Líquido	-95.862.000,00	-97.755.000,00	-101.126.000,00
Número de Ações, Ex-Tesouraria (Unidades)	1.600.000	1.600.000	1.600.000
Valor Patrimonial da Ação (Reais Unidade)	66,710000	132,480000	200,630000
Resultado Básico por Ação	-59,910000	-61,100000	-63,200000

3.2 - Medições Não Contábeis

3.2 – Medições não contábeis

Não aplicável.

3.3 - Eventos Subsequentes às Últimas Demonstrações Financeiras

3.3 – Eventos subsequentes às últimas demonstrações financeiras

Em 26 de julho de 2019, a Companhia apresentou Pedido de Recuperação Judicial, o qual foi deferido em 07 de agosto de 2019. Foram publicados os seguintes fatores relevantes, os quais estão disponíveis nos sites da Companhia (<http://www.bardella.com.br/>) e da Comissão de Valores Mobiliários (www.cvm.gov.br): :

BARDELLA S.A. INDÚSTRIAS MECÂNICAS

Companhia Aberta CNPJ no 60.851.615/0001-53

FATO RELEVANTE

A **BARDELLA S.A. INDÚSTRIAS MECÂNICAS** (B3: BDLL3 e BDLL4) (“Bardella” ou “Companhia”), em atendimento ao art. 157, §4º da Lei no 6.404/76 e nos termos da Instrução CVM no 358/02, informa aos seus acionistas e ao mercado em geral que ajuizou, nesta data, pedido de recuperação judicial junto à 9ª Vara Cível de Guarulhos, Estado de São Paulo, sob o nº 1026974-06.2019.8.26.0224 (“Recuperação Judicial”), a fim de reorganizar suas obrigações junto a seus credores. A Companhia optou por esse movimento devido à necessidade de buscar proteção para a repactuação de seu passivo e de suas controladas, junto aos seus fornecedores e garantir a perenidade da operação.

A Companhia, apesar de seus esforços em conjunto com fornecedores, entidades financeiras, empregados e ex-empregados, vem sendo alvo de pedidos de falência, decisões judiciais de penhora de faturamento e execução de garantias em contratos financeiros, além do fato do mercado de bens de capital ainda não apresentar sinais de recuperação, que colocam em risco a continuidade de suas operações e de suas controladas. Assim sendo, a Companhia julga que a apresentação do pedido de Recuperação Judicial é a medida mais adequada nesse momento. O objetivo é proteger o grupo neste momento crítico, fazendo com que a Companhia e suas controladas retomem sua estabilidade e, posteriormente, seu crescimento econômico, preservando a continuidade de suas operações e os fornecimentos em curso.

O total de débitos do grupo informado no pedido de Recuperação Judicial soma, aproximadamente, R\$ 387 milhões. O plano de recuperação será apresentado aos credores dentro do prazo legal.

A Recuperação Judicial não altera, de forma alguma, as operações da Companhia e suas controladas, que seguem operando normalmente afim de performar seus contratos em carteira.

A Bardella é uma Companhia com 108 anos de história, presente em todas as fases de desenvolvimento do país, fonte de emprego e renda para milhares de famílias brasileiras. A Companhia tem a certeza de que o momento crítico será superado da mesma forma que tantas outras dificuldades foram superadas ao longo de sua história.

José Roberto Mendes da Silva

DIRETOR DE RELAÇÕES COM O MERCADO

BARDELLA S.A. INDÚSTRIAS MECÂNICAS

Companhia Aberta CNPJ nº 60.851.615/0001-53

FATO RELEVANTE

3.3 - Eventos Subsequentes às Últimas Demonstrações Financeiras

A **BARDELLA S.A. INDÚSTRIAS MECÂNICAS** (B3: BDLL3 e BDLL4) (“Bardella” ou “Companhia”), em atendimento ao art. 157, §4º da Lei nº 6.404/76 e nos termos da Instrução CVM nº 358/02, em continuidade ao aviso de fato relevante divulgado no dia 26 de julho de 2019, informa aos seus acionistas e ao mercado em geral que, no dia 07 de agosto de 2019, a 9ª Vara Cível de Guarulhos, Estado de São Paulo, deferiu, nos autos do processo nº 1026974-06.2019.8.26.0224 (“Recuperação Judicial”), o processamento da recuperação judicial da Companhia e de suas Controladas, Barefame Instalações Industriais Ltda (“Barefame”), Bardella Administradora de Bens e Empresas e Corretora de Seguros Ltda (“BABECS”) e Duraferro Indústria e Comércio Ltda (“Duraferro”) nos termos do artigo 52 da Lei no 11.101/2005 (“LRF”).

A decisão judicial de deferimento, dentre outras providências, determinou o seguinte:

- i) Nomeação da LASPRO CONSULTORES LTDA., inscrita no CNPJ nº 22.223.371/0001-75, representada pelo Sr. Oreste Nestor de Souza Laspro, com sede à Rua Major Quedinho, 111, 18º andar, Consolação, São Paulo e endereço eletrônico bardella@laspro.com.br para atuar como administrador judicial no Processo de Recuperação Judicial;
- ii) Suspensão de todas as ações e execuções atualmente em curso contra a Companhia e sua Controladas, pelo prazo de 180 dias corridos, nos termos do artigo 6º da LRF
- iii) Expedição de edital, nos termos do artigo 52, § 1º da LRF, com prazo de 15 dias corridos contados da data da sua publicação, para apresentação de habilitações e/ou divergências de créditos no âmbito do Processo de Recuperação Judicial; e
- iv) Apresentação do plano de recuperação judicial do grupo no prazo de 60 dias corridos a contar da publicação da decisão judicial de deferimento, nos termos do artigo 53 da LRF.

A íntegra da decisão judicial de deferimento, bem como retificação realizada em 08 de agosto de 2019 encontram-se anexas a este aviso de fato relevante.

Conforme divulgado ao mercado em ocasiões anteriores, a Companhia optou pelo ajuizamento do Processo de Recuperação Judicial devido à necessidade de buscar proteção para a repactuação dos passivos das recuperandas e garantir a perenidade da operação.

A Recuperação Judicial não altera, de forma alguma, as operações da Companhia e suas Controladas, que seguem operando normalmente afim de performar seus contratos em carteira e futuros pedidos.

A documentação e as informações relativas à Recuperação Judicial estão à disposição na sede da Companhia, na página de Relações com Investidores da Companhia (<http://www.bardella.com.br/>) e no site da Comissão de Valores Mobiliários (www.cvm.gov.br).

São Paulo, 08 de Agosto de 2019

José Roberto Mendes da Silva

DIRETOR DE RELAÇÕES COM O MERCADO

3.4 - Política de Destinação Dos Resultados

3.4. Política de Destinação dos Resultados dos 3 últimos exercícios sociais.

Para os 3 últimos exercícios sociais, a política de Destinação dos Resultados foram as mesmas:

a) Regras sobre retenção de lucros

Conforme Estatuto Social da Companhia, o exercício social corresponderá ao período de 1º de janeiro a 31 de dezembro de cada ano.

A 31 de dezembro de cada ano, serão levantados o Balanço Patrimonial e demais demonstrações financeiras exigidas em lei, observando-se o seguinte, em relação ao resultado: do lucro líquido do exercício (artigo 191 da Lei nº 6.404/76), 5% (cinco por cento) serão aplicados para a constituição do fundo de reserva legal, o qual não excederá de 20% (vinte por cento) do Capital Social.

Outras reservas poderão ser constituídas pela Companhia na forma e limites legais.

b) Regras sobre distribuição de dividendos

Conforme Estatuto Social da Companhia, os acionistas têm direito a receber como dividendo obrigatório, em cada exercício, no mínimo 25% (vinte e cinco por cento) do lucro líquido ajustado nos termos do artigo 202 da Lei nº 6.404/76 com a redação que lhe foi dada pela Lei nº 10.303/01, ressalvados os direitos das ações preferenciais.

O direito de reclamar dividendos prescreve em 3 (três) anos, contados da data em que foi aprovada a distribuição.

As ações preferenciais não terão direito a voto, mas gozarão das seguintes vantagens:

- a) prioridade na distribuição de dividendos mínimos de 8% (oito por cento) ao ano, calculados sobre o respectivo capital e não cumulativos;
- b) participação proporcional nos aumentos de capital na forma de legislação vigente.

c) Periodicidade das distribuições de dividendos

Anual.

d) Eventuais restrições à distribuição de dividendos impostas por legislação ou regulamentação especial aplicável ao emissor, assim como contratos, decisões judiciais, administrativas ou arbitrais

Não há restrições para distribuição de dividendos até o mínimo obrigatório previsto em lei.

3.5 - Distribuição de Dividendos E Retenção de Lucro Líquido

(Reais)	Exercício social 31/12/2018	Exercício social 31/12/2017	Exercício social 31/12/2016
Lucro líquido ajustado	-95.862.000,00	-97.755.000,00	-101.126.000,00
Dividendo distribuído em relação ao lucro líquido ajustado (%)	0,000000	0,000000	0,000000
Taxa de retorno em relação ao patrimônio líquido do emissor (%)	0,000000	0,000000	0,000000
Dividendo distribuído total	0,00	0,00	0,00
Lucro líquido retido	0,00	0,00	0,00
Data da aprovação da retenção			

Lucro líquido retido	Exercício social 31/12/2018		Exercício social 31/12/2017		Exercício social 31/12/2016	
	Montante	Pagamento dividendo	Montante	Pagamento dividendo	Montante	Pagamento dividendo
Preferencial	0,00		0,00		0,00	

3.6 - Declaração de Dividendos À Conta de Lucros Retidos ou Reservas

3.6 Informar se, nos 3 últimos exercícios sociais, foram declarados dividendos a conta de lucros retidos ou reservas constituídas em exercícios sociais anteriores:

Com base na política de dividendos, a Companhia propôs a distribuição do lucro líquido, nos períodos apresentados abaixo:

Exercício de 2018: Na Assembleia Geral Ordinária realizada em 30/04/2019, “O Sr. Presidente considerou que não havendo lucro no exercício nem tampouco lucros acumulados e, devido a crise econômica que se mantém no país e suas consequências já observadas nos últimos exercícios sociais, com elevado nível de inadimplência, suspensões de contratos, cancelamentos de concorrências e total falta de investimento em infraestrutura e capacidade de produção, o que levou a companhia a enfrentar situação de dificuldade econômica e apuração de resultados negativos. Isto posto, submeteu aos Conselheiros a proposta de não distribuir dividendos por falta de condições financeiras tanto para as ações ordinárias quanto para as ações preferenciais conforme Artigo 6º, alínea “a” do Estatuto Social”. Os Conselheiros por unanimidade concordaram com a proposta, a qual deverá ser submetida à Assembleia Geral Ordinária, tendo sido a proposta acolhida e aprovada por maioria.

Exercício de 2017: Na Assembleia Geral Ordinária realizada em 30/04/2018, “O Sr. Presidente considerou que não havendo lucro no exercício nem tampouco lucros acumulados e, devido a crise econômica instalada no país, que se manteve do ano anterior e também intensificada no último exercício social, com elevação da inadimplência, suspensões de contratos, cancelamentos de concorrências e total falta de investimento em infraestrutura, levou a empresa a uma situação de dificuldade econômica e apuração de um resultado negativo. Isto posto, submeteu aos Conselheiros a proposta de não distribuir dividendos por falta de condições financeiras tanto para as ações ordinárias quanto para as ações preferenciais conforme Artigo 6º, alínea “a” do Estatuto Social. Os Conselheiros por unanimidade concordaram com a proposta, a qual deverá ser submetida à Assembleia Geral Ordinária”, tendo sido a proposta acolhida e aprovada por maioria.

Exercício de 2016: Na Assembleia Geral Ordinária realizada em 28/04/2017, o Sr. O Sr. Presidente considerou que não havendo lucro no exercício nem tampouco lucros acumulados e, devido a crise econômica instalada no país, que se manteve do ano anterior e também intensificada no último exercício social, com elevação da inadimplência, suspensões de contratos, cancelamentos de concorrências e total falta de investimento em infraestrutura, levou a empresa a uma situação de dificuldade econômica e apuração de um resultado negativo. Isto posto, submeteu aos Conselheiros a proposta de não distribuir dividendos por falta de condições financeiras tanto para as ações ordinárias quanto para as ações preferenciais conforme Artigo 6º, alínea “a” do Estatuto Social, tendo sido acolhida e aprovada por unanimidade pelos Conselheiros.

3.7 - Nível de Endividamento

Exercício Social	Soma do Passivo Circulante e Não Circulante	Tipo de índice	Índice de endividamento	Descrição e motivo da utilização de outro índice
31/12/2018	715.238.000,00	Índice de Endividamento	6,70000000	

3.8 - Obrigações

Exercício social (31/12/2018)							
Tipo de Obrigação	Tipo de Garantia	Outras garantias ou privilégios	Inferior a um ano	Um a três anos	Três a cinco anos	Superior a cinco anos	Total
Financiamento	Garantia Real		22.253,00	74.355,00	97.445,00	16.948,00	211.001,00
Financiamento	Quirografárias		2.613,00	0,00	0,00	0,00	2.613,00
Total			24.866,00	74.355,00	97.445,00	16.948,00	213.614,00
Observação							

3.9 - Outras Informações Relevantes

3.9 – Outras informações relevantes

Não existem outras informações relevantes.

4.1 - Descrição Dos Fatores de Risco

4.1 – Descrição dos fatores de risco

a. à Companhia

As operações da Companhia e suas controladas estão sujeitas aos fatores de riscos abaixo descritos:

Risco de crédito

Decorre da possibilidade da Companhia e suas controladas sofrerem perdas decorrentes de inadimplência de suas contrapartes ou de instituições financeiras depositárias de recursos ou de investimentos financeiros. Para mitigar esses riscos, a Companhia e suas controladas adotam como prática a análise das situações financeira e patrimonial de suas contrapartes, assim como a definição de limites de crédito e acompanhamento permanente das posições em aberto. Entretanto as respectivas situações atuais dos fluxos de caixas contratuais dos projetos estão sujeitas aos riscos de atrasos de pagamentos por parte dos clientes e suspensões de contratos. No que tange às instituições financeiras, a Companhia e suas controladas somente realizam operações com instituições financeiras de baixo risco avaliadas por agências de *rating*.

Em função do agravamento da crise econômica, principalmente a partir do segundo trimestre de 2015, houve um aumento na inadimplência por parte dos clientes de produtos seriados e serviços (Nota explicativa 6). Para garantir o recebimento dos créditos, a Companhia e suas controladas estão tomando as medidas aplicáveis em função da situação econômica financeira de cada cliente inadimplente.

Em 31 de dezembro de 2018, o risco de crédito totaliza R\$ 122.700 na controladora e R\$ 96.039 no consolidado (R\$ 103.904 e R\$ 81.634 em 31/12/2017, respectivamente) correspondendo aos valores classificados como custo amortizável (empréstimos e recebíveis) líquidos dos adiantamentos de clientes. Esses valores já consideram a mudança de prática contábil, conforme nota explicativa 3.4 – subtítulo “*Mensuração de Ativos e Passivos*”.

Risco de liquidez

Risco de liquidez é o risco da Companhia e suas controladas encontrarem dificuldades em cumprir as obrigações associadas com seus passivos financeiros que são liquidados com pagamentos em caixa ou com outro ativo financeiro. A abordagem da Companhia na administração da liquidez é de garantir, na medida do possível, liquidez suficiente para cumprir com suas obrigações no vencimento, tanto em condições normais como de estresse, sem causar perdas inaceitáveis ou risco de prejudicar a reputação da Companhia e suas controladas.

Risco de preço das mercadorias vendidas ou produzidas ou dos insumos adquiridos

Decorre da possibilidade de oscilação dos preços de mercado dos produtos comercializados ou produzidos pela Companhia e suas controladas e dos demais insumos utilizados no processo de produção. Essas oscilações de preços podem provocar alterações substanciais nas receitas e nos custos da Companhia e suas controladas. Para mitigar esses riscos, a Companhia e suas controladas monitoram permanentemente os mercados locais e internacionais, buscando antecipar-se a movimentos de preços.

Risco de taxas de juros

Decorre da possibilidade da Companhia e suas controladas sofrerem ganhos ou perdas decorrentes de oscilações de taxas de juros incidentes sobre seus ativos e passivos financeiros. Visando à mitigação desse tipo de risco, a Companhia e suas controladas buscam diversificar a captação de recursos em termos de taxas prefixadas ou pós-fixadas, e em determinadas circunstâncias podem ser efetuadas operações de *hedge* para travar o custo financeiro das operações.

4.1 - Descrição Dos Fatores de Risco

Sensibilidade de taxa de juros sobre empréstimos e financiamentos

A tabela abaixo demonstra a sensibilidade a uma possível mudança nas taxas de juros, mantendo-se todas as outras variáveis constantes no lucro consolidado antes da tributação. Com relação ao patrimônio líquido consolidado, o impacto apresentado não é significativo.

A oscilação estimada em pontos base para a análise de sensibilidade a taxas de juros é baseada nas taxas atualmente praticadas no ambiente de mercado correlacionada as taxas negociadas nos contratos das empresas que compõem o Patrimônio.

Risco de taxas de câmbio

Decorre da possibilidade de oscilações das taxas de câmbio das moedas estrangeiras utilizadas pela Companhia e suas controladas para aquisição de insumos, venda de produtos e contratação de instrumentos financeiros. A Companhia e suas controladas avaliam permanentemente a possibilidade de contratação de operações de *hedge* para mitigar esses riscos.

4.2 - Descrição Dos Principais Riscos de Mercado

4.2 Descrever, quantitativa e qualitativamente, os principais riscos de mercado a que o emissor está exposto, inclusive em relação a riscos cambiais e a taxa de juros

Risco de crédito

Decorre da possibilidade da Companhia e suas controladas sofrerem perdas decorrentes de inadimplência de suas contrapartes ou de instituições financeiras depositárias de recursos ou de investimentos financeiros. Para mitigar esses riscos, a Companhia e suas controladas adotam como prática a análise das situações financeira e patrimonial de suas contrapartes, assim como a definição de limites de crédito e acompanhamento permanente das posições em aberto. Entretanto as respectivas situações atuais dos fluxos de caixas contratuais dos projetos estão sujeitas aos riscos de atrasos de pagamentos por parte dos clientes e suspensões de contratos. No que tange às instituições financeiras, a Companhia e suas controladas somente realizam operações com instituições financeiras de baixo risco avaliadas por agências de *rating*.

Em função do agravamento da crise econômica, principalmente a partir do segundo trimestre de 2015, houve um aumento na inadimplência por parte dos clientes de produtos seriados e serviços (Nota explicativa 6). Para garantir o recebimento dos créditos, a Companhia e suas controladas estão tomando as medidas aplicáveis em função da situação econômica financeira de cada cliente inadimplente.

Em 31 de dezembro de 2018, o risco de crédito totaliza R\$ 122.700 na controladora e R\$ 96.039 no consolidado (R\$ 103.904 e R\$ 81.634 em 31/12/2017, respectivamente) correspondendo aos valores classificados como custo amortizável (empréstimos e recebíveis) líquidos dos adiantamentos de clientes. Esses valores já consideram a mudança de prática contábil, conforme nota explicativa 3.4 – subtítulo “*Mensuração de Ativos e Passivos*”.

Risco de liquidez

Risco de liquidez é o risco da Companhia e suas controladas encontrarem dificuldades em cumprir as obrigações associadas com seus passivos financeiros que são liquidados com pagamentos em caixa ou com outro ativo financeiro. A abordagem da Companhia na administração da liquidez é de garantir, na medida do possível, liquidez suficiente para cumprir com suas obrigações no vencimento, tanto em condições normais como de estresse, sem causar perdas inaceitáveis ou risco de prejudicar a reputação da Companhia e suas controladas.

Passivos Financeiros não derivativos

Fluxos de Caixa Contratuais Projetados	31/12/2018						Controladora
	Contábil	Projetado	0 a 2 meses	2 a 12 meses	1 a 2 anos	2 a 5 anos	> 5 anos
				61.988			
Empréstimos bancários garantidos	211.000	235.392	68	22.964	80.304	112.061	19.995
Empréstimos bancários não garantidos	2.614	2.697	285	2.412	-	-	-
Fornecedores	68.531	68.531	1.528	61.988	5.015	-	-
Fornecedores - Partes relacionadas	25.781	25.781	-	-	-	25.781	-
Dividendos	65	65	-	65	-	-	-
Total da dívida	307.991	332.466	1.881	87.429	85.319	137.842	19.995

Fluxos de Caixa Contratuais Projetados	31/12/2018						Consolidado
	Contábil	Projetado	0 a 2 meses	2 a 12 meses	1 a 2 anos	2 a 5 anos	> 5 anos
				22.964			
Empréstimos bancários garantidos	211.001	235.392	68	22.964	80.304	112.061	19.995
Empréstimos bancários não garantidos	2.613	2.697	285	2.412	-	-	-
Fornecedores	81.405	81.405	2.058	74.332	5.015	-	-
Fornecedores - Partes relacionadas	12.578	12.578	-	-	-	12.578	-
Dividendos	806	806	-	806	-	-	-
Total da dívida	308.403	332.878	2.411	100.514	85.319	124.639	19.995

4.2 - Descrição Dos Principais Riscos de Mercado

Risco de preço das mercadorias vendidas ou produzidas ou dos insumos adquiridos

Decorre da possibilidade de oscilação dos preços de mercado dos produtos comercializados ou produzidos pela Companhia e suas controladas e dos demais insumos utilizados no processo de produção. Essas oscilações de preços podem provocar alterações substanciais nas receitas e nos custos da Companhia e suas controladas. Para mitigar esses riscos, a Companhia e suas controladas monitoram permanentemente os mercados locais e internacionais, buscando antecipar-se a movimentos de preços.

Risco de taxas de juros

Decorre da possibilidade da Companhia e suas controladas sofrerem ganhos ou perdas decorrentes de oscilações de taxas de juros incidentes sobre seus ativos e passivos financeiros. Visando à mitigação desse tipo de risco, a Companhia e suas controladas buscam diversificar a captação de recursos em termos de taxas prefixadas ou pós-fixadas, e em determinadas circunstâncias podem ser efetuadas operações de *hedge* para travar o custo financeiro das operações.

Sensibilidade de taxa de juros sobre empréstimos e financiamentos

A tabela abaixo demonstra a sensibilidade a uma possível mudança nas taxas de juros, mantendo-se todas as outras variáveis constantes no lucro consolidado antes da tributação. Com relação ao patrimônio líquido consolidado, o impacto apresentado não é significativo.

	Aumento/Redução em pontos base	Efeito no Lucro antes da tributação	Efeito no Patrimônio antes da tributação
31/12/2018	+ 100	(2.131)	(2.131)
	+ 150	(3.197)	(3.197)
	- 50	1.065	1.065
	- 100	2.131	2.131
31/12/2017	+ 100	(1.969)	(1.969)
	+ 150	(2.954)	(2.954)
	-25	984	984
	- 50	1.969	1.969

A oscilação estimada em pontos base para a análise de sensibilidade a taxas de juros é baseada nas taxas atualmente praticadas no ambiente de mercado correlacionada as taxas negociadas nos contratos das empresas que compõem o Patrimônio.

Risco de taxas de câmbio

Decorre da possibilidade de oscilações das taxas de câmbio das moedas estrangeiras utilizadas pela Companhia e suas controladas para aquisição de insumos, venda de produtos e contratação de instrumentos financeiros. A Companhia e suas controladas avaliam permanentemente a possibilidade de contratação de operações de *hedge* para mitigar esses riscos.

Os saldos de ativos e passivos denominados em moeda estrangeira estão demonstrados conforme segue:

4.2 - Descrição Dos Principais Riscos de Mercado

Natureza do Saldo	Controladora		
	31/12/2018	31/12/2017	Moeda
Importações de materiais	545	467	EUR
Importações de materiais	937	673	USD

Natureza do Saldo	Consolidado		
	31/12/2018	31/12/2017	Moeda
Importações de materiais	545	467	EUR
Importações de materiais	937	673	USD

Análise de sensibilidade de oscilações das taxas de câmbio de moedas estrangeiras

A tabela abaixo demonstra a sensibilidade a uma possível mudança nas taxas de câmbio do dólar, mantendo-se todas as outras variáveis constantes no lucro consolidado antes da tributação.

	Aumento/Redução em Percentual s/ taxa de câmbio	Efeito no Lucro antes da tributação	Efeito no Patrimônio antes da tributação
31/12/2018	+25%	(370)	(370)
	+50%	(741)	(741)
	-25%	370	370
31/12/2017	-50%	741	741
	+25%	(284)	(284)
	+50%	(569)	(569)
	-25%	284	284
	-50%	569	569

Risco de estrutura de capital (ou risco financeiro)

Decorre da escolha entre capital próprio (aportes de capital e retenção de lucros) e capital de terceiros que a Companhia e as suas controladas fazem para financiar suas operações. Para mitigar os riscos de liquidez e a otimização do custo médio ponderado do capital, a Companhia e suas controladas monitoram permanentemente os níveis de endividamento buscando mantê-los de acordo com os padrões de mercado e o cumprimento de índices (*covenants*), quando aplicáveis, previstos em contratos de empréstimos e financiamentos.

Não houve alterações quanto aos objetivos, políticas ou processos durante o período findo em 31 de dezembro de 2018.

Índices de alavancagem financeira (Exigível total – ET / Patrimônio Líquido – PL):

4.2 - Descrição Dos Principais Riscos de Mercado

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2018	31/12/2017	31/12/2018	31/12/2017
Empréstimos e financiamentos	213.613	197.381	213.613	197.381
Fornecedores	94.312	93.023	93.983	90.503
Provisão IR e CSLL	-	-	3.541	3.921
Dividendos e juros sobre capital próprio	65	65	65	65
Adiantamento de clientes	48.556	50.996	58.656	59.633
Provisão de férias e encargos	6.187	9.071	8.958	11.859
Provisão para contingências	8.791	4.593	10.981	6.008
Provisão IR e CSLL diferidos	75.995	75.486	78.273	79.965
Outros	280.056	216.644	247.168	193.336
Dívida líquida	727.575	647.259	715.238	642.671
Patrimônio líquido	106.730	211.966	106.730	211.966
Patrimônio líquido e dívida líquida	834.305	859.225	821.968	854.637
Coefficiente de alavancagem	6,82	3,05	6,70	3,03

Risco de concentração de negócios

Considerando as características do mercado de bens de capitais de longo prazo de fabricação, a Companhia e suas controladas estão sujeitas ao risco de concentração de negócios.

4.3 - Processos Judiciais, Administrativos ou Arbitrais Não Sigilosos E Relevantes

4.3 – Processos judiciais, administrativos ou arbitrais não sigilosos e relevantes

Provisão para demandas judiciais

A Companhia e suas controladas são partes passivas em ações judiciais e processos administrativos perante vários tribunais e órgãos governamentais, decorrentes do curso normal das operações, envolvendo questões tributárias, trabalhistas, aspectos cíveis e outros assuntos.

A Administração, com base em avaliação de seus assessores jurídicos, constituiu provisão em montante considerado suficiente para cobrir as prováveis perdas estimadas com as ações em curso, como segue:

Movimentação dos processos no exercício

	31/12/2017			Controladora
	Saldo Inicial	Adição de provisões	Reversão/Utilização de provisões	31/12/2018 Saldo final
Trabalhistas/cíveis	4.324	5.104	(790)	8.638
Tributárias:				
.Federal	116	-	(116)	-
.Municipal	153	-	-	153
Subtotal tributárias	269	-	(116)	153
	4.593	5.104	(906)	8.791

	31/12/2017			Consolidado
	Saldo Inicial	Adição de provisões	Reversão/Utilização de provisões	31/12/2018 Saldo final
Trabalhistas/cíveis	5.739	6.548	(1.459)	10.828
Tributárias:				
.Federal	116	-	(116)	-
.Municipal	153	-	-	153
Subtotal tributárias	269	-	(116)	153
	6.008	6.548	(1.575)	10.981

Prováveis

Demandas trabalhistas e cíveis

Não foram identificados processos individualmente relevantes. Dos processos existentes são pleiteadas verbas como: horas extras, férias, adicional de periculosidade, insalubridade, dentre outras. Atualmente existem processos trabalhistas e cíveis em curso contra a Companhia e suas controladas, para os quais foram provisionados R\$ 8.638 na controladora (em 31 de dezembro de 2017 era R\$ 4.324) e R\$10.828 no consolidado (em 31 de dezembro de 2017 o valor era de R\$ 5.739), relativos aos processos classificados por nossa assessoria jurídica como perda provável.

Demandas tributárias

A Companhia e suas controladas possuem processos administrativos e judiciais relativos a demandas tributárias em andamento nos quais são partes, sendo que, para as contingências classificadas pelos nossos assessores jurídicos como provável exigência de recursos, foi provisionado na controladora R\$ 153 (em 31 de dezembro de 2017 era de R\$ 269) e no consolidado R\$ 153 (em 31 de dezembro de 2017 era de R\$ 269).

Possíveis

Para os processos trabalhistas no montante Consolidado de R\$ 38.720 (em 31 de dezembro de 2017 era de R\$ 21.765), cíveis no montante Consolidado de R\$ 19.656 (em 31 de dezembro de 2017 era de R\$

4.3 - Processos Judiciais, Administrativos ou Arbitrais Não Sigilosos E Relevantes

14.004) e tributários no montante Consolidado de R\$ 12.813 (em 31 de dezembro de 2017 era de R\$ 17.210), avaliados pelos assessores jurídicos como sendo de risco “possível”, no montante total dos valores das causas de R\$ 71.189 (em 31 de dezembro de 2017 era de R\$ 52.980), nenhuma provisão foi constituída.

Das contingências classificadas como possíveis, os processos considerados relevantes referem-se as demandas tributárias e cíveis onde se discute:

- Incidência de contribuição social sobre o lucro líquido correspondente a exportações efetuadas no ano de 1989: R\$ 3.441;

Processo n. : 90.0010029-2

- a) Juízo: 11º Vara Cível Federal de São Paulo
- b) Instância: Retorno do TRF para a 1ª instância
- c) Data da instauração: 1990
- d) Partes no processo: Receita Federal vs Bardella S/A Indústrias Mecânicas
- e) Valores, bens ou direitos envolvidos: 3.441 mil
- f) Principais fatos: Incidência de Contribuição Social sobre o Lucro Líquido correspondente a exportações efetuadas no ano de 1989.
- g) Chance de perda: possível
- h) Impacto em caso de perda: 3.441 mil
- i) Valor provisionado em 31/12/17: Não provisionado
- j) Depósito judicial: Garantia em bens.

- Exigência de ICMS sobre equipamentos exportados com o benefício de Drawback em 1995, 1996 e 1997: R\$ 5.673;

Processo n.: 0124964-76.2011.8.26.0100

- a) Juízo: Vara das Execuções Fiscais Estaduais da Capital de São Paulo
- b) Instância: 2ª instância
- c) Data da instauração: 29/09/2010
- d) Partes no processo: Fazenda do Estado de São Paulo
- e) Valores, bens ou direitos envolvidos: 5.673 mil
- f) Principais fatos: Exigência de ICMS sobre equipamentos exportados com o benefício do drawback.
- g) Chance de perda: possível
- h) Impacto em caso de perda: 5.673 mil
- i) Valor provisionado em 31/12/17: Não provisionado
- j) Depósito judicial: Fiança bancária

- Diferenças contratuais em serviços prestados na década de 90: R\$ 10.283.

Processo n.: 053.02.026046-9

- a) Juízo: Tribunal de Justiça – São Paulo.
- b) Instância: 2ª Instância
- c) Data da instauração: 08/10/2002
- d) Partes no processo: Ministério Público de São Paulo vs Barefame Instalações Industriais Ltda. e outros.
- e) Valores, bens ou direitos envolvidos: R\$ 23.975,1 mil
- f) Principais fatos:
Trata-se de ação civil pública onde se discute diferença de BDI em contrato executado.
- g) Chance de perda: possível

4.3 - Processos Judiciais, Administrativos ou Arbitrais Não Sigilosos E Relevantes

- h) Impacto em caso de perda: R\$ 10.283 mil
- i) Valor provisionado: Não provisionado
- j) Depósito judicial: Não há

4.4 - Processos Judiciais, Administrativos ou Arbitrais Não Sigilosos Cujas Partes Contrárias Sejam Administradores, Ex-administradores, Controladores, Ex-controladores ou Investidores

4.4 – Processos judiciais, administrativos ou arbitrais não sigilosos cujas partes contrárias sejam administradores, ex-administradores, controladores, ex-controladores ou investidores

Não existem processos judiciais, administrativos ou arbitrais não sigilosos em que nossa Companhia ou suas Controladas sejam parte e cujas partes contrárias sejam administradores ou ex-administradores, controladores ou ex-controladores ou investidores da Companhia ou de suas controladas.

4.5 - Processos Sigilosos Relevantes

4.5 – Processos sigilosos relevantes

Não existem processos sigilosos relevantes em que nossa Companhia ou suas Controladas sejam parte que não tenham sido divulgados nos itens 4.3 e 4.4.

4.6 - Processos Judiciais, Administrativos ou Arbitrais Repetitivos ou Conexos, Não Sigilosos E Relevantes em Conjunto

4.6 – Processos judiciais, administrativos ou arbitrais repetitivos ou conexos, não sigilosos e relevantes em conjunto

Não aplicável.

4.7 - Outras Contingências Relevantes

4.7 – Outras contingências relevantes

Não existem outras contingências relevantes não abrangidas pelos itens anteriores.

4.8 - Regras do País de Origem e do País em Que os Valores Mobiliários Estão Custodiados

4.8 Regra-país origem / país custodiante

Não aplicável.

5.1 - Política de Gerenciamento de Riscos

5.1 Descrição da política de gerenciamento dos fatores de risco adotada pelo emissor

Os riscos a que a Companhia e suas Controladas estão sujeitas estão resumidos no itens 4.1 e 4.2.

5.2 - Política de Gerenciamento de Riscos de Mercado

5.2 – Descrição da política de gerenciamento de riscos de mercado

Manutenção de caixa e de linhas de créditos junto às instituições financeiras a níveis adequados ao tipo de produto e negócios da Companhia com o objetivo de minimizar riscos de liquidez. Identificação antecipada de situações que possam exigir a contratação de operações de hedge com o objetivo de minimizar os riscos financeiros da Companhia.

a. riscos para os quais se busca proteção

Riscos cambiais

b. estratégia de proteção patrimonial (hedge)

Quando aplicável, os instrumentos financeiros a serem contratados são definidos em relação ao risco a ser coberto, situação financeira e de crédito da Companhia, cenário de mercado, além de covenants contratuais, análise de crédito e spread a ser cobrado pela instituição financeira.

c. instrumentos utilizados para proteção patrimonial (hedge)

Vide item “b” acima

d. parâmetros utilizados para o gerenciamento desses riscos

Contratos de hedge, quando aplicável, limitam-se à cobertura necessária. São precificados segundo as metodologias de mercado vigentes.

e. se o emissor opera instrumentos financeiros com objetivos diversos de proteção patrimonial (hedge) e quais são esses objetivos

Não opera

f. estrutura organizacional de controle de gerenciamento de riscos

O Estatuto prevê que, em caso de oferecimento de garantias reais ou oneração de bens imóveis, as operações devem ser previamente autorizadas pelo Conselho de Administração. Os casos omissos no estatuto serão resolvidos pela Diretoria, “ad referendum” do Conselho de Administração.

g. adequação da estrutura operacional e controles internos para verificação da efetividade da política adotada

Os Controles Internos são regulados pelas Normas Administrativas, Instruções de Trabalho, Procedimentos e Manuais integrantes do Sistema de Gestão Integrada.

5.3 - Descrição Dos Controles Internos

5.3 Controles adotados pelo emissor para assegurar a elaboração de demonstrações financeiras contábeis

Os sistemas contábeis e de controles internos adotados pela Empresa são adequados ao tipo de atividade e volume de transações da Companhia.

Recomendações presentes no relatório do auditor, quando aplicável, são consideradas e confrontadas com os procedimentos de Controles Internos os quais são revisados quando necessário.

5.4 - Programa de Integridade

5.4 – Programa de Integralidade

Em implantação.

5.5 - Alterações significativas

5.5 Alterações significativas nos principais riscos a que o emissor está exposto ou na política de gerenciamento de riscos adotada, comentando, ainda, eventuais expectativas de redução ou aumento na exposição do emissor a tais riscos

Em 2018, o PIB (Produto Interno Bruto) cresceu 1,1% em relação a 2017 após alta de 1,1% em 2017 e retrações de 3,3% em 2016 e 3,5% em 2015. Nessa comparação, houve estagnação na Agropecuária (0,1%), discreto crescimento na indústria (0,6%) e crescimento nos Serviços (1,3%).

A produção da indústria nacional cresceu 1,1% em 2018, mas com ritmo abaixo do verificado em 2017 (2,5%), quando interrompeu três anos de quedas seguidas. Em 2016 o recuo foi de 6,4%, 8,3% em 2015 e de 3% em 2014 (IBGE).

A categoria de bens de capital para fins industriais teve perda de 1,4% na produção física em 2018, afetada principalmente por bens de capital para fins industriais não seriados (-12,0%). A queda acumulada da produção física de bens de capital desde 2012 é de 22,9% (IBGE).

A relativa recuperação dos preços do petróleo e do minério de ferro manteve-se em grande parte de 2018, entretanto terminaram o ano com preços abaixo de dezembro de 2017. Não houve impacto significativo na retomada de investimentos nas áreas de Mineração e de Óleo e Gás. As áreas de equipamentos para usinas hidrelétricas e usinas nucleares continuaram estagnadas, com a ausência de novos projetos de investimentos em novas unidades ou retomada de projetos suspensos (usina nuclear).

O crédito bancário continua altamente seletivo.

5.6 - Outras inf. relev. - Gerenciamento de riscos e controles internos

5.6 Outras informações relevantes – Gerenciamento de riscos e controles internos

Não há outras informações que a Companhia julgue relevante.

6.1 / 6.2 / 6.4 - Constituição do Emissor, Prazo de Duração E Data de Registro na Cvm

Data de Constituição do Emissor	11/02/1911
Forma de Constituição do Emissor	Sociedade por ações
País de Constituição	Brasil
Prazo de Duração	Prazo de Duração Indeterminado
Data de Registro CVM	26/11/1969

6.3 - Breve Histórico

6.3 – Breve histórico

Em 1.911, a economia do Estado de São Paulo girava em torno do principal produto de exportação no Brasil: o café.

Alguns ricos fazendeiros que cultivavam café, já inclinavam-se para a diversificação do seu ramo de atuação procurando novos caminhos. Foi justamente nesse período que iniciou-se a implantação do parque industrial paulista. Levas de imigrantes começavam a fazer parte do cenário de São Paulo, oferecendo sua força de trabalho à indústria que nascia.

ANTONIO BARDELLA era um daqueles imigrantes. Depois de muita luta, trabalhando como aprendiz de ferreiro, conseguiu fundar uma pequena oficina, onde, utilizando apenas uma forja manual, produzia e reparava elementos de transmissão, como mancais, luvas de junção, eixos e polias.

Veio então a primeira Guerra Mundial. O Brasil, com todas as suas importações bloqueadas, viu-se obrigado a apressar o processo de industrialização, e as fábricas souberam responder aos desafios. Recondicionavam-se peças e motores importados, reaproveitavam-se equipamentos e máquinas, iniciava-se enfim a produção industrial brasileira.

Em 1916, as “OFFICINAS BARDELLA” adquiriram seu primeiro torno e instalaram sua primeira fundição. No princípio dos anos 20 sua produção de máquinas para serrarias atingia uma escala considerada ampla para a época.

Em 1927 lançavam um projeto inédito e de marcante significado para a indústria do Brasil: a primeira ponte rolante brasileira. Desde aqueles tempos, portanto, além de sua grande preocupação em levar adiante projetos industriais e fabricação de máquinas e equipamentos que respondessem com perfeição às necessidades e exigências de um país em vertiginoso crescimento, revelava-se uma constante busca de novas áreas para atuação, de que é exemplo a instalação do processo de trefilação, voltado para suprir o mercado brasileiro de um produto do qual até então ele estava carente: Aços Trefilados.

Em 1940, sua razão social passava para ANTONIO BARDELLA & CIA LTDA.

Em 1942, para sua atual denominação: BARDELLA S/A INDÚSTRIAS MECÂNICAS.

Vergalhões de aço eram agrupados à sua linha de fabricação. Prever as necessidades do mercado, e a elas antecipar-se, consolidava-se como objetivo maior da companhia.

Nas décadas de 1950 e 1960, nossas linhas de produtos foram ampliadas, iniciando-se nessa época a fabricação de pontes rolantes siderúrgicas, turbinas hidráulicas e equipamentos hidromecânicos, tornando-se necessário mais espaço em nossa fábrica.

Nessa oportunidade foi adquirido um terreno com 108.440,70 m² em Cumbica - Guarulhos, na grande São Paulo, onde foi instalado nosso parque fabril, com área construída de 65.622,52 m².

Todavia, suas fronteiras não ficaram restritas a Cumbica. Nos anos 70, surgiram suas empresas associadas: BAREFAME INSTALAÇÕES INDUSTRIAIS LTDA e foi adquirido um terreno de 100.000 m² na cidade de Sorocaba – São Paulo, onde está localizada uma filial com área construída de 36.339,32 m².

Nos anos 80 constituímos a ENERGO AGRO INDUSTRIAL LTDA.

Conforme fatos relevantes divulgados ao mercado durante os meses de junho e julho de 2010, e de acordo com autorização dada pelo Conselho de Administração em 26 de julho de 2010, a venda dos ativos florestais (terras e florestas) foi concluída em 23 de agosto de 2010, pelo valor bruto total de R\$ 119.498 (cento e

6.3 - Breve Histórico

dezenove milhões, quatrocentos e noventa e oito mil reais), recebido à vista. Em decorrência da venda das terras, foi vendido também o plantel de gado.

De 2001 até março de 2009, a Bardella S/A Indústrias Mecânicas manteve associação, em conjunto com a Timken do Brasil Comercio e Indústria Ltda., na empresa BARDELLA TIMKEN SERVIÇOS INDUSTRIAIS LTDA, com o objetivo de prestação de serviços de engenharia e reparos de rolamentos para componentes de laminadores, reforma de mancais e cilindros. Atualmente as reformas de cilindros passaram a ser executadas somente pela Bardella S/A Indústrias Mecânicas.

Em 2008 foi constituída a empresa IMMA Indústria Metalúrgica e Mecânica da Amazônia Ltda., uma joint venture entre a Bardella S/A Indústrias Mecânicas (50%) e GE Energias Renováveis Ltda. (50%), instalada em um terreno de 235.000 m², em Porto Velho – RO, entrando em atividade operacional no segundo semestre de 2009 e tendo como objetivo principal o fornecimento de equipamentos hidromecânicos e de levantamento para as Usinas Hidroelétricas.

Em abril de 2009, a Bardella S.A. Indústrias Mecânicas e sua controlada Bardella Administradora de Bens e Empresas e Corretora de Seguros Ltda., adquiriram 60% (sessenta por cento) do capital da DURAFERRO INDÚSTRIA E COMÉRCIO LTDA. Fundada em 11 de novembro de 1985, a Duraferro atua na fabricação de pontes rolantes e equipamentos metalúrgicos os quais complementam o portfólio de produtos Bardella. Sua planta industrial situa-se no município de Araras, interior do Estado de São Paulo.

Em setembro de 2011, foi constituída a empresa Barefame Industrial Ltda e está situada na cidade de São Mateus - ES. A Empresa tem como objetivo principal a industrialização de máquinas e equipamentos de elevação de cargas e de pessoas e instalação de máquinas e equipamentos industriais.

Em novembro de 2014, a Barefame Industrial Ltda foi incorporada pela Barefame Instalações Industriais Ltda.

Em dezembro de 2014, a Companhia adquiriu pelo valor de R\$20.656 (vinte milhões, seiscentos e cinquenta e seis mil reais), os 40% restantes da Duraferro Indústria e Comércio Ltda. (“Duraferro”), em conformidade com a decisão proferida no procedimento arbitral CMA 234 da Câmara de Conciliação e Arbitragem CIESP/FIESP. Assim, a Companhia juntamente com sua controlada Bardella Administradora de Bens e Empresas e Corretora de Seguros Ltda., passou a deter a totalidade do capital da Duraferro.

A companhia possui um Sistema de Gestão Integrada estruturado em processos, e tendo seu desempenho monitorado por meio de programas de gestão, os quais estabelecem os respectivos objetivos, indicadores e metas.

O Sistema de Gestão Integrada obedece as seguintes normas: ISO 9001:2008 (Sistema de Gestão da Qualidade), certificada em abril de 1993 / validade do certificado: setembro de 2018; ISO 14001:2004 (Sistema de Gestão do Meio Ambiente) e OHSAS 18001:2007 (Sistema de Gestão de Saúde e Segurança Ocupacional).

Exclusivamente para a planta da Bardella de Sorocaba, além do Sistema de Gestão Integrada, a companhia possui um Sistema de Gestão da Qualidade para fabricação de equipamentos pressurizados, devidamente certificado pelo ASME (American Society of Mechanical Engineers), desde o ano de 2003, para os seguintes equipamentos:

- Selo U – Equipamentos de pressão divisão 1 do código ASME / certificada em junho de 2015 / validade agosto de 2018;
- Selo U2 – Equipamentos de pressão divisão 2 do código ASME / renovada em junho de 2015 / validade agosto de 2018;
- Selo S – Caldeiras / certificada em junho de 2015 / validade agosto de 2018.

6.5 - Informações de Pedido de Falência Fundado em Valor Relevante ou de Recuperação Judicial ou Extrajudicial

6.5 Indicar se houver pedido de falência, desde que fundado em valor relevante, ou de recuperação judicial ou extrajudicial do emissor, e o estado atual de tais pedidos

Em 26 de julho de 2019, a Companhia apresentou Pedido de Recuperação Judicial, o qual foi deferido em 07 de agosto de 2019. Foram publicados os seguintes fatores relevantes, os quais estão disponíveis nos sites da Companhia (<http://www.bardella.com.br/>) e da Comissão de Valores Mobiliários (www.cvm.gov.br). :

BARDELLA S.A. INDÚSTRIAS MECÂNICAS

Companhia Aberta CNPJ no 60.851.615/0001-53

FATO RELEVANTE

A **BARDELLA S.A. INDÚSTRIAS MECÂNICAS** (B3: BDLL3 e BDLL4) (“Bardella” ou “Companhia”), em atendimento ao art. 157, §4o da Lei no 6.404/76 e nos termos da Instrução CVM no 358/02, informa aos seus acionistas e ao mercado em geral que ajuizou, nesta data, pedido de recuperação judicial junto à 9a Vara Cível de Guarulhos, Estado de São Paulo, sob o nº 1026974-06.2019.8.26.0224 (“Recuperação Judicial”), a fim de reorganizar suas obrigações junto a seus credores. A Companhia optou por esse movimento devido à necessidade de buscar proteção para a repactuação de seu passivo e de suas controladas, junto aos seus fornecedores e garantir a perenidade da operação.

A Companhia, apesar de seus esforços em conjunto com fornecedores, entidades financeiras, empregados e ex-empregados, vem sendo alvo de pedidos de falência, decisões judiciais de penhora de faturamento e execução de garantias em contratos financeiros, além do fato do mercado de bens de capital ainda não apresentar sinais de recuperação, que colocam em risco a continuidade de suas operações e de suas controladas. Assim sendo, a Companhia julga que a apresentação do pedido de Recuperação Judicial é a medida mais adequada nesse momento. O objetivo é proteger o grupo neste momento crítico, fazendo com que a Companhia e suas controladas retomem sua estabilidade e, posteriormente, seu crescimento econômico, preservando a continuidade de suas operações e os fornecimentos em curso.

O total de débitos do grupo informado no pedido de Recuperação Judicial soma, aproximadamente, R\$ 387 milhões. O plano de recuperação será apresentado aos credores dentro do prazo legal.

A Recuperação Judicial não altera, de forma alguma, as operações da Companhia e suas controladas, que seguem operando normalmente afim de performar seus contratos em carteira.

A Bardella é uma Companhia com 108 anos de história, presente em todas as fases de desenvolvimento do país, fonte de emprego e renda para milhares de famílias brasileiras. A Companhia tem a certeza de que o momento crítico será superado da mesma forma que tantas outras dificuldades foram superadas ao longo de sua história.

José Roberto Mendes da Silva
DIRETOR DE RELAÇÕES COM O MERCADO

BARDELLA S.A. INDÚSTRIAS MECÂNICAS

Companhia Aberta CNPJ nº 60.851.615/0001-53

FATO RELEVANTE

6.5 - Informações de Pedido de Falência Fundado em Valor Relevante ou de Recuperação Judicial ou Extrajudicial

A **BARDELLA S.A. INDÚSTRIAS MECÂNICAS** (B3: BDLL3 e BDLL4) (“Bardella” ou “Companhia”), em atendimento ao art. 157, §4º da Lei nº 6.404/76 e nos termos da Instrução CVM nº 358/02, em continuidade ao aviso de fato relevante divulgado no dia 26 de julho de 2019, informa aos seus acionistas e ao mercado em geral que, no dia 07 de agosto de 2019, a 9ª Vara Cível de Guarulhos, Estado de São Paulo, deferiu, nos autos do processo nº 1026974-06.2019.8.26.0224 (“Recuperação Judicial”), o processamento da recuperação judicial da Companhia e de suas Controladas, Barefame Instalações Industriais Ltda (“Barefame”), Bardella Administradora de Bens e Empresas e Corretora de Seguros Ltda (“BABECS”) e Duraferro Indústria e Comércio Ltda (“Duraferro”) nos termos do artigo 52 da Lei no 11.101/2005 (“LRF”).

A decisão judicial de deferimento, dentre outras providências, determinou o seguinte:

- i) Nomeação da LASPRO CONSULTORES LTDA., inscrita no CNPJ nº 22.223.371/0001-75, representada pelo Sr. Oreste Nestor de Souza Laspro, com sede à Rua Major Quedinho, 111, 18º andar, Consolação, São Paulo e endereço eletrônico bardella@laspro.com.br para atuar como administrador judicial no Processo de Recuperação Judicial;
- ii) Suspensão de todas as ações e execuções atualmente em curso contra a Companhia e sua Controladas, pelo prazo de 180 dias corridos, nos termos do artigo 6º da LRF
- iii) Expedição de edital, nos termos do artigo 52, § 1º da LRF, com prazo de 15 dias corridos contados da data da sua publicação, para apresentação de habilitações e/ou divergências de créditos no âmbito do Processo de Recuperação Judicial; e
- iv) Apresentação do plano de recuperação judicial do grupo no prazo de 60 dias corridos a contar da publicação da decisão judicial de deferimento, nos termos do artigo 53 da LRF.

A íntegra da decisão judicial de deferimento, bem como retificação realizada em 08 de agosto de 2019 encontram-se anexas a este aviso de fato relevante.

Conforme divulgado ao mercado em ocasiões anteriores, a Companhia optou pelo ajuizamento do Processo de Recuperação Judicial devido à necessidade de buscar proteção para a repactuação dos passivos das recuperandas e garantir a perenidade da operação.

A Recuperação Judicial não altera, de forma alguma, as operações da Companhia e suas Controladas, que seguem operando normalmente afim de performar seus contratos em carteira e futuros pedidos.

A documentação e as informações relativas à Recuperação Judicial estão à disposição na sede da Companhia, na página de Relações com Investidores da Companhia (<http://www.bardella.com.br/>) e no site da Comissão de Valores Mobiliários (www.cvm.gov.br).

São Paulo, 08 de Agosto de 2019

José Roberto Mendes da Silva
DIRETOR DE RELAÇÕES COM O MERCADO

6.6 - Outras Informações Relevantes

6.6 – Outras informações relevantes

Não existem outras informações relevantes.

7.1 - Descrição Das Principais Atividades do Emissor E Suas Controladas

7.1 – Descrição das principais atividades do emissor e suas controladas

Equipamentos sob Encomenda:

A Bardella é um dos principais fabricantes de bens de capital sob encomenda do Brasil, com destacada participação no fornecimento de equipamentos para as áreas:

- Energia;
- Óleo e Gás;
- Movimentação de Carga;
- Mineração;
- Metalurgia ;
- Serviços (caldeiraria, usinagem, montagem, etc).

Não existe controle de preços.

O mercado de atuação é aberto e competitivo não existindo nenhum “player” com participação predominante, havendo uma forte concorrência com empresas chinesas e européias, inclusive nas concorrências nacionais.

Nos últimos anos a empresa reduziu sua dependência de encomendas de empresas estatais, tanto pelo fato das privatizações de siderúrgicas e hidrelétricas, como pela redução dos investimentos no setor. No mercado de bens de capital dependemos de financiamentos aos nossos clientes, que geralmente são obtidos em órgãos de financiamento nacional e internacional.

Aços Laminados e Trefilados:

Este setor tem como predominância fornecer aços laminados, trefilados, retificados, etc. aos seguintes segmentos de mercado:

- Autopeças;
- Máquinas e implementos agrícolas;
- Eletro-Eletrônico;
- Máquinas e Equipamentos;
- Elementos de Fixação.

7.1 - Descrição Das Principais Atividades do Emissor E Suas Controladas

Empresas Controladas:

- Barefame Instalações Industriais Ltda.

Com a missão de fornecer serviços para montagem de equipamentos, instalações industriais e manutenção em geral, a Barefame está sempre presente nos principais empreendimentos do país, nos segmentos industrial, siderúrgico, mineração, petroquímico e energético.

Sustentada por sua larga experiência e no desenvolvimento contínuo de sua equipe, a Barefame oferece serviços utilizando as mais modernas técnicas, proporcionando condições de trabalho seguras e saudáveis, respeitando o meio ambiente e valorizando o ser humano e a sociedade.

- Energo Agro Industrial Ltda.

A Energo, controlada da Companhia, tem por objeto a exploração de toras e quaisquer atividades agrícolas e pastoris, inclusive a administração de projetos de florestamento e reflorestamento, além de importação e exportação. A sede social da empresa está localizada em Guarulhos – SP. Em 31/12/2010, a empresa concluiu a venda integral dos ativos biológicos (gado e reflorestamento).

- Bardella Administradora de Bens e Empresas e Corretora de Seguros Ltda.

Fundada em 1955, a Bardella Administradora de Bens e Empresas e Corretora de Seguros é responsável por administrar as apólices de seguro das empresas do grupo, como: Engenharia, Transportes (nacional e internacional), patrimonial, vida e automóveis/RCF.

- IMMA - Indústria Metalúrgica e Mecânica da Amazônia Ltda.

A IMMA – Indústria Metalúrgica e Mecânica da Amazônia Ltda., foi constituída em 2008 a partir de uma joint venture entre a Bardella S/A Indústrias Mecânicas (50%) e GE Energias Renováveis Ltda. (50%), instalada no Estado de Rondônia em um terreno de 235.000 m², entrou em operação no segundo semestre de 2009 e tem por objetivo principal, o fornecimento de equipamentos hidromecânicos e de levantamento para usinas hidrelétricas.

- Duraferro Indústria e Comércio Ltda.

A Duraferro Indústria e Comércio Ltda., atua na fabricação de pontes rolantes e equipamentos metalúrgicos. A Bardella S/A Indústrias Mecânicas e sua controlada Bardella Administradora de Bens e Empresas e Corretora de Seguros, adquiriram 60% (sessenta por cento) do capital da Duraferro Indústria e Comercio Ltda. no primeiro semestre de 2009.

7.1 - Descrição Das Principais Atividades do Emissor E Suas Controladas

Em 19 de dezembro de 2014, a Companhia adquiriu os 40% restantes da Duraferro Indústria e Comércio Ltda. (“Duraferro”), em conformidade com a decisão proferida no procedimento arbitral CMA 234 da Câmara de Conciliação e Arbitragem CIESP/FIESP. Assim, a Companhia juntamente com sua controlada Bardella Administradora de Bens e Empresas e Corretora de Seguros Ltda., passou a deter a totalidade do capital da Duraferro.

7.1.a - Informações específicas de sociedades de economia mista

7.1.a Informações de sociedade de economia mista.

Não aplicável.

7.2 - Informações Sobre Segmentos Operacionais

7.2 Segmentos operacionais que tenham sido divulgados nas últimas demonstrações financeiras de encerramento de exercício social ou, quando houver, nas demonstrações financeiras consolidadas

a. produtos e serviços comercializados

- Equipamentos sob encomenda para as áreas de Geração de Energia (hidroelétrica, termoelétrica, termonuclear e eólica); Sistemas Hidráulicos; Metalurgia; Mineração; Industrial; Petróleo e Gás;
- Aços Laminados e Trefilados.

b. receita proveniente do segmento e sua participação na receita líquida da Companhia

Consolidado	Exercício social encerrado em 31/12/18	Exercício social encerrado em 31/12/17	Exercício social encerrado em 31/12/16
Participação na Receita Líquida em R\$ mil			
Mecânica	72.732	116.346	203.999
Aços e Serviços	20.967	20.292	60.737

Consolidado %	Exercício social encerrado em 31/12/18	Exercício social encerrado em 31/12/17	Exercício social encerrado em 31/12/16
Participação na Receita Líquida em %			
Mecânica	78%	85%	77%
Aços e Serviços	22%	15%	23%

c. lucro ou prejuízo resultante do segmento e sua participação no lucro líquido da Companhia

Consolidado	Exercício social encerrado em 31/12/18	Exercício social encerrado em 31/12/17	Exercício social encerrado em 31/12/16
Participação no Lucro Líquido em R\$ mil			
Mecânica	(77.942)	(83.092)	(77.925)
Aços e Serviços	(17.920)	(14.518)	(23.201)

Consolidado %	Exercício social encerrado em 31/12/18	Exercício social encerrado em 31/12/17	Exercício social encerrado em 31/12/16
Participação no Lucro Líquido em %			
Mecânica	81%	85%	77%
Aços e Serviços	19%	15%	23%

7.3 - Informações Sobre Produtos E Serviços Relativos Aos Segmentos Operacionais

7.3 – Informações sobre produtos e serviços relativos aos segmentos operacionais

a. características do processo de produção

O fluxo dos processos da Bardella S.A. Indústrias Mecânicas abrange basicamente 10 processos, listados a seguir:

- ✓ Vendas
- ✓ Gerenciamento
- ✓ Engenharia
- ✓ Suprimentos
- ✓ Manufatura
- ✓ Entrega e atividades Pós-Entrega
- ✓ Administrativo
- ✓ Financeiro
- ✓ Recursos
- ✓ Liderança

O processo de **Vendas** inicia-se com a solicitação, através de concorrência e /ou convite, para apresentação de proposta para fornecimento de um determinado produto ou sistema / planta, baseado em especificações técnicas emitidas pelo solicitante. A partir dela, é feita uma análise crítica dos requisitos para determinar se os mesmos foram completamente entendidos e se a Bardella tem capacidade para atendê-los.

Uma vez analisada a especificação e aceita a participação na concorrência e/ou convite, são elaboradas propostas técnica e comercial que servem de base para as negociações até o eventual fechamento de um Contrato de Venda ou Ordem de Compra. O Contrato de Venda ou Ordem de Compra passa a ser gerenciado no processo de Gerenciamento, no qual é definida a estrutura do produto e são planejadas as atividades macro dos processos subsequentes, que vão desde o processo de Engenharia até o processo de Entrega e atividades Pós-Entrega, culminando com a conclusão dos testes de Aceitação Final do produto ou sistema.

A partir da documentação contratual, que inclui a especificação técnica, o processo de **Engenharia** desenvolve o projeto do produto, inclusive os respectivos manuais de montagem final no campo, operação e manutenção.

7.3 - Informações Sobre Produtos E Serviços Relativos Aos Segmentos Operacionais

De posse do projeto do produto, é feito um planejamento da fabricação através de duas atividades básicas que são Métodos e Planejamento da Fabricação, que são os pontos de partida para os processos de **Suprimentos** e de **Manufatura**.

As atividades de Engenharia / Métodos definem pela aquisição de materiais, equipamentos, fabricação dos componentes manufaturados, complementando as especificações de materiais do projeto e elaborando os roteiros de fabricação, que determinam toda a seqüência de fabricação do produto.

A atividade de Planejamento executa a programação das atividades de aquisição e fabricação, sendo responsável pelo prazo.

No processo de **Suprimentos** é feita a aquisição, o recebimento, a inspeção e o armazenamento dos materiais/equipamentos adquiridos, para serem incorporados ao produto final durante o processo de **Manufatura**.

O processo de **Manufatura** engloba resumidamente as atividades de corte, caldeiraria, soldagem, tratamento térmico, usinagem, pré-montagem de fábrica, pintura e testes em vazio, sendo executados de forma controlada para atender os requisitos especificados no projeto e assim garantir a qualidade do produto. Caso necessária a qualificação de processos ou treinamento específico, por exemplo soldagem, a gestão do Sistema de Qualidade apoia a produção.

Uma vez concluída a fabricação, o processo de **Entrega e atividades Pós-Entrega** é conduzido para que se realize a entrega do produto, em perfeitas condições, a fim de possibilitar a correta instalação e o funcionamento para atender às necessidades dos clientes, validando o início da garantia do produto. Fazem parte do processo de **Entrega e atividades Pós-Entrega** a embalagem, a entrega propriamente dita, a supervisão de montagem, o comissionamento do produto, o treinamento do usuário, a operação assistida quando requerida pelo cliente e a assistência técnica durante o período de garantia, conforme condições estabelecidas contratualmente.

Os processos apresentados até aqui, formam o grupo de **processos relacionados ao produto**. Os processos remanescentes, **Administrativo, Financeiro, Recursos e Liderança**, denominados de **processos de apoio**, compõem o grupo de processos que dão todo o suporte para garantir a realização do fornecimento do produto.

7.3 - Informações Sobre Produtos E Serviços Relativos Aos Segmentos Operacionais

A – Equipamentos sob Encomenda:

Um contínuo aumento de eficiência nos processos de fabricação vem sendo obtido através do aperfeiçoamento dos procedimentos, introdução de maquinário e ferramental moderno e treinamento de mão de obra, alinhado a um programa de desempenho operacional total que permite atualmente uma performance de excelência operacional.

Especial atenção vem sendo dedicada à área de engenharia para buscar soluções construtivas inovadoras que reduzam os custos de produção agregando valor, porém mantendo a qualidade, eficiência e segurança dos produtos. Vários projetos tem utilizado a ferramenta gerencial de engenharia simultânea, e análise de valor com simulações e uso de programas de informática avançados.

Como somos uma empresa de bens de capital mecânicos, consideramos que um dos nossos melhores indicadores é o aumento da produtividade, que pode ser observado pela nossa otimização continua do ciclo produtivo proporcionando competitividade em âmbito nacional e internacional.

Os contratos de parceria tecnológica, com licenciadores renomados tem permitido que haja um incremento no “know how” da nossa empresa, bem como a capacitação necessária para o sucesso em novas oportunidades de negocio.

Trabalhamos em colaboração com a empresa internacional em projetos específicos:

EMS TECH INC (Canada) – para equipamentos denominados Empilhadeira, Recuperadora e Carregador de Navios.

Cobertura de seguros

A Companhia e suas controladas adotam a política de contratar cobertura de seguros para os bens sujeitos a riscos por montantes considerados suficientes para cobrir eventuais perdas decorrentes de sinistros com bens do ativo permanente e estoques.

O valor total dos riscos diversos conforme apólice vigente em 31 de dezembro de 2018 foi de R\$ 127.600.

Não está incluído no escopo de nossos auditores, o exame sobre a suficiência da cobertura de seguros, a qual foi determinada e avaliada quanto a adequação pela Administração da Companhia.

Praticamos uma política salarial coerente com as necessidades do mercado de mão de obra, aliada a diversos benefícios sociais, tais como assistência médica e odontológica aos nossos colaboradores. Temos um

7.3 - Informações Sobre Produtos E Serviços Relativos Aos Segmentos Operacionais

programa efetivo de participação nos resultados que engaja e motiva todos os colaboradores a buscarem metas pré-estabelecidas.

Um sistema eficiente de planejamento totalmente informatizado e integrado permite a otimização do uso e da manutenção das máquinas de modo a distribuir convenientemente a carga gerenciando os gargalos na produção. Eventuais sobrecargas são detectadas antecipadamente e resolvidas através de reprogramação ou terceirizando os serviços correspondentes.

Nosso parque fabril tem idade média de 18 anos, e vem sendo modernizado progressivamente pela substituição das máquinas convencionais por máquinas CNC, ou “retrofitting” das máquinas convencionais por comandos e dispositivos CNC.

Todas as atividades direta ou indiretamente ligadas à fabricação são executadas através de procedimentos definidos dentro dos critérios da norma de qualidade ISO 9001, já adaptados para a versão 2008 da norma.

A companhia possui um Sistema de Gestão Integrado, adotando a abordagem de processos da norma ABNT ISO 9001/ 2015. Desta forma a empresa está estruturada em processos, e o desempenho destes é apresentado através de indicadores dos processos.

O Sistema de Gestão Integrada obedece as seguintes normas: ISO 9001:2015 (Sistema de Gestão da Qualidade), certificada em abril de 1993 / validade do certificado: abril de 2020; ISO 14001:2004 (Sistema de Gestão do Meio Ambiente) e OHSAS 18001:2007 (Sistema de Gestão de Saúde e Segurança Ocupacional).

B – Aços Laminados e Trefilados:

A laminação consiste no aquecimento de palanquilha a temperaturas acima de 1000°C seguida de imediata deformação através de cilindros adequados, gerando barras de aço com bitolas e perfis diversos (redondos, quadrados, secções especiais, etc.).

A trefilação de barras de aço consiste na passagem da barra em uma matriz (fieira) com redução de perfil, obtendo-se a bitola desejada. O processo é realizado a frio.

Além das vantagens de obter as barras dentro de bitolas e tolerâncias determinadas, a trefilação pelo fenômeno de encruamento de grãos, confere aos materiais uma alteração de características mecânicas que poderão ser aproveitadas para facilitar as operações fabris subseqüentes e para melhorar a performance da

7.3 - Informações Sobre Produtos E Serviços Relativos Aos Segmentos Operacionais

peça final.

Temos utilizado com sucesso a técnica de gerenciamento CEP, e mantido o sistema da qualidade ISO 9001 (2008), obtendo uma continua melhoria na qualidade dos produtos alinhada ao aumento de produtividade.

A idade média de nossos equipamentos é de 18 anos.

Visando ganhar maior competitividade neste mercado, nos últimos anos iniciamos um ciclo de investimentos na modernização e automação de nossos equipamentos (tais como novo forno a gás natural; leito de resfriamento), o que permite melhorar a qualidade, otimizar os custos e posicionar a empresa como um dos líderes do mercado de trefilados independentes.

Temos realizado várias inovações tecnológicas para manter o parque fabril e todo o ativo da empresa em plena condição de operação.

Temos um programa de manutenção preventiva permanente gerenciado por um software específico que garante que todas as máquinas e equipamentos prioritários tenham o mínimo de paradas e, além disso, os próprios operadores são treinados e envolvidos na atividade de monitoramento dos equipamentos.

As paradas para manutenção geral são efetuadas durante períodos previamente estudados e estabelecidos, evitando-se os riscos inerentes ao processo de produção que poderiam gerar paralisação das atividades.

b. características do processo de distribuição

Equipamentos sob Encomenda:

Como as vendas são de acordo com as especificações dos clientes, não são produtos seriados e portanto, não existem estoques de produtos acabados, sendo que o transporte dos mesmos é feito principalmente através da malha rodoviária para o mercado interno e países vizinhos do cone sul e por via marítima para demais mercados em exportação.

Aços Laminados e Trefilados:

Estamos praticando com vários clientes o sistema de entrega "just-in-time". Também operamos com programações de entrega pré-definidas que facilitam a operação de logística.

Toda produção da empresa fica armazenada em nossa sede em Guarulhos - SP, e a logística de distribuição

7.3 - Informações Sobre Produtos E Serviços Relativos Aos Segmentos Operacionais

aos clientes é gerenciada por nós em parceria com uma empresa de transporte rodoviário.

c. características dos mercados de atuação, em especial:

i. participação em cada um dos mercados

Equipamentos sob Encomenda:

Os clientes dessa área estão distribuídos em vários campos de atividades, entre os quais podemos destacar os seguintes:

Empresas Geradoras de Energia, Usinas Siderúrgicas, Terminais Portuários, Empresas Mineradoras, Empresas de Produção e Refino de Petróleo e Tratamento de Gás e Indústrias em geral que necessitem de equipamentos de movimentação de cargas pesadas.

Não existe controle de preços.

O mercado de atuação é aberto e competitivo não existindo nenhum com participação predominante, havendo uma acirrada atuação de empresas estrangeiras, inclusive naquelas concorrências para o mercado interno.

No mercado de bens de capital dependemos fundamentalmente de financiamentos aos nossos clientes ou a nossa própria empresa, que geralmente são obtidos em órgãos de financiamento nacional e internacional.

Aços Laminados e Trefilados:

Este setor tem como predominância fornecer aços laminados, trefilados e retificados, para os setores de autopeças, indústrias de máquinas e equipamentos, máquinas e implementos agrícolas, etc.

Quanto à aplicação do nosso produto, a distribuição média é a seguinte:

- Autopeças 40%
- Indústrias de Máquinas e Equipamentos 20%
- Máquinas e Implementos Agrícolas 30%
- Eletro-Eletrônico 4%
- Outros segmentos 6%

ii. condições de competição nos mercados

Equipamentos sob Encomenda:

A Empresa é fabricante de bens de capital sob encomenda, envolvendo tecnologia própria e de empresas internacionais, com as quais mantemos contratos de cooperação técnico industrial.

7.3 - Informações Sobre Produtos E Serviços Relativos Aos Segmentos Operacionais

A carteira de encomendas a apropriar da controladora em 31/12/2018 registrou de R\$ 176 milhões e de R\$ 309 milhões em 2017.

Em 2018, o PIB (Produto Interno Bruto) cresceu 1,1% em relação a 2017 após alta de 1,1% em 2017 e retrações de 3,3% em 2016 e 3,5% em 2015. Nessa comparação, houve estagnação na Agropecuária (0,1%), discreto crescimento na indústria (0,6%) e crescimento nos Serviços (1,3%).

A produção da indústria nacional cresceu 1,1% em 2018, mas com ritmo abaixo do verificado em 2017 (2,5%), quando interrompeu três anos de quedas seguidas. Em 2016 o recuo foi de 6,4%, 8,3% em 2015 e de 3% em 2014 (IBGE).

A categoria de bens de capital para fins industriais teve perda de 1,4% na produção física em 2018, afetada principalmente por bens de capital para fins industriais não seriados (-12,0%). A queda acumulada da produção física de bens de capital desde 2012 é de 22,9% (IBGE).

A relativa recuperação dos preços do petróleo e do minério de ferro manteve-se em grande parte de 2018, entretanto terminaram o ano com preços abaixo de dezembro de 2017. Não houve impacto significativo na retomada de investimentos nas áreas de Mineração e de Óleo e Gás. As áreas de equipamentos para usinas hidrelétricas e usinas nucleares continuaram estagnadas, com a ausência de novos projetos de investimentos em novas unidades ou retomada de projetos suspensos (usina nuclear).

O crédito bancário continua altamente seletivo.

Equipamentos sob Encomenda por tipo de aplicação:

METALURGIA:

Equipamentos para indústria metalúrgica/siderúrgica e suas partes:

- Aciarias a oxigênio e elétricas, bem como instalações de metalurgia secundária;
- Máquinas para lingotamento contínuo de placas, blocos, tarugos e suas partes;
- Laminadores de aços planos e não planos;
- Laminadores para a indústria do alumínio;
- Linhas de processamento contínuo de tiras;
- Pontes rolantes de aciaria “heavy duty”;

7.3 - Informações Sobre Produtos E Serviços Relativos Aos Segmentos Operacionais

- Coqueiras e suas partes;
- Painéis de gusa (hot metal) e de aço líquido (*teeming*);
- Calhas de sucata;
- Mesas de rolos e de transferência;
- Carros de transferência de painéis, de placas e de bobinas.

Os diversos acordos de parceria técnico-industrial, nos permitem participar no fornecimento de equipamentos para ampliação e modernização dos vários segmentos da indústria nacional.

Nesse mercado, nossos principais concorrentes são as seguintes empresas:

NACIONAIS	ESTRANGEIROS
DELP	MITSUBISHI HEAVY INDUSTRIES
USIMINAS MECÂNICA	DANIELI
TECNOMETAL	KONECRANES
MAUSA	JASO CRANES
EMALTO	

ENERGIA:

Equipamentos hidromecânicos e de levantamento, destinados à geração de energia: comportas, grades, máquinas limpa-grades, condutos forçados, pontes e pórticos rolantes, servomotores, escadas de peixes, partes e peças de geradores eólicos, equipamentos e peças para usinas term nucleares, etc.

A possibilidade de novas encomendas é ampliada com as licitações para novas concessões na área de energia.

Nesse mercado, nossos principais concorrentes são as seguintes empresas:

NACIONAIS	ESTRANGEIROS
DELP	GE
DENGE	ANDRITZ HYDRO
JUMBO	BILFINGER
	BALCKE DURR
	VOITH HIDRO

MINERAÇÃO:

7.3 - Informações Sobre Produtos E Serviços Relativos Aos Segmentos Operacionais

Em função das exportações de minérios, principalmente para a China, esta área passou a ter importante participação na carteira da Empresa.

CONCORRENTES: KRUPP
TENOVA
ZPMC (China)
DALIAN (China)

PETRÓLEO E GÁS:

Em função dos grandes investimentos previstos e ora em redimensionamento pela Petrobrás e demais empresas do setor, continuamos tendo uma dedicação especial às oportunidades nesta área.

CONCORRENTES: CBC
CONFAB INDUSTRIAL
ASVOTEC
DELP
NG METALÚRGICA
EBSE
AGUILAR Y SALAS
INCASE
NUCLEP

SERVIÇOS:

A área de serviços da Bardella atua na prestação de serviços industriais e de pós venda, bem como dispõe de equipe e recursos adequados para o atendimento de seus clientes, com os seguintes focos:

Serviços Industriais

A fim de aproveitar o máximo de sua capacidade industrial, a Bardella fornece ao mercado serviços de usinagem, caldeiraria e pré-montagem de fábrica em condições de qualidade similares à produção de seus próprios equipamentos. Esta área tem intensificado sua atuação para atender a atual demanda dos mercados em que atuamos, atualmente com destaque na usinagem de peças para geradores eólicos.

7.3 - Informações Sobre Produtos E Serviços Relativos Aos Segmentos Operacionais

Fabricação conforme desenho

Manufaturamos componentes e peças para equipamentos de fabricação Bardella (reposição) ou de terceiros, atualmente com destaque na fabricação de peças para geradores eólicos.

Serviços em Geral

Profissionais qualificados prestam serviços de engenharia, assistência técnica, diagnósticos, manutenção de equipamentos, supervisão e treinamentos específicos de acordo com a necessidade de nossos clientes.

Modernização, Repotenciamento e Reforma de Equipamentos de Movimentação e Transporte de Cargas

A Bardella dispõe ainda de equipe especializada para reformar, repotencializar e modernizar pontes e pórticos rolantes de grande porte e/ou serviço “heavy duty”. Para grandes projetos que necessitam de montagem de campo, atuamos em conjunto com a empresa Controlada Barefame Instalações Indústrias Ltda.

AÇOS LAMINADOS E TREFILADOS:

Dentre os associados do SICETEL, a Bardella esta entre os primeiros em capacidade de produção e comercialização de trefilados e laminados

No ano de 2018 nossa receita líquida na área de trefilados e laminados foi de R\$ 16,0 milhões (R\$ 15,9 milhões em 2017).

Os principais concorrentes neste segmento são:

- Aços Favorit;
- Trefilação União Metais;
- Engemet Ltda;
- Gerdau;
- Trefilação Mercúrio;
- Arcelormittal – Belgo Mineira;
- Açotubo;
- Açovisa.

d. eventual sazonalidade

Não aplicável à Companhia.

7.3 - Informações Sobre Produtos E Serviços Relativos Aos Segmentos Operacionais

e. principais insumos e matérias primas, informando:

- i. **descrição das relações mantidas com fornecedores, inclusive se estão sujeitas a controle ou regulamentação governamental, com indicação dos órgãos e da respectiva legislação aplicável.**

Relação normal cliente / fornecedor. Não estão sujeitos a regulação governamental.

- ii. **eventual dependência de poucos fornecedores**

No Brasil existem poucos fornecedores da principal matéria prima para a manufatura de equipamentos sob encomenda, ou seja, chapas grossas de aço, e palanquilhas para produção de aços laminados e trefilados, entretanto, a Companhia monitora fornecedores internacionais com o objetivo de antecipar-se a eventual escassez interna desses insumos.

- iii. **eventual volatilidade em seus preços**

Os preços do aço seguem o mercado internacional, entretanto, a Companhia procura antecipar-se a movimentos de preços, utilizando-se de importações, caso necessário e quando possível. A mesma política é utilizada na aquisição de componentes ou peças.

É importante salientar que eventuais aumentos de preço em chapas, componentes ou peças impactam diretamente nos custos de produção. Os reajustes de preços de bens de capital ocorrem a cada período de 12 (doze) meses a partir da data base contratual, conforme legislação em vigor e, em alguns casos, não capturam completamente os aumentos de insumos e matérias primas.

7.4 Clientes responsáveis por mais de 10% da receita líquida total - Controladora

	2018		2017		2016	
	Receita Líquida		Receita Líquida		Receita Líquida	
Vale S/A	13.260	16,59%	19.123	14,63%	42.456	17,61%
Construtora Norberto Odebrecht S/A	871	1,09%	21.532	16,47%	46.877	19,44%
Gerdau S/A	-	0,00%	-	0,00%	515	0,21%
SEINFRA - CE	-	0,00%	277	0,21%	7.590	3,15%
Cameron Japan Limited	-	0,00%	-	0,00%	26.486	10,98%
Geração Céu Azul S/A	5.817	7,28%	23.967	18,33%	17.449	7,24%
Wobben Windpower Ind Com Ltda	12.007	15,02%	23.946	18,31%	7.738	3,21%
Centro Tecnológico da Marinha SP	11.433	14,30%	-	0,00%	-	0,00%
Receita Líquida Total	79.945		130.753		241.147	

7.5 - Efeitos Relevantes da Regulação Estatal Nas Atividades

7.5 – Efeitos relevantes da regulação estatal nas atividades

a. necessidade de autorizações governamentais para o exercício das atividades e histórico de relação com a administração pública para obtenção de tais autorizações

A Companhia não tem encontrado dificuldades quanto às licenças ambientais e de funcionamento de suas plantas.

b. política ambiental da Companhia e custos incorridos para o cumprimento da regulação ambiental e, se for o caso, de outras práticas ambientais, inclusive a adesão a padrões internacionais de proteção ambiental

POLÍTICA DE GESTÃO INTEGRADA – MEIO AMBIENTE

Respeitar o meio ambiente, prevenir e combater a poluição, através do controle dos aspectos ambientais significativos das nossas atividades, produtos e serviços.

Despesas e investimentos relativos ao meio ambiente (R\$ mil):

	2018	2017	2016
Política de Gestão Integrada	808,1	875,4	800,2
Segurança Industrial	517,8	963,8	1.141,5
Investimentos	0,4	1,0	2,0
Total	1.326,3	1.840,2	1.943,7

c. dependência de patentes, marcas, licenças, concessões, franquias, contratos de royalties relevantes para o desenvolvimento das atividades

Trabalhamos em colaboração com a empresa internacional em projetos específicos:

. EMS TECH INC (Canada) – para equipamentos denominados Empilhadeira, Recuperadora e Carregador de Navios.

7.6 - Receitas Relevantes Provenientes do Exterior

7.6 Receitas relevantes provenientes do exterior

A Companhia não possui receitas significativas de outros países.

7.7 - Efeitos da Regulação Estrangeira Nas Atividades

7.7. Efeitos da regulação estrangeira nas atividades.

Não aplicável

7.8 - Políticas Socioambientais

7.8 – Política socioambientais

A Companhia não divulga informações socioambientais.

7.9 - Outras Informações Relevantes

7.9 - Outras informações que o emissor julgue relevantes

A Companhia não possui informações que julgue relevantes.

8.1 - Negócios Extraordinários

8.1 – Negócios extraordinários

Não Aplicável.

8.2 - Alterações Significativas na Forma de Condução Dos Negócios do Emissor

8.2 – Alterações significativas na forma de condução dos negócios do emissor

Não há alterações significativas na forma de condução dos negócios da Companhia.

8.3 - Contratos Relevantes Celebrados Pelo Emissor E Suas Controladas Não Diretamente Relacionados Com Suas Atividades Operacionais

8.3 – Contratos relevantes celebrados pelo emissor e suas controladas não diretamente relacionados com suas atividades operacionais

Não Aplicável.

8.4 - Outras Inf. Relev. - Negócios Extraord.

8.4 – Outras informações relevantes – Negócios extraordinários

Não aplicável

9.1 - Bens do Ativo Não-circulante Relevantes - Outros**9.1 – Bens do ativo não-circulante relevantes – outros****a. ativos imobilizados, inclusive aqueles objeto de aluguel ou arrendamento, identificando a sua localização****BARDELLA S/A Indústrias Mecânicas**

Planta fabril de Guarulhos – SP

Avenida Antônio Bardella, 525, Cumbica, Guarulhos – SP CEP 07220-902

Terreno de 108.440,70 m² e área construída de 65.622,52 m²

Galpões industriais para a indústria pesada, para fabricação de aços laminados e trefilados e prédios administrativos.

Pátio

Avenida Antônio Bardella, 788, Cumbica, Guarulhos – SP CEP 07220-902

Terreno de 10.800 m² e sem área construída.

Planta fabril de Sorocaba - SP

Avenida Antônio Bardella, 3.250, Sorocaba – SP CEP 18085-270

Terreno de 73.544,72 m² com área construída de 35.282,18 m²

Galpões industriais para a indústria pesada e prédios administrativos

Terreno com galpão em estrutura leve

Estrada do Felipe, 763, Sorocaba, SP

Terreno de 1.172,27 m² com área construída de 1.057,14 m²

Terreno com área de 21.225,69 m²

Avenida Antônio Bardella, 3000, Sorocaba, SP

Pontes Rolantes

Os parques industriais de Guarulhos e Sorocaba dispõem de pontes rolantes de diversas capacidades.

Máquinas de usinagem pesada

9.1 - Bens do Ativo Não-circulante Relevantes - Outros

A empresa dispõe de diversas mandriladoras e tornos pesados, além de diversas máquinas de usinagem média e leve.

Torno broqueador para usinagem de hastes e tubos até 900 mm \varnothing e 12.800 mm de comprimento.

Fornos para tratamento térmico de peças.

Cabines para jateamento de peças da indústria mecânica.

Calandras

Máquinas de corte automáticas

BAREFAME Instalações Industriais Ltda.

Planta Sede

Avenida Antônio Bardella, 525, Cumbica, Guarulhos – SP CEP 07220-902

Área Construída de 4.765,66 m² em terreno alugado da Bardella S/A Indústrias Mecânicas.

Prédios Administrativos e almoxarifados

Planta de apoio para serviços de montagem industrial no estado do Espírito Santo.

Endereço End. Rodovia BR 101, s/n, KM 61 Bairro Litorâneo 29 932 540 São Mateus - ES

Área do terreno 21.005,97 m² com área construída 2.756 m²

Planta industrial em Rondônia

Rodovia BR 364 Km – nº 818 – lote 04 e 05 – Bairro Polo Industrial

Porto Velho – RO

Equipamentos de jato para abrasão, cabines de pintura, compressores e outros equipamentos para fabricação de mecano-soldados.

Guindastes

A empresa dispõe de guindastes dos tipos Madal, PH, plataformas tipo Genie e Hanlotte e caminhões com guincho munck.

BARDELLA Administradora de Bens e empresas e Corretora de Seguros Ltda.

Imóveis

Andares 3º e 4º - Rua Hungria, 888, São Paulo – SP

9.1 - Bens do Ativo Não-circulante Relevantes - Outros**DURAFERRO Indústria e Comércio Ltda.**

Planta industrial em Araras – SP

Galpões Industriais e prédios administrativos

Estrada Municipal Araras Elihu-Root, Km 3- Araras, CEP: 13.600-970

Terreno de 25.681,02 m2 com área construída de 11.018,92 m2

Máquina de corte de chapas e diversas máquinas de usinagem e pontes rolantes

IMMA Indústria Metalúrgica Mecânica da Amazônia Ltda.

Planta Industrial em Porto Velho - RO

Galpões Industriais e prédios administrativos

Av. Oreste Floriano Bonato S/N BR 364 – KM 17 – Q.16, Lote 1

Terreno de 227.790,65 m2 com área construída de 32.306,67 m2

Máquina de corte de chapas e diversas máquinas de usinagem e pontes rolantes

b. patentes, marcas, licenças, concessões franquias e contratos de transferência de tecnologia, informando:

i. duração

ii. território atingido

iii. eventos que podem causar a perda dos direitos relativos a tais ativos

iv. possíveis conseqüências da perda de tais direitos para a Companhia

Não aplicável.

c. as sociedades em que a Companhia tenha participação e a respeito delas, informar:

- denominação social: Barefame Instalações Industriais Ltda.

- sede: Guarulhos - SP

- atividades desenvolvidas: Atua em diversos estados do país, principalmente em montagem de campo para bens de capital sob encomenda, montagem e manutenção de dutos enterrados.

- participação da Companhia:

2016: 100,00%

2017: 100,00%

2018: 100,00%

- se a sociedade é controlada ou coligada: controlada

9.1 - Bens do Ativo Não-circulante Relevantes - Outros

- se possui registro na CVM: Não Aplicável.

- valor contábil da participação: R\$ (42.239) mil

- valor de mercado da participação conforme a cotação das ações na data de encerramento do exercício social, quando tais ações forem negociadas em mercados organizados de valores mobiliários: Não aplicável

- valorização ou desvalorização de tal participação, nos 3 últimos exercícios sociais, de acordo com o valor contábil: em reais mil.

31/12/2016	31/12/2017	31/12/2018
(26.808)	(39.570)	(42.239)

- valorização ou desvalorização de tal participação, nos 3 últimos exercícios sociais, de acordo com o valor de mercado, conforme as cotações das ações na data de encerramento de cada exercício social, quando tais ações forem negociadas em mercados organizados: Não Aplicável

- montante de dividendos recebidos nos 3 últimos exercícios sociais: Não há

- razões para aquisição e manutenção de tal participação:

A atividade da empresa permite oferecer aos clientes soluções completas para montagem de equipamentos, bem como serviços de assistência técnica aos mesmos.

- denominação social: **Bardella Administradora de Bens e Empresas e Corretora de Seguros Ltda.**

- sede: Guarulhos - SP

- atividades desenvolvidas: Atua principalmente como corretora de seguros para a Bardella, suas controladas e respectivos colaboradores, embora tenha também terceiros entre seus clientes.

- participação da Companhia:

2016: 100,00%

2017: 100,00%

2018: 100,00%

- se a sociedade é controlada ou coligada: controlada

- se possui registro na CVM: Não aplicável.

- valor contábil da participação: R\$ 26.434 mil

- valor de mercado da participação conforme a cotação das ações na data de encerramento do exercício social, quando tais ações forem negociadas em mercados organizados de valores mobiliários: Não aplicável

9.1 - Bens do Ativo Não-circulante Relevantes - Outros

- **valorização ou desvalorização de tal participação, nos 3 últimos exercícios sociais, de acordo com o valor contábil:** em reais mil.

31/12/2016	31/12/2017	31/12/2018
28.375	28.644	26.434

- **valorização ou desvalorização de tal participação, nos 3 últimos exercícios sociais, de acordo com o valor de mercado, conforme as cotações das ações na data de encerramento de cada exercício social, quando tais ações forem negociadas em mercados organizados:** Não aplicável

- **montante de dividendos recebidos nos 3 últimos exercícios sociais:**

2016 – Não houve;

2017 – Não houve;

2018 – Não houve.

- **razões para aquisição e manutenção de tal participação**

A atividade da empresa permite maximizar resultados com a contratação de seguros da Cia e suas Controladas.

- **denominação social:** **Energo Agro Industrial Ltda.**

- **sede:** Guarulhos - SP

- **atividades desenvolvidas:** Dedicar-se ao reflorestamento e comercialização de toras de madeira, além da criação de gado de corte.

- **participação da Companhia:**

2016: 100,00% (participação direta e indireta)

2017: 100,00% (participação direta e indireta)

2018: 100,00% (participação direta e indireta)

- **se a sociedade é controlada ou coligada:** controlada

- **se possui registro na CVM:** Não Aplicável.

- **valor contábil da participação:** R\$ 5.977 mil

- **valor de mercado da participação conforme a cotação das ações na data de encerramento do exercício social, quando tais ações forem negociadas em mercados organizados de valores mobiliários:** Não aplicável

- **valorização ou desvalorização de tal participação, nos 3 últimos exercícios sociais, de acordo com o valor contábil:** em reais mil.

9.1 - Bens do Ativo Não-circulante Relevantes - Outros

31/12/2016	31/12/2017	31/12/2018
5.707	5.950	5.977

- **valorização ou desvalorização de tal participação, nos 3 últimos exercícios sociais, de acordo com o valor de mercado, conforme as cotações das ações na data de encerramento de cada exercício social, quando tais ações forem negociadas em mercados organizados:** Não aplicável

- **montante de dividendos recebidos nos 3 últimos exercícios sociais:**

2016 – Não houve;

2017 – Não houve;

2018 – Não houve.

- **razões para aquisição e manutenção de tal participação**

As terras e ativos biológicos foram vendidos durante o ano de 2010, conforme divulgado ao mercado e conforme consta das Notas Explicativas às Demonstrações contábeis do exercício findo em 31/12/2010.

- **denominação social: IMMA – Indústria Metalúrgica e Mecânica da Amazônia Ltda.**

- **sede:** Porto Velho - RO

- **atividades desenvolvidas:** foi constituída a partir de uma joint venture entre a Bardella S/A Indústrias Mecânicas (50%) a GE Energias Renováveis Ltda. (50%), instalada no Estado de Rondônia em um terreno de 235.000 m², entrou em operação no segundo semestre de 2009 e tem por objetivo principal, o fornecimento de equipamentos hidromecânicos e de levantamento para a usina hidroelétrica de Santo Antonio no rio Madeira.

- **participação da Companhia:**

2016: 50,00%

2017: 50,00%

2018: 50,00%

- **se a sociedade é controlada ou coligada:** controlada em conjunto

- **se possui registro na CVM:** Não Aplicável.

- **valor contábil da participação:** R\$ 90.930 mil

- **valor de mercado da participação conforme a cotação das ações na data de encerramento do exercício social, quando tais ações forem negociadas em mercados organizados de valores mobiliários:** Não aplicável

- **valorização ou desvalorização de tal participação, nos 3 últimos exercícios sociais, de acordo com o valor contábil:** em reais mil

31/12/2016	31/12/2017	31/12/2018
93.974	93.055	90.930

9.1 - Bens do Ativo Não-circulante Relevantes - Outros

- **valorização ou desvalorização de tal participação, nos 3 últimos exercícios sociais, de acordo com o valor de mercado, conforme as cotações das ações na data de encerramento de cada exercício social, quando tais ações forem negociadas em mercados organizados:** Não aplicável

- **montante de dividendos recebidos nos 3 últimos exercícios sociais:**

2016 – R\$ 447 mil;

2017 – R\$ 741 mil;

2018 – R\$ 0 mil.

- **razões para aquisição e manutenção de tal participação**

Fornecimento de equipamentos hidromecânicos e de levantamento.

- **denominação social: Duraferro Indústria e Comércio Ltda.**

- **sede:** Araras - SP

- **atividades desenvolvidas:** atua na fabricação de pontes rolantes e equipamentos metalúrgicos.

- **participação da Companhia:**

2016: 100,00% (participação direta e indireta)

2017: 100,00% (participação direta e indireta)

2018: 100,00% (participação direta e indireta)

- **se a sociedade é controlada ou coligada:** controlada

- **se possui registro na CVM:** Não Aplicável.

- **valor contábil da participação:** R\$ (3.929) mil

- **valor de mercado da participação conforme a cotação das ações na data de encerramento do exercício social, quando tais ações forem negociadas em mercados organizados de valores mobiliários:** Não aplicável

- **valorização ou desvalorização de tal participação, nos 3 últimos exercícios sociais, de acordo com o valor contábil:** em reais mil.

31/12/2016	31/12/2017	31/12/2018
9.699	3.151	(3.929)

- **valorização ou desvalorização de tal participação, nos 3 últimos exercícios sociais, de acordo com o valor de mercado, conforme as cotações das ações na data de encerramento de cada exercício social, quando tais ações forem negociadas em mercados organizados:** Não aplicável

- **montante de dividendos recebidos nos 3 últimos exercícios sociais:**

2016 – Não houve;

9.1 - Bens do Ativo Não-circulante Relevantes - Outros

2017 – Não houve;

2018 – Não houve.

- razões para aquisição e manutenção de tal participação

A atividade da empresa completa o portfólio de produtos Bardella, tendo em vista o oferecimento de soluções completas de movimentação de cargas, além de potencializar o atendimento às demandas de mercado quanto a estes produtos.

- denominação social: Planihold S. A.

- sede: São Paulo - SP

- atividades desenvolvidas: atua preponderante na participação em outras sociedades, compra e venda de ações e outros títulos e valores mobiliários.

- participação da Companhia:

2016: 20,76%;

2017: 20,76%;

2018: 20,76%.

- se a sociedade é controlada ou coligada: Coligada

- se possui registro na CVM: Não Aplicável.

- valor contábil da participação: R\$ 3.666 mil

- valor de mercado da participação conforme a cotação das ações na data de encerramento do exercício social, quando tais ações forem negociadas em mercados organizados de valores mobiliários: Não aplicável

- valorização ou desvalorização de tal participação, nos 3 últimos exercícios sociais, de acordo com o valor contábil: em reais mil.

31/12/2016	31/12/2017	31/12/2018
3.706	3.773	3.666

- valorização ou desvalorização de tal participação, nos 3 últimos exercícios sociais, de acordo com o valor de mercado, conforme as cotações das ações na data de encerramento de cada exercício social, quando tais ações forem negociadas em mercados organizados: Não aplicável

- montante de dividendos recebidos nos 3 últimos exercícios sociais: Não há

- razões para aquisição e manutenção de tal participação

Não existem razões para manutenção da participação. A empresa está em fase de encerramento.

9.1 - Bens do Ativo Não-circulante Relevantes / 9.1.a - Ativos Imobilizados

Descrição do bem do ativo imobilizado	País de localização	UF de localização	Município de localização	Tipo de propriedade
Planta Industrial	Brasil	SP	Guarulhos	Própria
Planta Industrial	Brasil	SP	Sorocaba	Própria
Terreno com galpão e estrutura leve	Brasil	SP	Sorocaba	Própria
Terreno com 10.800 m ² sem área construída	Brasil	SP	Guarulhos	Própria
Terreno com 21.225,69 m ² sem área construída	Brasil	SP	Sorocaba	Própria

9.1 - Bens do Ativo Não-circulante Relevantes / 9.1.b - Ativos Intangíveis

Tipo de ativo	Descrição do ativo	Duração	Eventos que podem causar a perda dos direitos	Consequência da perda dos direitos
Marcas	Bardella	Indeterminada	Não renovação do registro	Indeterminada

9.1 - Bens do Ativo Não-circulante Relevantes / 9.1.c - Participações em Sociedades

Denominação Social	CNPJ	Código CVM	Tipo sociedade	País sede	UF sede	Município sede	Descrição das atividades desenvolvidas	Participação do emisor (%)
Exercício social	Valor contábil - variação %	Valor mercado - variação %	Montante de dividendos recebidos (Reais)	Data	Valor (Reais)			
Bardella Administradora de Bens e Empresas e Corretora de Seguros Ltda.	60.851.599/0001-07	-	Controlada	Brasil	SP	São Paulo	Atua principalmente como corretora de seguros para a Bardella, suas controladas e respectivos colaboradores, embora tenha também terceiros entre seus clientes.	100,000000
				Valor mercado				
31/12/2018	-7,715000	0,000000	0,00	Valor contábil	31/12/2018	26.434.000,00		
31/12/2017	0,948000	0,000000	0,00					
31/12/2016	12,100000	0,000000	0,00					
Razões para aquisição e manutenção de tal participação								
A atividade da empresa permite maximizar resultados com a contratação de seguros da Cia e suas Controladas.								
Barefame Instalações Industriais Ltda	44.259.372/0001-02	-	Controlada	Brasil	SP	Guarulhos	Atua em diversos estados do país, principalmente em montagem de campo para bens de capital sob encomenda, montagem e manutenção de dutos enterrados e corte de árvores de reflorestamento.	100,000000
				Valor mercado				
31/12/2018	-6,745000	0,000000	0,00	Valor contábil	31/12/2018	-42.239.000,00		
31/12/2017	-47,600000	0,000000	0,00					
31/12/2016	-33,640000	0,000000	0,00					
Razões para aquisição e manutenção de tal participação								
A atividade da empresa permite oferecer aos clientes soluções completas para montagem de equipamentos e outros serviços.								
Duraferro Indústria e comércio Ltda.	55.156.574/0001-45	-	Controlada	Brasil	SP	Araras	Atua na fabricação de pontes rolantes e equipamentos metalúrgicos.	100,000000
				Valor mercado				
31/12/2018	-124,690000	0,000000	0,00	Valor contábil	31/12/2018	-3.929.000,00		
31/12/2017	-67,512000	0,000000	0,00					
31/12/2016	-23,467000	0,000000	0,00					
Razões para aquisição e manutenção de tal participação								
A atividade da empresa completa o portfólio de produtos Bardella, tendo em vista o oferecimento de soluções completas de movimentação de cargas, além de potencializar o atendimento às demandas de mercado quanto a estes produtos.								

9.1 - Bens do Ativo Não-circulante Relevantes / 9.1.c - Participações em Sociedades

Denominação Social	CNPJ	Código CVM	Tipo sociedade	País sede	UF sede	Município sede	Descrição das atividades desenvolvidas	Participação do emisor (%)
Exercício social	Valor contábil - variação %	Valor mercado - variação %	Montante de dividendos recebidos (Reais)	Data	Valor (Reais)			
Energro Agro industrial Ltda.	43.667.427/0001-50	-	Controlada	Brasil	SP	Guarulhos	Dedica-se ao reflorestamento e comercialização de toras de madeira, além da criação de gado de corte.	100,000000
				Valor mercado				
31/12/2018	0,465000	0,000000	0,00	Valor contábil	31/12/2018	9.494.000,00		
31/12/2017	4,247000	0,000000	0,00					
31/12/2016	6,410000	0,000000	0,00					
Razões para aquisição e manutenção de tal participação								
Fato relevante enviado à CVM em 10 de junho de 2010 - O Conselho de Administração da Bardella S/A Indústrias Mecânicas, nesta data, deliberou pelo início de negociação referente à venda de seus ativos florestais (terras e floresta), pelo valor estimado de R\$ 120.000.000,00 (cento e vinte milhões de reais), objeto de proposta de compra, tendo em vista especialmente que os referidos ativos não guardavam sinergia com as atividades das demais empresas. Ficou a Diretoria autorizada a iniciar negociações, devendo retornar a questão à apreciação do Conselho para final decisão, dentro do prazo de 40 dias.								
Atualmente inativa.								
IMMA – Indústria Metalúrgica e Mecânica da Amazônia Ltda.	09.608.924/0001-40	-	Controlada	Brasil	RO	Porto Velho	Entrou em operação no segundo semestre de 2009 e tem por objetivo principal, o fornecimento de equipamentos hidromecânicos e de levantamento para a usina hidroelétrica de Santo Antonio no rio Madeira.	50,000000
				Valor mercado				
31/12/2018	-2,282000	0,000000	0,00	Valor contábil	31/12/2018	90.930.000,00		
31/12/2017	0,990000	0,000000	0,00					
31/12/2016	5,140000	0,000000	0,00					
Razões para aquisição e manutenção de tal participação								
Fornecimento de equipamentos hidromecânicos e de levantamento principalmente para a Usina Hidroelétrica de Santo Antônio no Rio Madeira.								
Planihold S/A.	56.817.786/0001-99	-	Controlada	Brasil	SP	São Paulo	Atua preponderante na participação em outras sociedades, compra e venda de ações e outros títulos e valores mobiliários.	20,760000
				Valor mercado				
31/12/2018	-2,836000	0,000000	0,00	Valor contábil	31/12/2018	3.666.000,00		
31/12/2017	1,808000	0,000000	0,00					
31/12/2016	2,460000	0,000000	0,00					
Razões para aquisição e manutenção de tal participação								

9.1 - Bens do Ativo Não-circulante Relevantes / 9.1.c - Participações em Sociedades

Denominação Social	CNPJ	Código CVM	Tipo sociedade	País sede	UF sede	Município sede	Descrição das atividades desenvolvidas	Participação do emisor (%)
Exercício social	Valor contábil - variação %	Valor mercado - variação %	Montante de dividendos recebidos (Reais)		Data	Valor (Reais)		

Não existem razões para manutenção da participação. A empresa está em fase de encerramento.

9.2 - Outras Informações Relevantes

9.2 - Outras informações relevantes

Não aplicável.

10.1 - Condições Financeiras E Patrimoniais Gerais

10.1 – Condições financeiras e patrimoniais gerais

10.1 – Condições financeiras e patrimoniais gerais

a) Condições financeiras e patrimoniais gerais

A Companhia apresenta condições financeiras e patrimoniais para o desenvolvimento de suas operações e cumprir suas obrigações de curto e longo prazo.

Continuidade operacional

A Companhia continua com suas atividades operacionais em suas diversas unidades.

A redução do número de colaboradores visa adequar os custos e demais despesas operacionais de cada unidade.

O mercado de bens de capital lentamente inicia sua recuperação, com serviços de reformas de equipamentos já instalados, principalmente em usinas hidrelétricas. Apesar da situação desse mercado, temos recebido cotações de equipamentos novos para as outras áreas de atuação da Companhia (Mineração, indústrias em geral, etc.), bem como, renegociações para retomada de contratos anteriormente paralisados.

A área de energia eólica continua com demanda para serviços de usinagem e fabricação de peças para aerogeradores.

A administração mantém-se focada na redução de custos e despesas operacionais, realização de valores a receber de clientes, bem como tem obtido sucesso em renegociações para alongamento das dívidas com bancos, fornecedores, colaboradores e sindicatos (dívidas trabalhistas).

Ao final de 2017 a Companhia concluiu a operação de alongamento do prazo de sua dívida junto ao Banco do Brasil S/A, no montante de R\$ 129 milhões, deslocando vencimentos de 2018 nesse montante para pagamentos parcelados de 2019 a 2025. Da mesma forma, em 2018 concluiu a operação de alongamento da dívida junto ao Bradesco S/A, no montante de R\$ 23 milhões, de 2018 para pagamentos parcelados de 2019 a 2024.

A Companhia conta também com apoio de terceiras partes relacionadas, através de mútuos tomados.

Além disso, com o objetivo de melhorar as disponibilidades de caixa, tem realizado a venda de ativos ociosos e tem atuado em oportunidades para realização de suas propriedades para investimento, tendo sido concluído em 2018 a venda de um imóvel da controlada Bardella Administradora de Bens e Empresas e Corretora de Seguro Ltda.

b) Estrutura de capital e possibilidade de resgate de ações

Espécie de Ações	Quantidade de ações	a) capital emitido (em R\$ Mil)	b) capital subscrito (em R\$ Mil)	c) capital integralizado (em R\$ Mil)	d) prazo para integralização
Ordinárias	607.192	44.325	44.325	44.325	integralizado
Preferenciais	992.808	72.475	72.475	72.475	integralizado
Total	1.600.000	116.800	116.800	116.800	integralizado

10.1 - Condições Financeiras E Patrimoniais Gerais

Ações detidas pelos controladores:

Nome	Total Ações	%	Ações Ordinárias	%	Ações Preferenciais	%
CB Holding	368.987	23,06	353.366	58,20	15.621	1,57
Claudio Bardella	1	-	1	-	-	-
Claudio Bardella Junior	8	-	-	-	8	-
Ana Tereza Bardella	1	-	1	-	-	-
Total	368.997	23,06	353.368	58,20	15.629	1,57

Não existe intenção de a Companhia efetuar resgate de ações.

c) Capacidade de pagamento em relação aos compromissos financeiros assumidos

Em contas a receber de clientes, R\$ 88.672 (Controladora) e R\$ 106.338 (Consolidado) referem-se a contratos de construção de equipamentos sob encomenda e decorrentes da receita bruta mensurada e reconhecida em função do progresso alcançado em relação à satisfação completa da obrigação de desempenho, conforme demonstrado na nota explicativa n. 7 às Demonstrações Contábeis (Contratos de Serviços e Construção). Os demais valores referem-se a outros contratos, produtos e serviços, incluindo valores a receber referentes a vendas de aços laminados e trefilados. Os estoques de matérias primas contém insumos já destinados aos contratos de fabricação em andamento e os adiantamentos a fornecedores são referentes a subcontratações com o mesmo destino. A conta de adiantamento de clientes no passivo circulante refere-se a valores já recebidos por conta de trabalhos de contratos de consumo ainda a executar. Desta forma, a capacidade de pagamento do passivo circulante está vinculada à execução dos contratos de construção e à realização dos valores em contas a receber de clientes.

d) Fontes de financiamento para capital de giro e para investimento em ativos não circulantes utilizadas

Indexador	Taxa média anual de juros	Vencimentos dos Contratos	Controladora		Consolidado		
			31/12/2018	31/12/2017	31/12/2018	31/12/2017	
BNDES - Inovação	TJLP	TJLP+4,18%aa	15/04/2025	11.872	10.708	11.872	10.708
BNDES - Cap. Produtiva	TJLP	TJLP+5,38%aa	15/04/2024	3.830	3.419	3.830	3.419
Brasil - Finame (**)	FIXO	5% aa	15/07/2024	431	440	431	440
Imobilizado		Sub-total		16.133	14.567	16.133	14.567
BNDES - Capital de Giro	SELIC	SELIC+5,66%aa	15/04/2021	27.829	24.638	27.829	24.638
Capital de Giro	SELIC	CDI+3,00%aa	28/05/2019	2.614	2.124	2.614	2.124
B.Bradesco - Capital de Giro	CDI	CDI+0,48%am	30/11/2017	-	25.067	-	25.067
B.Bradesco - Capital de Giro (*)	CDI	CDI+3,00%aa	30/07/2024	24.093		24.093	
Capital de Giro	CDI	CDI+3,40%aa	27/05/2019	2.422	2.199	2.422	2.199
B.Brasil - Capital de Giro (**)	CDI	CDI+2,00%aa até 12/20 e CDI+3,00%aa após	15/06/2025	140.522	128.786	140.522	128.786
Capital de Giro		Sub-total		197.480	182.814	197.480	182.814
Total Geral:				213.613	197.381	213.613	197.381
Parcela Circulante				24.868	34.642	24.868	34.642
Parcela não circulante				188.746	162.739	188.746	162.739
Juros incorridos no período				15.457	30.792	15.457	30.792

Os

10.1 - Condições Financeiras E Patrimoniais Gerais

financiamentos BNDES Inovação, BNDES Capacidade Produtiva e BNDES Capital de Giro têm como garantia os terrenos e edificações da planta industrial de Guarulhos – SP. O valor contábil é de R\$ 92.804.

(*) Financiamentos contratados com o Banco Bradesco S/A e têm como garantia imóveis registrados como propriedade para investimentos, sendo dois imóveis localizados em São Mateus – ES, cujo valor contábil do investimento é de R\$ 3.821 e dois imóveis localizados em São Paulo – SP, com valor contábil do investimento de R\$ 6.808. Os contratos foram negociados permitindo o alongamento da dívida para sua liquidação total até 2024.

(**) Financiamentos contratados com o Banco do Brasil S.A. e têm como garantia os terrenos e edificações da planta industrial de Sorocaba e de Araras – SP, propriedade para investimento e imobilizado, respectivamente. O valor contábil dos ativos é de R\$ 175.905 e R\$ 12.537, respectivamente.

Os contratos foram renegociados permitindo o alongamento da dívida para sua liquidação total até 2025.

A Companhia e suas controladas mantêm em seus empréstimos, financiamentos e garantias, restrições e covenants qualitativos e quantitativos, usuais de mercado

Cronograma de desembolsos - Não Circulante

Ano	Controladora		Consolidado	
	31/12/2018	31/12/2017	31/12/2018	31/12/2017
2019	-	11.343	-	11.343
2020	38.629	33.219	38.629	33.219
2021	35.726	28.459	35.726	28.459
2022	32.634	49.256	32.634	49.256
2023 a 2025	81.757	40.462	81.757	40.462
	188.746	162.739	188.746	162.739

Adiantamentos de clientes

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2018	31/12/2017	31/12/2018	31/12/2017
Circulante				
Adiantamento de clientes	32.930	35.970	44.603	44.607
Adiantamento de partes relacionadas	1.573	169	-	169
	34.503	36.139	44.603	44.776
Não Circulante				
Adiantamento de clientes	14.053	14.857	14.053	14.857
	48.556	50.996	58.656	59.633

A conta “Adiantamento de clientes” está composta principalmente de valores decorrentes das condições de recebimento referentes a contratos de fabricação de equipamentos e serviços sob encomenda (Contratos de construção vide nota explicativa 7) e representam a quantia bruta devida ao contratante relativa aos valores recebidos por conta de trabalhos do contrato ainda por executar, equivalente ao excedente à receita reconhecida por meio do progresso em relação à satisfação completa da obrigação de desempenho, conforme previsto no CPC 47 – Receita de Contratos com Clientes.

e) Fontes de financiamento para capital de giro e para investimentos em ativos não circulantes que a Companhia pretende utilizar para cobertura de deficiências de liquidez.

10.1 - Condições Financeiras E Patrimoniais Gerais

Caso haja deficiência de liquidez a Companhia dispõe das seguintes fontes de capital de giro, de acordo com suas características de mercado de atuação:

- a) Financiamento ao fabricante: recursos obtidos junto ao BNDES para completar o fluxo de caixa de uma encomenda durante o período de fabricação.
- b) Investimentos em ativo imobilizado: linhas de financiamento Finame para máquinas e equipamentos e linhas de financiamento Finem para os demais investimentos fixos.
- c) Capital de Giro: financiamentos em bancos comerciais, bem como BNDES.

f) Níveis de endividamento e as características de tais dívidas:

O endividamento da Companhia com Instituições Financeiras, para financiamento de capital de giro e imobilizado representa 25,3% do ativo total na Controladora e 25,7% consolidado.

i. Contratos de empréstimo e financiamento relevantes
Ver item "d"

ii. Outras relações de longo prazo com instituições financeiras
Não existem outras relações de longo prazo com instituições financeiras. As negociações para obtenção de recursos de longo prazo são feitas caso a caso. Nenhuma negociação futura está vinculada a nenhuma instituição financeira.

iii. Grau de subordinação entre as dívidas
As garantias estão descritas no item "d".

iv. Eventuais restrições impostas ao emissor, em especial, em relação a limites de endividamento e contratação de novas dívidas, à distribuição de dividendos, à alienação de ativos, à emissão de novos valores mobiliários e à alienação de controle societário.

Para contratação de novas dívidas a Companhia sujeita-se às garantias, restrições e *convenants* usuais de mercado. A alienação, oneração e aquisição de bens imóveis sujeita-se à autorização prévia do Conselho de Administração. A distribuição de dividendos sujeita-se às disposições legais e estatutárias.

g) limites de utilização dos financiamentos já contratados

Os financiamentos já contratados e seus vencimentos estão demonstrados no item 10.1 d).

h) alterações significativas em cada item das demonstrações financeiras

As Demonstrações Financeiras referentes ao exercício findo em 31/12/2018 e o comparativo com 31/12/2017, foram publicadas em 23 de abril de 2019.

As Demonstrações Financeiras completas acompanhadas do parecer sem ressalvas emitido pela PEMOM Auditores Independentes, estão disponíveis na B3 – Brasil, Bolsa Balcão (www.b3.com.br), CVM – Comissão de Valores Mobiliários (www.cvm.gov.br) e no site da Bardella (www.bardella.com.br).

10.1 - Condições Financeiras E Patrimoniais Gerais

Demonstrações do resultado

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2018 e 2017

(Em milhares de Reais)

	Nota	Controladora		Consolidado	
		2018	2017	2018	2017
Receita líquida	23	79.945	130.753	93.699	136.638
Custos dos produtos vendidos e/ou dos serviços prestados	24	(101.076)	(135.884)	(118.994)	(147.823)
Lucro bruto		(21.131)	(5.131)	(25.295)	(11.185)
Receitas (despesas) operacionais					
Despesas com vendas	24	(7.264)	(15.407)	(7.660)	(16.865)
Despesas gerais e administrativas	24	(13.464)	(17.809)	(16.941)	(24.749)
Honorários e participação da administração	24	(4.315)	(4.908)	(4.336)	(4.928)
Resultado da equivalência patrimonial	13	(12.748)	(11.926)	(2.232)	(903)
Outras (despesas) e receitas operacionais, líquidos	25	(19.840)	(5.415)	(21.738)	(1.012)
Resultado antes das receitas (despesas) financeiras líquidas e impostos		(78.762)	(60.596)	(78.202)	(59.642)
Receitas financeiras	26	4.401	4.387	2.491	2.455
Despesas financeiras	26	(22.504)	(55.426)	(22.456)	(58.064)
Despesas financeiras líquidas		(18.103)	(51.039)	(19.965)	(55.609)
Prejuízo antes do imposto de renda e da contribuição social		(96.865)	(111.635)	(98.167)	(115.251)
Imposto de renda e contribuição social		1.003	13.880	2.305	17.496
Corrente	9	-	-	(1.719)	(3.907)
Diferido	9	1.003	13.880	4.024	21.403
Prejuízo do exercício - Atribuído aos acionistas controladores		(95.862)	(97.755)	(95.862)	(97.755)
Prejuízo por ações por lote de mil ações (em reais):					
Básico	22	(59,91)	(61,10)		
Diluído	22	(59,91)	(61,10)		

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis.

DEMONSTRAÇÕES DE RESULTADO

Receita operacional líquida: Do ponto de vista econômico, o ano de 2018 continuou sem decisões de investimentos significativas na área de bens de capital, principalmente em bens de capital sob encomenda.

Em 2018, o PIB (Produto Interno Bruto) cresceu 1,1% em relação a 2017 após alta de 1,1% em 2017 e retrações de 3,3% em 2016 e 3,5% em 2015. Nessa comparação, houve estagnação na Agropecuária (0,1%), discreto crescimento na indústria (0,6%) e crescimento nos Serviços (1,3%).

A produção da indústria nacional cresceu 1,1% em 2018, mas com ritmo abaixo do verificado em 2017 (2,5%), quando interrompeu três anos de quedas seguidas. Em 2016 o recuo foi de 6,4%, 8,3% em 2015 e de 3% em 2014 (IBGE).

A categoria de bens de capital para fins industriais teve perda de 1,4% na produção física em 2018, afetada principalmente por bens de capital para fins industriais não seriados (-12,0%). A queda acumulada da produção

10.1 - Condições Financeiras E Patrimoniais Gerais

física de bens de capital desde 2012 é de 22,9% (IBGE).

A relativa recuperação dos preços do petróleo e do minério de ferro manteve-se em grande parte de 2018, entretanto terminaram o ano com preços abaixo de dezembro de 2017. Não houve impacto significativo na retomada de investimentos nas áreas de Mineração e de Óleo e Gás. As áreas de equipamentos para usinas hidrelétricas e usinas nucleares continuaram estagnadas com a ausência de novos projetos de investimentos.

O crédito bancário continua altamente seletivo.

Devido aos fatores apresentados acima, a receita líquida operacional consolidada atingiu R\$ 93,7 milhões em 2018 com decréscimo de 31,4% em relação a 2017, quando registrou R\$ 136,6 milhões.

Em 2018, a receita líquida de vendas de aços laminados foi de R\$ 16,0 milhões (R\$ 15,9 milhões em 2017).

Lucro Bruto: A margem bruta consolidada de -8,2% em 2017 passou para -27,0% em 2018

Despesas de Vendas, Administrativas, honorários e participações: As despesas de vendas, administrativas e honorários apresentaram redução de 34,3% na controladora e redução de 37,7% no consolidado, apesar do aumento nas provisões com devedores duvidosos.

Resultado financeiro líquido: O desempenho do resultado financeiro líquido deve-se à condições contratuais dos fluxos de caixa dos contratos de construção, ocorrências de atrasos de pagamentos por alguns clientes e, às taxas de juros dos contratos de financiamentos.

Devido à queda significativa da taxa de juros em 2018 em relação a 2017 e à renegociação e alongamento de dívidas de contratos de financiamentos, em 2018 o prejuízo financeiro líquido diminuiu em 59,4% (Controladora) e 61,3% (Consolidado) em relação a 2017.

Resultado da equivalência patrimonial: O aumento do prejuízo em 6,9% em relação a 2017 deve-se à escassez de novas encomendas nas Controladas.

Outras despesas e receitas operacionais líquidas: O aumento do prejuízo líquido na Controladora, deve-se principalmente ao aumento das perdas com ociosidade. No consolidado, o aumento do prejuízo líquido, além do aumento das perdas com ociosidade, deve-se principalmente à diminuição das receitas de vendas de imobilizados e investimentos, visto que em 2017 houve a venda de ações da Vale.

Lucro/Prejuízo operacional: O prejuízo operacional da Controladora de R\$ -96,9 milhões deve-se principalmente ao baixo volume de receita líquida operacional.

Lucro/Prejuízo Líquido: Em 2018 não há alteração significativa do prejuízo líquido em relação ao prejuízo operacional devido ao limite dos créditos fiscais diferidos (nota explicativa 9b às Demonstrações Financeiras). Em 2017 o prejuízo líquido do exercício de R\$ -97,8 milhões em relação ao prejuízo operacional de R\$ -115,2 milhões, resulta do lançamento de R\$ 21.403 mil (consolidado) referentes a créditos fiscais diferidos ativos, principalmente decorrentes de aproveitamento de prejuízo fiscal utilizado na quitação de tributos em função de adesão ao PERT – Regime Especial para Regularização Tributária - lei 13.496/17 (nota explicativa 9b às Demonstrações Financeiras).

10.1 - Condições Financeiras E Patrimoniais Gerais**BALANÇO PATRIMONIAL**

Ativo	Nota	Controladora		Consolidado	
		2018	2017	2018	2017
Circulante					
Caixa e equivalentes de caixa	5	19	227	2.232	4.763
Contas a receber de clientes	6	88.672	86.748	106.338	95.158
Estoques	8	60.813	72.790	100.886	106.899
Imposto de renda e contribuição social	9	737	733	2.557	4.276
Tributos a recuperar	9	4.790	9.821	6.757	11.463
Despesas antecipadas		1.868	3.633	1.810	3.571
Outros créditos	11	90.671	78.881	32.491	25.171
Total do ativo circulante		247.570	252.833	253.071	251.301
Não circulante					
Realizável a longo prazo					
Contas a receber de clientes	6	37.398	37.398	37.398	37.398
Estoques	8	2.836	-	2.836	-
Mutuo com partes relacionadas	12	38.913	30.841	-	-
Títulos e valores mobiliários	10	3.940	3.601	3.940	3.601
Imposto de renda e contribuição social diferidos		-	-	1.727	-
Tributos a recuperar	9	4.079	6.602	4.080	9.145
Outros créditos	11	8.144	6.426	10.104	7.679
Total do realível não circulante		95.310	84.868	60.085	57.823
Investimentos					
	13	131.996	138.932	99.589	101.822
Propriedades para investimento					
	13	202.199	202.199	213.310	219.488
Imobilizado					
	14	129.928	137.312	166.936	179.435
Intangível					
	15	27.302	26.488	28.977	28.175
		<u>491.425</u>	<u>504.931</u>	<u>508.812</u>	<u>528.920</u>
Total do ativo não circulante		586.735	589.799	568.897	586.743
Total do ativo		834.305	842.632	821.968	838.044

ATIVO CIRCULANTE

Caixa e equivalentes de caixa: As variações das disponibilidades estão demonstradas na Demonstração dos Fluxos de Caixa – Método Indireto conforme publicação das Demonstrações Financeiras e respectivas Notas Explicativas.

Contas a Receber de Clientes: Esta conta inclui a conta “Efeitos a Faturar” referente aos produtos sob encomenda – Contratos de Construção e registra a receita bruta reconhecida no resultado e proporcional aos custos da produção já realizada em relação ao desempenho total do contrato (nota explicativa 7 às Demonstrações Contábeis). O acréscimo de 2,0% na Controladora e decréscimo de 3,0% no Consolidado deve-se ao volume de operações da Companhia, às condições contratuais dos fluxos de caixa dos contratos de

10.1 - Condições Financeiras E Patrimoniais Gerais

construção, bem como ao aumento das provisões para perdas com créditos de liquidação duvidosa.

Estoques: A variação decorre do volume de operações da Companhia. A redução de 12,6% da Controladora deve-se principalmente à redução de estoques de matérias primas, cumulado com redução em produtos em elaboração e acabados (Ver nota 8 às demonstrações financeiras).

Tributos a recuperar: A variação deve-se ao volume de operações da Companhia e à compensação de tributos devidos com créditos de tributos.

Outros Créditos: A variação deve-se principalmente ao aumento de créditos com partes relacionadas/fornecedores (controladora), depósitos judiciais e adiantamentos a fornecedores nacionais relativos à matérias primas e componentes.

ATIVO NÃO CIRCULANTE

Mútuo com Partes Relacionadas: A variação refere-se às operações entre a controladora e controladas conforme nota explicativa 12 às Demonstrações Contábeis.

Contas a Receber de Clientes: Sem variação em 2018. Os valores são decorrentes do dilatamento de prazos de execução e suspensão temporária de contratos de construção, repercutindo no prazo de recebimento.

Títulos e Valores Mobiliários: A variação decorre da variação dos valores justos de ações e outros títulos.

Tributos a recuperar: A variação refere-se principalmente à movimentação de *créditos* de ICMS sobre aquisição de ativo imobilizado, além da atualização monetária e juros de créditos disponíveis.

Imposto de Renda e Contribuição Social diferido: Refere-se a IR/CSLL diferido líquido das Controladas Barefame Instalações Industriais Ltda. e Duraferro Indústria e Comércio Ltda., que foram mantidos no ativo por não serem compensáveis com o imposto diferido passivo (ver nota 9b).

Outros Créditos: A variação deve-se principalmente à movimentação de depósitos judiciais.

Imobilizado: A variação deve-se à movimentação de aquisições e depreciação dos recursos empregados na manutenção da atividade da Companhia (ver nota explicativa n. 14 às Demonstrações Contábeis).

Investimentos: A variação decorre da movimentação do patrimônio líquido das Controladas e Coligadas, cuja avaliação é feita pelo método da equivalência patrimonial, (ver nota 13b).

Propriedade para Investimentos: A variação, quando aplicável, decorre de ajuste a valor justo das propriedades para investimentos. No Consolidado, além de ajustes a valor justo, em 2017 a variação deve-se à venda de propriedade para investimento da Controlada Bardella Administradora de Bens e Empresas e Corretora de Seguros Ltda.

Intangível: A variação refere-se à aquisição e desenvolvimento de softwares utilizado nas operações da Companhia.

10.1 - Condições Financeiras E Patrimoniais Gerais

Passivo	Nota	Controladora		Consolidado	
		2018	2017	2018	2017
Circulante					
Empréstimos e financiamentos	16	24.868	34.642	24.868	34.642
Fornecedores	17	89.297	69.335	88.968	66.815
Obrigações fiscais	18	21.677	17.633	31.721	24.066
Imposto de renda e contribuição social		-	-	3.541	3.921
Obrigações sociais e trabalhistas	19	78.460	57.966	101.170	76.775
Adiantamentos de clientes	20	34.503	36.139	44.603	44.776
Dividendos e juros sobre o capital próprio		65	65	65	806
Outras contas a pagar		<u>22.556</u>	<u>10.054</u>	<u>28.241</u>	<u>13.260</u>
Total do passivo circulante		<u>271.426</u>	<u>225.834</u>	<u>323.177</u>	<u>265.061</u>
Não circulante					
Adiantamento de clientes	20	14.053	14.857	14.053	14.857
Mutuo com partes relacionadas	12	85.867	64.342	55.505	40.783
Empréstimos e financiamentos	16	188.746	162.739	188.746	162.739
Fornecedores	17	5.015	7.095	5.015	7.095
Obrigações sociais e trabalhistas	19	6.162	6.911	6.162	6.911
Provisão para demandas judiciais	21	8.791	4.593	10.981	6.008
Provisão para perdas invest. empr. controladas	13	45.382	39.570	-	-
Imposto de renda e contribuição social diferidos	9	75.995	75.486	78.273	79.965
Obrigações fiscais	18	26.128	29.229	33.306	37.533
Outras contas a pagar		<u>10</u>	<u>10</u>	<u>20</u>	<u>5.126</u>
Total do passivo não circulante		<u>456.149</u>	<u>404.832</u>	<u>392.061</u>	<u>361.017</u>
	22				
Capital social		116.800	116.800	116.800	116.800
Reservas de capital		111.335	111.335	111.335	111.335
Ajustes de avaliação patrimonial		179.509	181.597	179.509	181.597
Prejuízos acumulados		<u>(300.914)</u>	<u>(197.766)</u>	<u>(300.914)</u>	<u>(197.766)</u>
Patrimônio líquido atribuível aos acionistas controladores		<u>106.730</u>	<u>211.966</u>	<u>106.730</u>	<u>211.966</u>
Total do patrimônio líquido		<u>106.730</u>	<u>211.966</u>	<u>106.730</u>	<u>211.966</u>
Total do passivo e patrimônio líquido		<u>834.305</u>	<u>842.632</u>	<u>821.968</u>	<u>838.044</u>

PASSIVO CIRCULANTE

Empréstimos e financiamentos: A variação refere-se à movimentação dos prazos de pagamento entre curto e longo prazo de um ano para o outro, decorrente de alongamento das dívidas bancárias, contabilização de juros sobre os financiamentos e do movimento de pagamentos e entradas de recursos de financiamento (nota explicativa 16).

Fornecedores: A variação decorre do volume de operações, acordos para pagamentos parcelados e da dilatação dos prazos em que a Companhia tem efetuado os pagamentos aos fornecedores, devido à equalização do fluxo de recebimento de clientes, atrasos de recebimento e/ou paralizações de obras.

Obrigações fiscais: A variação decorre do volume de operações da Companhia e de parcelamentos a pagar.

Imposto de renda e Contribuição Social: A variação é decorrente das apurações dos tributos a pagar das

10.1 - Condições Financeiras E Patrimoniais Gerais

Controladas.

Obrigações Sociais e Trabalhistas: A variação decorre do volume de operações da Companhia, das programações de férias aos colaboradores, aumento das verbas rescisórias a pagar e de parcelamentos de salários e encargos a pagar. Em 31/12/18 o número de colaboradores era de 362 e de 614 em 31/12/2017 (Controladora).

Adiantamento de Clientes: A variação decorre do volume de operações, da movimentação dos prazos de realização decorrentes de suspensões temporárias ou prorrogações das execuções de contratos de construção, além das características dos cronogramas de recebimento e da execução dos produtos sob encomenda – Contratos de Construção (Vide nota 7).

Dividendos e juros sobre o capital próprio: Refere-se a saldos de dividendos não reclamados.

Outras Contas a Pagar: A variação deve-se à principalmente movimentação de provisões de custos em contratos.

PASSIVO NÃO CIRCULANTE

Adiantamento de Clientes: Ver explicação no Circulante.

Mútuos com partes relacionadas: Refere-se a empréstimos de mútuos tomados com partes relacionadas em função da necessidade e disponibilidade entre Controladora e Controladas ou outras partes relacionadas (Consolidado). A variação deve-se aos movimentos de pagamentos e entradas de recursos, além da contabilização dos juros incidentes.

Empréstimos e financiamentos: O aumento dos saldos a longo prazo deve-se às renegociações que resultaram no alongamento da dívida bancária.

Fornecedores: A variação deve-se ao alongamento de dívidas com fornecedores.

Obrigações Sociais e Trabalhistas: A variação deve-se a parcelamentos de salários e encargos e de rescisões de contrato de trabalho.

Provisão para Demandas Judiciais: A variação refere-se à movimentação de valores provisionados decorrentes da classificação de riscos e do volume de processos ativos (ver Nota 21).

Provisão para perdas de investimentos em controladas: Refere-se às perdas com investimentos em controladas com prejuízos acumulados que superam o valor do investimento. As variações decorrem dos lucros ou prejuízos gerados por controladas nesta situação.

Imposto de renda e contribuição social diferidos: Refere-se à provisão de IR e CSL sobre o saldo de ajuste de avaliação patrimonial decorrentes da atribuição de novo custo a certas classes do ativo imobilizado. A variação deve-se à realização por depreciação, venda ou baixa desses ativos e de provisões sobre o saldo de ajustes de ativos avaliados a valor justo, principalmente propriedades para investimentos, além da movimentação dos créditos diferidos (nota explicativa 9b).

Obrigações Fiscais: A variação deve-se parcelamentos das dívidas tributárias, inclusive decorrente da adesão ao PERT (nota explicativa 9b).

Outras Contas a Pagar: A variação refere-se a pagamentos diversos efetuados em 2018.

10.1 - Condições Financeiras E Patrimoniais Gerais

PATRIMÔNIO LÍQUIDO

Reservas de Capital: A variação decorre da constituição de reservas de incentivos fiscais – Controladas, relativas a subvenções governamentais. As subvenções governamentais, uma vez atendidos os requisitos necessários, foram reconhecidas como receita conforme determina o CPC 7 – Subvenção e Assistência Governamentais, entretanto devido às restrições legais quanto à distribuição aos sócios ou acionistas, foram creditadas à conta de Reservas de Incentivos Fiscais. A variação decorre também da compensação de prejuízos.

Ajustes de Avaliação Patrimonial: Nesta conta estão registrados os ajustes de avaliação patrimonial decorrentes da atribuição de novo custo a certas classes do ativo imobilizado e do valor justo relativo a títulos e valores mobiliários disponíveis para venda, inclusive os respectivos reflexos das equivalências patrimoniais das investidas. Estão registradas também os ajustes a valor justo das propriedades para investimento em seu reconhecimento inicial ou por ocasião da alteração na sua respectiva destinação. As variações decorrem das flutuações das cotações e baixas por vendas destes títulos, das depreciações e baixas do ativo imobilizado e das variações a valor justo das propriedades para investimento.

Prejuízos Acumulados: A variação deve-se à acumulação dos prejuízos gerados em cada exercício.

10.2 - Resultado Operacional E Financeiro

10.2 – Os diretores devem comentar:

10.2 – Os diretores devem comentar:

a) Resultados das operações do emissor, em especial:

- i. Descrição de quaisquer componentes importantes da receita
- ii. Fatores que afetaram materialmente os resultados operacionais

Em 2018, o PIB (Produto Interno Bruto) cresceu 1,1% em relação a 2017 após alta de 1,1% em 2017 e retrações de 3,3% em 2016 e 3,5% em 2015. Nessa comparação, houve estagnação na Agropecuária (0,1%), discreto crescimento na indústria (0,6%) e crescimento nos Serviços (1,3%).

A produção da indústria nacional cresceu 1,1% em 2018, mas com ritmo abaixo do verificado em 2017 (2,5%), quando interrompeu três anos de quedas seguidas. Em 2016 o recuo foi de 6,4%, 8,3% em 2015 e de 3% em 2014 (IBGE).

A categoria de bens de capital para fins industriais teve perda de 1,4% na produção física em 2018, afetada principalmente por bens de capital para fins industriais não seriados (-12,0%). A queda acumulada da produção física de bens de capital desde 2012 é de 22,9% (IBGE).

A relativa recuperação dos preços do petróleo e do minério de ferro manteve-se em grande parte de 2018, entretanto terminaram o ano com preços abaixo de dezembro de 2017. Não houve impacto significativo na retomada de investimentos nas áreas de Mineração e de Óleo e Gás. As áreas de equipamentos para usinas hidrelétricas e usinas nucleares continuaram estagnadas com a ausência de novos projetos de investimentos.

O crédito bancário continua altamente seletivo.

O total da carteira de encomendas da Controladora e das Controladas, representada pela receita líquida de contratos a executar, encerrou o ano de 2018 com R\$ 259 milhões. Em 2017 era R\$ 414 milhões. A Controladora registrou R\$ 176 milhões ao final de 2018 e R\$ 309 milhões em 2017.

A receita líquida operacional consolidada atingiu R\$ 93,7 milhões em 2018 com decréscimo de 31% em relação a 2017, quando registrou R\$ 136,7 milhões.

Em 2018, a receita líquida de vendas de aços laminados foi de R\$ 16 milhões (R\$ 15,9 milhões em 2017).

MERCADOS INTERNO E EXTERNO

Além dos produtos seriados, contribuíram para a realização da receita operacional do ano, os seguintes fornecimentos:

- Pontes rolantes para indústrias em geral;
- Equipamentos hidromecânicos e de levantamento, além de servomotores e unidades hidráulicas para as usinas hidrelétricas;
- Equipamentos para movimentação de minérios;
- Serviços e peças seriadas para geradores eólicos.

MARGENS

A margem bruta consolidada de -8,2% em 2017 passou para -27% em 2018.

b) variações das receitas atribuíveis a modificações de preços, taxas de câmbio, inflação, alterações de volumes e introdução de novos produtos e serviços.

A categoria de bens de capital para fins industriais teve perda de 1,4% na produção física em 2018, afetada principalmente por bens de capital para fins industriais não seriados (-12,0%). A queda acumulada da produção física de bens de capital desde 2012 é de 22,9% (IBGE).

10.2 - Resultado Operacional E Financeiro

A relativa recuperação dos preços do petróleo e do minério de ferro manteve-se em grande parte de 2018, entretanto terminaram o ano com preços abaixo de dezembro de 2017. Não houve impacto significativo na retomada de investimentos nas áreas de Mineração e de Óleo e Gás. As áreas de equipamentos para usinas hidrelétricas e usinas nucleares continuaram estagnadas com a ausência de novos projetos de investimentos.

As operações da Companhia e das suas controladas estão sujeitas aos fatores de riscos abaixo descritos:

Risco de crédito

Decorre da possibilidade da Companhia e suas controladas sofrerem perdas decorrentes de inadimplência de suas contrapartes ou de instituições financeiras depositárias de recursos ou de investimentos financeiros. Para mitigar esses riscos, a Companhia e suas controladas adotam como prática a análise das situações financeira e patrimonial de suas contrapartes, assim como a definição de limites de crédito e acompanhamento permanente das posições em aberto. Entretanto as respectivas situações atuais dos fluxos de caixas contratuais dos projetos estão sujeitas aos riscos de atrasos de pagamentos por parte dos clientes e suspensões de contratos. No que tange às instituições financeiras, a Companhia e suas controladas somente realizam operações com instituições financeiras de baixo risco avaliadas por agências de *rating*.

Em função do agravamento da crise econômica, principalmente a partir do segundo trimestre de 2015, houve um aumento na inadimplência por parte dos clientes de produtos seriados e serviços (Nota explicativa 6). Para garantir o recebimento dos créditos, a Companhia e suas controladas estão tomando as medidas aplicáveis em função da situação econômica financeira de cada cliente inadimplente.

Em 31 de dezembro de 2018, o risco de crédito totaliza R\$ 132.034 na controladora e R\$ 105.413 no consolidado (R\$ 113.278 e R\$ 91.008 em 31/12/2017, respectivamente) correspondendo aos valores classificados como custo amortizável (empréstimos e recebíveis) líquidos dos adiantamentos de clientes.

Risco de liquidez

Risco de liquidez é o risco da Companhia e suas controladas encontrarem dificuldades em cumprir as obrigações associadas com seus passivos financeiros que são liquidados com pagamentos em caixa ou com outro ativo financeiro. A abordagem da Companhia na administração da liquidez é de garantir, na medida do possível, liquidez suficiente para cumprir com suas obrigações no vencimento, tanto em condições normais como de estresse, sem causar perdas inaceitáveis ou risco de prejudicar a reputação da Companhia e suas controladas.

A Companhia e suas controladas buscam manter o nível de seu 'Caixa e equivalentes de caixa' e outros investimentos altamente negociáveis em um montante superior às saídas de caixa para liquidação de passivos financeiros (outros que não 'Fornecedores') para os próximos 60 dias. A Companhia e suas controladas monitoram também o nível esperado de entradas de fluxos de caixa proveniente do 'Contas a receber de clientes e outros recebíveis' em conjunto com as saídas esperadas de caixa relacionadas a "Fornecedores e outras contas a pagar".

10.2 - Resultado Operacional E Financeiro

Passivos Financeiros não derivativos

Fluxos de Caixa Contratuais Projetados	31/12/2018						Controladora
	Contábil	Projetado	0 a 2 meses	2 a 12 meses	1 a 2 anos	2 a 5 anos	> 5 anos
Empréstimos bancários garantidos	211.000	235.392	68	61.988	80.304	112.061	19.995
Empréstimos bancários não garantidos	2.614	2.697	285	2.412	-	-	-
Fornecedores	68.531	68.531	1.528	61.988	5.015	-	-
Fornecedores - Partes relacionadas	25.781	25.781	-	-	-	25.781	-
Dividendos	65	65	-	65	-	-	-
Total da dívida	307.991	332.466	1.881	87.429	85.319	137.842	19.995

Fluxos de Caixa Contratuais Projetados	31/12/2018						Consolidado
	Contábil	Projetado	0 a 2 meses	2 a 12 meses	1 a 2 anos	2 a 5 anos	> 5 anos
Empréstimos bancários garantidos	211.001	235.392	68	22.964	80.304	112.061	19.995
Empréstimos bancários não garantidos	2.613	2.697	285	2.412	-	-	-
Fornecedores	81.405	81.405	2.058	74.332	5.015	-	-
Fornecedores - Partes relacionadas	12.578	12.578	-	-	-	12.578	-
Dividendos	806	806	-	806	-	-	-
Total da dívida	308.403	332.878	2.411	100.514	85.319	124.639	19.995

Risco de preço das mercadorias vendidas ou produzidas ou dos insumos adquiridos

Decorre da possibilidade de oscilação dos preços de mercado dos produtos comercializados ou produzidos pela Companhia e suas controladas e dos demais insumos utilizados no processo de produção. Essas oscilações de preços podem provocar alterações substanciais nas receitas e nos custos da Companhia e suas controladas. Para mitigar esses riscos, a Companhia e suas controladas monitoram permanentemente os mercados locais e internacionais, buscando antecipar-se a movimentos de preços.

Risco de taxas de juros

Decorre da possibilidade da Companhia e suas controladas sofrerem ganhos ou perdas decorrentes de oscilações de taxas de juros incidentes sobre seus ativos e passivos financeiros. Visando à mitigação desse tipo de risco, a Companhia e suas controladas buscam diversificar a captação de recursos em termos de taxas prefixadas ou pós-fixadas, e em determinadas circunstâncias podem ser efetuadas operações de *hedge* para travar o custo financeiro das operações.

Sensibilidade de taxa de juros sobre empréstimos e financiamentos

A tabela abaixo demonstra a sensibilidade a uma possível mudança nas taxas de juros, mantendo-se todas as outras variáveis constantes no lucro consolidado antes da tributação. Com relação ao patrimônio líquido consolidado, o impacto apresentado não é significativo.

	Aumento/Redução em pontos base	Efeito no Lucro antes da tributação	Efeito no Patrimônio antes da tributação
31/12/2018	+ 100	(2.131)	(2.131)
	+ 150	(3.197)	(3.197)
	- 50	1.065	1.065
	- 100	2.131	2.131
31/12/2017	+ 100	(1.969)	(1.969)
	+ 150	(2.954)	(2.954)
	-25	984	984
	- 50	1.969	1.969

A oscilação estimada em pontos base para a análise de sensibilidade a taxas de juros é baseada nas taxas atualmente praticadas no ambiente de mercado correlacionada as taxas negociadas nos contratos das empresas que compõem o Patrimônio.

10.2 - Resultado Operacional E Financeiro

Risco de taxas de câmbio

Decorre da possibilidade de oscilações das taxas de câmbio das moedas estrangeiras utilizadas pela Companhia e suas controladas para aquisição de insumos, venda de produtos e contratação de instrumentos financeiros. A Companhia e suas controladas avaliam permanentemente a possibilidade de contratação de operações de *hedge* para mitigar esses riscos.

Os saldos de ativos e passivos denominados em moeda estrangeira estão demonstrados conforme segue:

Natureza do Saldo	Controladora		
	31/12/2018	31/12/2017	Moeda
Importações de materiais	545	467	EUR
Importações de materiais	937	673	USD

Natureza do Saldo	Consolidado		
	31/12/2018	31/12/2017	Moeda
Importações de materiais	545	467	EUR
Importações de materiais	937	673	USD

Análise de sensibilidade de oscilações das taxas de câmbio de moedas estrangeiras

A tabela abaixo demonstra a sensibilidade a uma possível mudança nas taxas de câmbio do dólar, mantendo-se todas as outras variáveis constantes no lucro consolidado antes da tributação.

	Aumento/Redução em Percentual s/ taxa de câmbio	Efeito no Lucro antes da tributação	Efeito no Patrimônio antes da tributação
31/12/2018	➤ +25%	(370)	(370)
	➤ +50%	(741)	(741)
	➤ -25%	370	370
	➤ -50%	741	741
31/12/2017	➤ +25%	(284)	(284)
	➤ +50%	(569)	(569)
	➤ -25%	284	284
	➤ -50%	569	569

10.3 - Eventos Com Efeitos Relevantes, Ocorridos E Esperados, Nas Demonstrações Financeiras

10.3 – Efeitos relevantes que os eventos abaixo tenham causado ou se espera que venham a causar nas demonstrações financeiras do emissor e em seus resultados:

a) introdução ou alienação de segmento operacional

Não aplicável.

b) Constituição, aquisição ou alienação de participação societária

Não aplicável.

c) Eventos ou operações não usuais

Não aplicável.

10.4 - Mudanças Significativas Nas Práticas Contábeis - Ressalvas e Ênfases no Parecer do Auditor

10.4 – Práticas contábeis e parecer dos auditores

a) mudanças significativas nas práticas contábeis

As demonstrações financeiras consolidadas foram preparadas de acordo com as Normas Internacionais de Relatório Financeiro (IFRS) emitidas pelo *International Accounting Standards Board (IASB)* e também de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil (BR GAAP).

As demonstrações financeiras individuais da controladora foram elaboradas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil.

b) efeitos significativos das alterações em práticas contábeis

Não aplicável.

c) ressalvas e ênfases presentes no parecer do auditor

RELATÓRIO DOS AUDITORES INDEPENDENTES SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS INDIVIDUAIS E CONSOLIDADAS

Aos acionistas e administradores da
Bardella S.A. Indústrias Mecânicas
Guarulhos - SP

Opinião

Examinamos as demonstrações financeiras individuais e consolidadas da Bardella S.A. Indústrias Mecânicas (*Companhia*), identificadas como controladora e consolidado, respectivamente, que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2018 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, compreendendo as políticas contábeis significativas e outras informações elucidativas.

Opinião sobre as demonstrações financeiras individuais

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras individuais acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Bardella S.A. Indústrias Mecânicas, em 31 de dezembro de 2018, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil.

Opinião sobre as demonstrações financeiras consolidadas

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras consolidadas acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira consolidada da Bardella S.A. Indústrias Mecânicas, em 31 de dezembro de 2018, o desempenho consolidado de suas operações e os seus fluxos de caixa consolidados para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e com as normas internacionais de relatório financeiro (IFRS) emitidas pelo *International Accounting Standards Board (IASB)*.

10.4 - Mudanças Significativas Nas Práticas Contábeis - Ressalvas e Ênfases no Parecer do Auditor

Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir intitulada "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas". Somos independentes em relação à Companhia e suas controladas, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Principais assuntos de auditoria

Principais assuntos de auditoria são aqueles que, em nosso julgamento profissional, foram os mais significativos em nossa auditoria do exercício corrente. Esses assuntos foram tratados no contexto de nossa auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas como um todo e na formação de nossa opinião sobre essas demonstrações financeiras individuais e consolidadas e, portanto, não expressamos uma opinião separada sobre esses assuntos.

Reconhecimento de receita de contratos de construção de equipamentos (Mecânica) - Controladora e Consolidado	Como nossa auditoria conduziu esse assunto
---	---

Conforme apresentado nas Notas Explicativas nº 7 e 23, as receitas do segmento de mecânica, por se tratarem de produtos fabricados sob encomenda, são reconhecidas pela mensuração do progresso em relação à satisfação completa da obrigação de desempenho, sendo aplicado o métodos de insumo, os quais reconhecem a receita com base nos custos incorridos referentes aos recursos consumidos, em relação aos custos dos insumos esperados totais para a satisfação da obrigação de desempenho. O reconhecimento de receita desses contratos requer um elevado grau de julgamento para estimar mensuração do progresso em relação à satisfação completa da obrigação de desempenho na data do balanço e os custos necessários para completar o contrato. Devido à relevância dos custos de construção a incorrer e ao alto grau de julgamento envolvido na determinação dessa estimativa,

Nossos procedimentos de auditoria incluíram, entre outros, o entendimento do desenho e implementação dos controles internos chave implementados pela Companhia avaliando se as informações relevantes de cada contrato foram adequadamente capturadas, processadas, aprovadas e registradas. Obtivemos a composição analítica de acompanhamento da carteira de contratos e avaliamos, em base amostral, as premissas adotadas pela Companhia para determinar se os custos necessários para completar o contrato ainda estão em linha com o orçamento inicial, quando agregado aos custos já incorridos e a análise da adequação dos custos incorridos no exercício. Inspecionamos, em base amostral, os orçamentos de custos e respectivas aprovações, o valor dos custos incorridos com a respectiva documentação suporte, avaliamos a natureza e razoabilidade

10.4 - Mudanças Significativas Nas Práticas Contábeis - Ressalvas e Ênfases no Parecer do Auditor

usada na determinação do cálculo do percentual de conclusão da obra que são base para o reconhecimento de receita e que pode impactar as demonstrações financeiras individuais e consolidadas e o valor do investimento registrado pelo método da equivalência patrimonial nas demonstrações financeiras da controladora, consideramos esse assunto significativo em nossa auditoria.

das mudanças ocorridas no custo orçado e efetuamos a análise da razoabilidade do estágio de conclusão do contrato. Avaliamos também a adequação das divulgações efetuadas pela Companhia.

Redução ao valor recuperável das contas a receber - Controladora e Consolidado

Conforme apresentado na Nota Explicativa nº 6, a Companhia e suas controladas mantém um saldo significativo de contas a receber faturados e não faturados. Existe um risco significativo de inadimplência em função do atual cenário econômico. Os critérios e metodologias para determinação da necessidade de Provisão para redução ao valor recuperável exigem por sua natureza, a utilização de julgamentos e análises sobre fatores externos e condições econômicas gerais, e internos, tais como histórico de pagamentos do devedor e considerações sobre acordos financeiros. Devido à relevância das contas a receber, ao alto grau de julgamento envolvido, ao nível de incerteza para a determinação da perda por redução ao valor recuperável e ao impacto que eventuais alterações nas premissas usadas em sua determinação poderiam ter nas demonstrações financeiras individuais e consolidadas e no valor do investimento registrado pelo método da equivalência patrimonial nas demonstrações financeiras da controladora,

Como nossa auditoria conduziu esse assunto

Nossos procedimentos de auditoria incluíram, entre outros, a avaliação do desenho, implementação e a efetividade dos controles internos chave relacionados à identificação e registro das contas a receber. Efetuamos testes para validar a lista com a idade das faturas em aberto (“aging list”). Além disso, para os contratos em aberto no encerramento do exercício, que não foram liquidados de acordo com os termos e condições estabelecidas, avaliamos as premissas utilizadas pela Companhia para determinar se os montantes considerados como créditos de liquidação duvidosa eram suficientes para cobrir possíveis perdas na realização das contas a receber. Analisamos também, em base amostral, as liquidações subsequentes das faturas e avaliamos as divulgações da Companhia e suas controladas sobre as suas políticas relacionadas ao risco de crédito e outras divulgações relacionadas.

10.4 - Mudanças Significativas Nas Práticas Contábeis - Ressalvas e Ênfases no Parecer do Auditor

consideramos esse assunto significativo em nossa auditoria.

Valor recuperável das propriedades para investimentos, ativo imobilizado e intangível, incluindo Ágio (Goodwill) - Controladora e Consolidado	Como nossa auditoria conduziu esse assunto
--	---

Conforme referido nas notas explicativas nº 13 a), 14 e 15 as demonstrações financeiras incluem valores de propriedades para investimentos, ativo imobilizado e intangível, incluindo Ágio (Goodwill) cuja realização está suportada por estimativas de rentabilidade futura baseadas no plano de negócios preparado pela Companhia. Devido às incertezas inerentes ao processo de determinação das estimativas de rentabilidade futura das unidades geradoras de caixa (UGCs) para fins de avaliação do valor recuperável de tais ativos, que envolvem premissas, como a taxa de desconto, taxa de inflação, entre outras, utilizadas na determinação do valor em uso dos ativos e à complexidade do processo, bem como face a fraca demanda de novos contratos ou mesmo a paralização de projetos anteriormente contratados, os quais requerem um grau significativo de julgamento por parte da Companhia para determinação da estimativa contábil que pode impactar o valor desses ativos nas demonstrações financeiras individuais e consolidadas e o valor do investimento registrado pelo método da equivalência patrimonial nas demonstrações financeiras da controladora, consideramos esse assunto significativo em nossa auditoria.

Obtivemos o entendimento do processo de preparação e revisão do plano de negócios, orçamentos e análises ao valor recuperável disponibilizadas pela Companhia. Avaliamos a precisão da estimativa preparada pela Companhia, a determinação das UGCs e a metodologia utilizada para o teste de redução ao valor recuperável. Avaliamos as premissas e as metodologias utilizadas pela Companhia na preparação do modelo e comparamos com dados obtidos de fontes externas, quando disponíveis, como crescimento econômico projetado, a inflação de custos e as taxas de desconto. Comparamos a soma dos fluxos de caixa descontados com o valor registrado das propriedades para investimento, ativo imobilizado e intangível da Companhia para determinação do valor em uso.

10.4 - Mudanças Significativas Nas Práticas Contábeis - Ressalvas e Ênfases no Parecer do Auditor

Adequação das divulgações efetuadas pela Companhia para Propriedades para investimento - Controladora e Consolidado **Como nossa auditoria conduziu esse assunto**

Conforme referido na nota explicativa nº 13 a), a Companhia e suas controladas possuem imóveis e outros bens classificados nas demonstrações financeiras como propriedade para investimento, as quais são mensuradas ao valor justo. O valor justo das propriedades para investimentos em 31 de dezembro 2018, foi determinado pela Companhia com base em uma avaliação independente preparada por avaliador externo que requer o uso de julgamento significativo que pode impactar o valor desses ativos nas demonstrações financeiras individuais e consolidadas e o valor do investimento registrado pelo método da equivalência patrimonial nas demonstrações financeiras da controladora. Por essa razão, consideramos esse assunto significativo em nossa auditoria.

Nossos procedimentos de auditoria incluíram, entre outros, a avaliação, da adequação da metodologia de avaliação adotada pelo avaliador externo, análise dos cálculos e a razoabilidade dos valores apresentados. Consideramos também a adequação e a conformidade das divulgações nas demonstrações financeiras relativas as políticas contábeis e a apuração do valor justo dessas propriedades.

Continuidade Operacional - Controladora e Consolidado **Como nossa auditoria conduziu esse assunto**

Conforme mencionado na nota explicativa nº 1, como consequência do cenário econômico atual, durante os exercícios de 2018 e 2017, a Companhia e suas controladas apuraram prejuízos que impactaram a geração de caixa operacional, ocasionando uma deficiência de capital de giro, principalmente em função da queda da demanda de encomendas e dos atuais níveis de contratos fechados. Com o objetivo de avaliar o uso do pressuposto de continuidade operacional quando da preparação das demonstrações financeiras individuais e consolidadas, a Companhia elaborou

Nossos procedimentos de auditoria incluíram, entre outros, a análise da avaliação preparada pela Companhia quanto às incertezas relacionadas à capacidade de continuidade operacional, a avaliação das projeções de fluxo de caixa preparadas pela Companhia e devidamente aprovadas pelo Conselho de Administração, considerando os resultados realizados, dados externos e condições do mercado, a avaliação da consistência das projeções utilizadas na avaliação da continuidade operacional com as utilizadas nos cálculos de redução do

10.4 - Mudanças Significativas Nas Práticas Contábeis - Ressalvas e Ênfases no Parecer do Auditor

análises que consideraram eventos e condições que pudessem indicar incertezas significativas e gerar dúvidas sobre a sua capacidade de continuidade operacional. Devido à relevância, complexidade e julgamento envolvidos na determinação das premissas base dessa avaliação, especificamente as projeções de fluxo de caixa, e do impacto que qualquer mudança nessas premissas teria nas demonstrações financeiras individuais e consolidadas como um todo, consideramos esse assunto significativo para a nossa auditoria.

valor recuperável, a avaliação da integridade aritmética dos cálculos e a avaliação da adequação das informações divulgadas nas demonstrações financeiras individuais e consolidadas da Companhia.

Outros assuntos

Demonstrações do valor adicionado

As demonstrações individual e consolidada do valor adicionado (DVA) referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2018, elaboradas sob a responsabilidade da administração da Companhia, e apresentadas como informação suplementar para fins de IFRS, foram submetidas a procedimentos de auditoria executados em conjunto com a auditoria das demonstrações financeiras da Companhia. Para a formação de nossa opinião, avaliamos se essas demonstrações estão conciliadas com as demonstrações financeiras e registros contábeis, conforme aplicável, e se a sua forma e conteúdo estão de acordo com os critérios definidos no Pronunciamento Técnico CPC 09 - Demonstração do Valor Adicionado. Em nossa opinião, essas demonstrações do valor adicionado foram adequadamente elaboradas, em todos os aspectos relevantes, segundo os critérios definidos nesse Pronunciamento Técnico e são consistentes em relação às demonstrações financeiras individuais e consolidadas tomadas em conjunto.

Outras informações que acompanham as demonstrações financeiras individuais e consolidadas e o relatório do auditor

A administração da Companhia é responsável por essas outras informações que compreendem o Relatório da Administração. Nossa opinião sobre as demonstrações financeiras individuais e consolidadas não abrange o Relatório da Administração e não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório. Em conexão com a auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas, nossa responsabilidade é a de ler o Relatório da Administração e, ao fazê-lo, considerar se esse relatório está, de forma relevante, inconsistente com as demonstrações financeiras ou com nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma, aparenta estar distorcido de forma relevante. Se, com base no trabalho realizado, concluirmos que há distorção relevante no Relatório da Administração, somos requeridos a comunicar esse fato. Não temos nada a relatar a este respeito.

10.4 - Mudanças Significativas Nas Práticas Contábeis - Ressalvas e Ênfases no Parecer do Auditor

Responsabilidades da administração e da governança pelas demonstrações financeiras individuais e consolidadas

A administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras individuais e consolidadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e com as normas internacionais de relatório financeiro (IFRS), emitidas pelo *International Accounting Standards Board (IASB)*, e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras individuais e consolidadas livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro. Na elaboração das demonstrações financeiras individuais e consolidadas, a administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Companhia continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a administração pretenda liquidar a Companhia e suas controladas ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações. Os responsáveis pela governança da Companhia e suas controladas são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações financeiras.

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras individuais e consolidadas, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes.

As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras. Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras individuais e consolidadas, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais;
- Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas, não, com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia e suas controladas;
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração;
- Concluimos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia e suas controladas. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar

10.4 - Mudanças Significativas Nas Práticas Contábeis - Ressalvas e Ênfases no Parecer do Auditor

atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras individuais e consolidadas ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia e suas controladas a não mais se manterem em continuidade operacional;

- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras, inclusive as divulgações e se as demonstrações financeiras individuais e consolidadas representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada;
- Obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente referente às informações financeiras das entidades ou atividades de negócio do grupo para expressar uma opinião sobre as demonstrações financeiras individuais e consolidadas. Somos responsáveis pela direção, supervisão e desempenho da auditoria do grupo e, conseqüentemente, pela opinião de auditoria.

Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

Fornecemos também aos responsáveis pela governança declaração de que cumprimos com as exigências éticas relevantes, incluindo os requisitos aplicáveis de independência, e comunicamos todos os eventuais relacionamentos ou assuntos que poderiam afetar, consideravelmente, nossa independência, incluindo, quando aplicável, as respectivas salvaguardas. Dos assuntos que foram objeto de comunicação com os responsáveis pela governança, determinamos aqueles que foram considerados como mais significativos na auditoria das demonstrações financeiras do exercício corrente e que, dessa maneira, constituem os principais assuntos de auditoria.

Descrevemos esses assuntos em nosso relatório de auditoria, a menos que lei ou regulamento tenha proibido divulgação pública do assunto, ou quando, em circunstâncias extremamente raras, determinarmos que o assunto não deve ser comunicado em nosso relatório porque as consequências adversas de tal comunicação podem, dentro de uma perspectiva razoável, superar os benefícios da comunicação para o interesse público.

Guarulhos, 29 de março de 2019.

Pemom Auditores Independentes S.S.
CRC 2SP 031.056/O-2

Acyr de Oliveira Pereira
Contador CRC 1SP220.266/O-0



10.5 - Políticas Contábeis Críticas

10.5 - Políticas contábeis críticas adotadas pela Companhia:

A Companhia e suas controladas aplicaram as políticas contábeis descritas abaixo de maneira consistente a todos os exercícios apresentados nestas demonstrações financeiras individuais e consolidadas.

Base de Consolidação - Controladas

A Companhia controla uma entidade quando está exposta a, ou tem direito sobre, os retornos variáveis advindos de seu envolvimento com a entidade e tem a habilidade de afetar esses retornos exercendo seu poder sobre a entidade. As demonstrações financeiras de controladas são incluídas nas demonstrações financeiras consolidadas a partir da data em que a Companhia obtiver o controle até a data em que o controle deixa de existir.

Nas demonstrações financeiras individuais da controladora, as informações financeiras de controladas são reconhecidas por meio do método de equivalência patrimonial.

Investimentos em entidades contabilizadas pelo método da equivalência patrimonial

Os investimentos da Companhia em entidades contabilizadas pelo método da equivalência patrimonial compreendem suas participações em coligadas e empreendimentos controlados em conjunto (joint ventures).

As coligadas são aquelas entidades nas quais a Companhia, direta ou indiretamente, tenha influência significativa, mas não controle ou controle conjunto, sobre as políticas financeiras e operacionais. Para ser classificada como uma entidade controlada em conjunto, deve existir um acordo contratual que permite a Companhia controle compartilhado da entidade e dá a Companhia direito aos ativos líquidos da entidade controlada em conjunto, e não direito aos seus ativos e passivos específicos.

Tais investimentos são reconhecidos inicialmente pelo custo, o qual inclui os gastos com a transação. Após o reconhecimento inicial, as demonstrações financeiras incluem a participação da Companhia no lucro ou prejuízo líquido do exercício e outros resultados abrangentes da investida até a data em que a influência significativa ou controle conjunto deixa de existir. Nas demonstrações financeiras individuais da controladora, investimentos em controladas também são contabilizados com o uso desse método.

Transações eliminadas na consolidação

Saldos e transações intra-companhias, e quaisquer receitas ou despesas não realizadas derivadas de transações intra-companhias, são eliminados. Ganhos não realizados oriundos de transações com investidas registradas por equivalência patrimonial são eliminados contra o investimento na proporção da participação da companhia na investida. Perdas não realizadas são eliminadas da mesma maneira de que os ganhos não realizados, mas somente na extensão em que não haja evidência de perda por redução ao valor recuperável.

Transações em moeda estrangeira

Transações em moeda estrangeira são convertidas para as respectivas moedas funcionais da Companhia e suas controladas pelas taxas de câmbio nas datas das transações.

Ativos e passivos monetários denominados e apurados em moedas estrangeiras na data do balanço são reconvertidos para a moeda funcional à taxa de câmbio naquela data. Ativos e passivos não monetários que são mensurados pelo valor justo em moeda estrangeira são reconvertidos para a moeda funcional à taxa de câmbio na data em que o valor justo foi determinado. Itens não monetários que são mensurados com base no custo histórico em moeda estrangeira são convertidos pela taxa de câmbio na data da transação. As diferenças de moedas estrangeiras resultantes da conversão são geralmente reconhecidas no resultado.

10.5 - Políticas Contábeis Críticas

Receita operacional

Venda de bens

A receita operacional é reconhecida quando (i) os riscos e benefícios mais significativos inerentes a propriedade dos bens forem transferidos para o comprador, (ii) for provável que benefícios econômicos financeiros fluirão para a Companhia e suas controladas, (iii) os custos associados e a possível devolução de mercadorias puderem ser estimados de maneira confiável, (iv) não haja envolvimento contínuo com os bens vendidos, e (v) o valor da receita possa ser mensurado de maneira confiável. A receita é medida líquida de devoluções, descontos comerciais e bonificações.

O momento da transferência dos riscos e benefícios varia dependendo das condições individuais do contrato de venda.

Prestação de serviços

A Companhia e suas controladas reconhecem a receita com a prestação de serviços com base no estágio de conclusão do serviço. O estágio de conclusão é avaliado com base no percentual de execução dos trabalhos.

Contratos de construção

De acordo com o CPC 47, os contratos de construção correspondem a produtos fabricados sob encomenda de clientes, dessa forma o desempenho na execução do contrato não cria um ativo com uso alternativo, não sendo possível redirecionar o ativo para outro uso ou vendê-lo para cliente diferente, seja em função das especificações únicas de projetos, limitações contratuais ou a perdas econômicas proibitivas. Para mensuração do progresso em relação à satisfação completa da obrigação de desempenho, a Companhia aplica métodos de insumo, os quais reconhecem a receita com base nos custos incorridos referentes aos recursos consumidos, em relação aos custos dos insumos esperados totais para a satisfação da obrigação de desempenho. Os contratos com estas características implicam no direito de pagamento pelo desempenho concluído total ou parcialmente. A receita do contrato compreende o valor inicial acordado no contrato acrescido de quaisquer variações decorrentes de solicitações adicionais do cliente, pleitos e pagamentos de incentivos contratuais, na medida em que seja provável que elas irão resultar em receita e possam ser mensuradas de forma confiável.

Aluguel de propriedades para investimento

A receita de aluguel de propriedade para investimento é reconhecida no resultado do exercício pelo método linear durante o prazo do arrendamento. A receita de aluguel de outras propriedades é reconhecida como “outras receitas”.

3.4 Instrumentos financeiros

A Companhia e suas controladas classificam ativos financeiros não derivativos nas seguintes categorias: Ativos Financeiros mensurados pelo valor justo por meio do resultado, Custo amortizável (empréstimos e recebíveis) e Ativos Financeiros disponíveis para venda.

A Companhia e suas controladas classificam passivos financeiros não derivativos na categorias de Outros passivos financeiros.

Ativos e passivos financeiros não derivativos - Reconhecimento e desreconhecimento.

A Companhia e suas controladas reconhecem os empréstimos e recebíveis e instrumentos de dívida inicialmente na data em que foram originados. Todos os outros ativos e passivos financeiros são reconhecidos na data da negociação quando a entidade se tornar parte das disposições contratuais do instrumento.

A Companhia e suas controladas desreconhecem um ativo financeiro quando os direitos contratuais aos fluxos de caixa do ativo expiram, ou quando a Companhia e suas controladas transferem os direitos ao recebimento dos fluxos de caixa contratuais sobre um ativo financeiro em uma transação na qual substancialmente todos os riscos e benefícios da titularidade do ativo financeiro são transferidos. Qualquer participação que seja criada ou retida pela Companhia e suas controladas em tais ativos financeiros transferidos, são reconhecidos como um ativo ou passivo separado.

A Companhia e suas controladas desreconhecem um passivo financeiro quando sua obrigação contratual é retirada, cancelada ou expirada.

10.5 - Políticas Contábeis Críticas

Os ativos ou passivos financeiros são compensados e o valor líquido apresentado no balanço patrimonial quando, e somente quando, a Companhia e suas controladas tenham atualmente um direito legalmente executável de compensar os valores e tenha a intenção de liquidá-los em uma base líquida ou de realizar o ativo e liquidar o passivo simultaneamente.

Ativos financeiros não derivativos - Mensuração

Ativos financeiros mensurados pelo valor justo por meio do resultado

Um ativo financeiro é classificado como mensurado pelo valor justo por meio do resultado caso seja classificado como mantido para negociação ou designado como tal no momento do reconhecimento inicial. Os custos da transação são reconhecidos no resultado conforme incorridos. São mensurados pelo valor justo e mudanças no valor justo, incluindo ganhos com juros e dividendos, são reconhecidos no resultado do exercício.

Empréstimos e recebíveis

Esses ativos são mensurados inicialmente pelo valor justo acrescido de quaisquer custos de transação atribuíveis. Após o reconhecimento inicial, os empréstimos e recebíveis são medidos pelo custo amortizado utilizando o método dos juros efetivos.

Caixa e equivalentes de caixa

São classificados nesta rubrica os valores em caixa, saldos positivos em conta movimento, aplicações financeiras de liquidez imediata ou resgatáveis no prazo de até 90 dias da data de contratação e com risco insignificante de mudança de seu valor justo. As aplicações financeiras denominadas como equivalentes de caixa são classificadas na categoria “ativos financeiros ao valor justo por meio do resultado”.

Ativos financeiros disponíveis para venda

Esses ativos são mensurados inicialmente pelo seu valor justo acrescido de quaisquer custos de transação diretamente atribuíveis. Após o reconhecimento inicial, eles são mensurados pelo valor justo e as mudanças, que não sejam perdas por redução ao valor recuperável e diferenças de moedas estrangeiras sobre instrumentos de dívida, são reconhecidas em outros resultados abrangentes e acumuladas dentro do patrimônio líquido como ajustes de avaliação patrimonial. Quando esses ativos são desreconhecidos, os ganhos e perdas acumulados mantidos como ajustes de avaliação patrimonial são reclassificados para o resultado.

Passivos financeiros não derivativos – Mensuração

Um passivo financeiro é classificado como mensurado pelo valor justo por meio do resultado caso seja classificado como mantido para negociação ou designado como tal no momento do reconhecimento inicial. Os custos da transação são reconhecidos no resultado conforme incorridos. Passivos financeiros mensurados pelo valor justo por meio do resultado são mensurados pelo valor justo e mudanças no valor justo desses passivos, incluindo ganhos com juros e dividendos, são reconhecidos no resultado do exercício.

Outros passivos financeiros não derivativos são mensurados inicialmente pelo valor justo deduzidos de quaisquer custos de transação atribuíveis. Após o reconhecimento inicial, esses passivos financeiros são mensurados pelo custo amortizado utilizando o método dos juros efetivos.

Mensuração de Ativos e Passivos Financeiros – Novo pronunciamento

A Companhia avaliou que a principal diferença na mensuração de ativos e passivos financeiros decorrente da adoção do novo pronunciamento está relacionada com a alteração do conceito de redução no valor recuperável das contas a receber, que, além do conceito de perda verificada, incorpora também o conceito de perda esperada. De acordo com o CPC 48 (IFRS 9), as perdas de crédito são reconhecidas mais cedo do que de acordo com o CPC 38 (IAS 39), assim, a Companhia passou a reconhecer a perda de crédito esperada para os contratos vendidos, juntamente com o reconhecimento das respectivas receitas. Conforme contemplado no item 7.2.15 do referido pronunciamento, a Companhia optou por não rerepresentar períodos anteriores, reconhecendo, desta forma, o impacto da adoção inicial no saldo de abertura das reservas de lucro, conforme segue:

10.5 - Políticas Contábeis Críticas

	Controladora			Consolidado		
	Saldos originalmente apresentados em 31/12/17	Efeitos da adoção inicial CPC 48	Saldos após aplicação do CPC 48 em 01/01/18	Saldos originalmente apresentados em 31/12/17	Efeitos da adoção inicial CPC 48	Saldos após aplicação do CPC 48 em 01/01/18
ATIVO						
ATIVO CIRCULANTE	252.833	(9.374)	243.459	251.301	(9.374)	241.927
Contas a Receber	86.748	(9.374)	77.374	95.158	(9.374)	85.784
Demais contas	166.085	-	166.085	156.143	-	156.143
Demais contas do Ativo	589.799	-	589.799	586.743	-	586.743
TOTAL DO ATIVO	842.632	(9.374)	833.258	838.044	(9.374)	828.670
PASSIVO						
Demais contas do passivo	630.666		630.666	626.078		626.078
PATRIMONIO LÍQUIDO	211.966	(9.374)	202.592	211.966	(9.374)	202.592
Capital Social	116.800		116.800	116.800		116.800
Reservas de Capital	111.335		111.335	111.335		111.335
Ajustes de Avaliação Patrimonial	181.597		181.597	181.597		181.597
Prejuízos acumulados	(197.766)	(9.374)	(207.140)	(197.766)	(9.374)	(207.140)
TOTAL DO PASSIVO	842.632	(9.374)	833.258	838.044	(9.374)	828.670

Capital Social

Ações ordinárias

Custos adicionais diretamente atribuíveis à emissão de ações e opções de ações são reconhecidos como redutores do patrimônio líquido. Efeitos de impostos relacionados aos custos dessas transações estão contabilizadas conforme o CPC 32 / IAS 12.

Ações preferenciais

Ações preferenciais não resgatáveis são classificadas no patrimônio líquido, pois o pagamento de dividendos é discricionário, e elas não geram qualquer obrigação de entregar caixa ou outro ativo financeiro da Companhia e não requerem liquidação em um número variável de instrumentos patrimoniais. Dividendos discricionários são reconhecidos como distribuições no patrimônio líquido na data de sua aprovação pelos acionistas da Companhia.

Os dividendos mínimos obrigatórios, conforme definido em estatuto são reconhecidos como passivo.

3.5 Contas a receber

As contas a receber são registradas pelo valor faturado, ajustado pela provisão para créditos de liquidação duvidosa, quando aplicáveis, incluindo os respectivos impostos diretos de responsabilidade tributária da Companhia e suas controladas. Esta conta inclui efeitos a faturar, relativos aos produtos sob encomenda cujas receitas são apuradas por meio do progresso em relação à satisfação completa da obrigação de desempenho, estão demonstrados líquidos do seu recebimento.

A provisão para créditos de liquidação duvidosa - PCLD é constituída com base na avaliação da companhia que utiliza o conceito de redução no valor recuperável das contas a receber, que, além da perda verificada, incorpora também o conceito de perda esperada.

3.6 Estoques

Os estoques são avaliados com base no custo histórico de aquisição ou de produção, acrescido de gastos relativos a transportes, armazenagem e impostos não recuperáveis. No caso de produtos industrializados, em processo e acabados, o estoque inclui os gastos gerais de fabricação com base na capacidade normal de produção. Os valores de estoques contabilizados não excedem os valores de mercado e são constituídas provisões para perdas quando consideradas

10.5 - Políticas Contábeis Críticas

necessárias pela Administração.

3.7 Investimentos

Os investimentos da Companhia em suas controladas, controlada em conjunto e coligada são avaliados pelo método da equivalência patrimonial, conforme CPC 18 (IAS 28) e são contabilizados no balanço patrimonial ao custo, adicionado das mudanças ocorridas após a aquisição das respectivas participações societárias. Tais mudanças ou variações são apresentadas na demonstração de resultados como equivalência patrimonial.

3.8 Propriedades para investimento

A propriedade para investimento inclusive instalações industriais e edificações, quando aplicável, são inicialmente mensurada pelo custo e subsequentemente ao valor justo, sendo que quaisquer alterações posteriores no valor justo são reconhecidas no resultado.

Ganhos e perdas na alienação de uma propriedade para investimento (calculado pela diferença entre o valor líquido recebido na venda e o valor contábil do item) são reconhecidos no resultado. Quando uma propriedade para investimento anteriormente reconhecida como ativo imobilizado é vendida, qualquer montante reconhecido em ajuste de avaliação patrimonial é transferido para lucros acumulados.

3.9 Ativo imobilizado

Reconhecimento e mensuração

Itens do imobilizado são mensurados pelo custo histórico de aquisição ou construção, deduzido de depreciação acumulada e quaisquer perdas acumuladas por redução ao valor recuperável (impairment). O custo de certos itens do imobilizado em 1º de janeiro de 2009, data de transição da Companhia e suas controladas para os CPCs (IFRS) foi determinada com base em seu valor justo naquela data.

Quando partes significativas de um item do imobilizado têm diferentes vidas úteis, elas são registradas como itens separados (componentes principais) de imobilizado.

Quaisquer ganhos e perdas na alienação de um item do imobilizado são reconhecidos no resultado.

Reclassificação para propriedade para investimento

Quando o uso da propriedade muda de ocupada pelo proprietário para propriedade para investimento, a propriedade é remensurada ao seu valor justo e reclassificada como propriedade para investimento. A diferença resultante entre o valor residual do ativo e valor justo é reconhecido como outros resultados abrangentes no patrimônio líquido no momento da sua transferência e mensuração posterior do valor justo é reconhecido no resultado..

Custos subsequentes

Custos subsequentes são capitalizados apenas quando é provável que benefícios econômicos futuros associados com os gastos serão auferidos pela Companhia e suas controladas.

Depreciação

Itens do ativo imobilizado são depreciados pelo método linear no resultado do exercício baseado na vida útil econômica estimada de cada componente. Ativos arrendados são depreciados pelo menor período entre a vida útil estimada do bem e o prazo do contrato, a não ser que seja certo que a Companhia e suas controladas obterão a propriedade do bem ao final do arrendamento. Terrenos não são depreciados.

As vidas úteis estimadas para o exercício corrente e comparativo estão demonstradas na nota explicativa nº 14.

Os métodos de depreciação, as vidas úteis e os valores residuais serão revistos a cada encerramento de exercício financeiro e eventuais ajustes são reconhecidos como mudança de estimativas contábeis.

10.5 - Políticas Contábeis Críticas

3.10 Arrendamento mercantil

Arrendamento financeiro

Determinados contratos de arrendamento mercantil transferem substancialmente à Companhia e suas controladas os riscos e benefícios inerentes à propriedade de um ativo. Esses contratos são caracterizados como contratos de arrendamento financeiro e os ativos são reconhecidos pelo menor valor entre o valor justo e o valor presente dos pagamentos mínimos previstos em contrato, acrescidos, quando aplicável, dos custos iniciais diretos incorridos na transação. Os bens reconhecidos como ativos são depreciados pelas taxas de depreciação aplicáveis a cada grupo de ativo conforme a Nota Explicativa nº 14. Os encargos financeiros relativos aos contratos de arrendamento financeiro são apropriados ao resultado ao longo do prazo do contrato, com base no método do custo amortizado e da taxa de juros efetiva.

Arrendamento operacional

Pagamentos efetuados sob um contrato de arrendamento operacional, que incluem aluguéis de equipamentos e imóveis, quando aplicável, são reconhecidos como despesas no demonstrativo de resultados em bases lineares pelo prazo do contrato de arrendamento.

3.11 Ativos intangíveis

Os ativos intangíveis com vida útil indefinida compreendem os saldos de ágio adquiridos por meio de combinação de negócios que têm como fundamento econômico a rentabilidade futura, tais ativos não são amortizados e tem o seu valor recuperável testado, anualmente.

Os ativos intangíveis com vida útil definida estão representados por softwares e são amortizados pelo tempo remanescente estimado para uso. A amortização inicia-se com a entrada do software em operação.

3.12 Redução ao valor recuperável

Ativos financeiros não-derivativos

Ativos financeiros não classificados como ativos financeiros ao valor justo por meio do resultado, incluindo investimentos contabilizados pelo método da equivalência patrimonial, são avaliados em cada data de balanço para determinar se há evidência objetiva de perda por redução ao valor recuperável.

Para investimentos em títulos patrimoniais, evidência objetiva de perda por redução ao valor recuperável inclui um declínio significativo ou prolongado no seu valor justo abaixo do custo.

Ativos financeiros mensurados ao custo amortizado

A Companhia e suas controladas consideram evidência de perda de valor de ativos mensurados pelo custo amortizado tanto em nível individual como em nível coletivo. Todos os ativos individualmente significativos são avaliados quanto à perda por redução ao valor recuperável. Aqueles que não tenham sofrido perda de valor individualmente são então avaliados coletivamente quanto a qualquer perda de valor que possa ter ocorrido, mas não tenha ainda sido identificada. Ativos que não são individualmente significativos são avaliados coletivamente quanto à perda de valor com base no agrupamento de ativos com características de risco similares.

Ao avaliar a perda por redução ao valor recuperável de forma coletiva, a Companhia e suas controladas utilizam tendências históricas do prazo de recuperação e dos valores de perda incorridos, ajustados para refletir o julgamento da Administração se as condições econômicas e de crédito atuais são tais que as perdas reais provavelmente serão maiores ou menores que as sugeridas pelas tendências históricas.

Uma perda por redução ao valor recuperável é calculada como a diferença entre o valor contábil e o valor presente dos fluxos de caixa futuros estimados, descontados à taxa de juros efetiva original do ativo. As perdas são reconhecidas no resultado e refletidas em uma conta de provisão. Quando a Companhia e suas controladas consideram que não há expectativas razoáveis de recuperação, os valores são baixados. Quando um evento subsequente indica uma redução da perda, a provisão é revertida para o resultado.

10.5 - Políticas Contábeis Críticas

Ativos financeiros disponíveis para venda

Perdas por redução ao valor recuperável de ativos financeiros disponíveis para venda são reconhecidas pela reclassificação da perda acumulada reconhecida em ajustes de avaliação patrimonial no patrimônio líquido para o resultado. A perda reclassificada é a diferença entre o custo de aquisição, líquido de qualquer reembolso e amortização do principal, e o valor justo atual, diminuído de qualquer redução por perda de valor recuperável previamente reconhecida no resultado. Caso o valor justo de um título de dívida, para o qual tenha sido reconhecida uma perda no valor recuperável, apresente aumento e, esse aumento possa ser objetivamente relacionado a um evento ocorrido após a perda por redução no valor recuperável ter sido reconhecida, então a perda é revertida e o valor da reversão é reconhecido no resultado. Perdas por redução ao valor recuperável reconhecidas no resultado para instrumentos patrimoniais classificados como ativos financeiros disponíveis para venda não são revertidas.

Investidas contabilizadas pelo método da equivalência patrimonial

Uma perda por redução ao valor recuperável referente a uma investida avaliada pelo método de equivalência patrimonial é mensurada pela comparação do valor recuperável do investimento com seu valor contábil. Uma perda por redução ao valor recuperável é reconhecida no resultado e é revertida se houver uma mudança favorável nas estimativas usadas para determinar o valor recuperável.

Ativos não financeiros

Os valores contábeis dos ativos não financeiros da Companhia e suas controladas, que não propriedade para investimento, estoques e ativos fiscais diferidos, são revistos a cada data de balanço para apurar se há indicação de perda no valor recuperável. Caso ocorra tal indicação, então o valor recuperável do ativo é estimado. No caso do ágio, o valor recuperável é testado anualmente.

Para testes de redução ao valor recuperável, os ativos são agrupados no menor grupo possível de ativos que gera entradas de caixa pelo seu uso contínuo, entradas essas que são em grande parte independentes das entradas de caixa de outros ativos, ou UGCs (Unidade Geradora de Caixa).

O valor recuperável de um ativo ou UGC é o maior entre o seu valor em uso e o seu valor justo menos custos para vender. O valor em uso é baseado em fluxos de caixa futuros estimados, descontados a valor presente usando uma taxa de desconto antes dos impostos que reflita as avaliações atuais de mercado do valor do dinheiro no tempo e os riscos específicos do ativo ou da UGC.

Uma perda por redução ao valor recuperável é reconhecida se o valor contábil do ativo ou UGC exceder o seu valor recuperável.

Perdas por redução ao valor recuperável são reconhecidas no resultado. Perdas reconhecidas referentes às UGCs são inicialmente alocadas para redução de qualquer ágio alocado a esta UGC (ou grupo de UGCs), e então para redução do valor contábil dos outros ativos da UGC (ou grupo de UGCs) de forma pro rata.

Uma perda por redução ao valor recuperável relacionada ao ágio não é revertida. Quanto aos demais ativos, as perdas por redução ao valor recuperável são revertidas somente na extensão em que o novo valor contábil do ativo não exceda o valor contábil que teria sido apurado, líquido de depreciação ou amortização, caso a perda de valor não tivesse sido reconhecida.

3.13 Benefícios de curto prazo a empregados

Obrigações de benefícios de curto prazo a empregados são mensuradas em uma base não descontada e são incorridas como despesas conforme o serviço relacionado seja prestado.

O passivo é reconhecido pelo valor esperado a ser pago relativo aos planos de bonificação em dinheiro ou participação nos lucros de curto prazo se a Companhia e suas controladas tiverem uma obrigação legal ou construtiva de pagar esse valor em virtude de serviço passado prestado pelo empregado e a obrigação puder ser estimada de maneira confiável.

3.14 Provisões

As provisões são registradas tendo como base as melhores estimativas do risco envolvido. Uma provisão é reconhecida no balanço patrimonial quando a Companhia e suas controladas possuem uma obrigação legal ou construtiva como resultado de um evento passado, e é provável que um recurso econômico seja requerido para saldar a obrigação.

10.5 - Políticas Contábeis Críticas

3.15 Imposto de renda e contribuição social

Despesas de imposto de renda e contribuição social corrente

A despesa de imposto corrente é o imposto a pagar estimado sobre o lucro tributável do exercício e qualquer ajuste aos impostos a pagar com relação aos exercícios anteriores. O montante dos impostos correntes a pagar é reconhecido no balanço patrimonial como passivo fiscal pela melhor estimativa do valor esperado dos impostos a serem pagos que reflete as incertezas relacionadas a sua apuração, se houver. Ele é mensurado com base nas taxas de impostos decretadas na data do balanço.

Os ativos e passivos fiscais correntes são compensados somente se certos critérios forem atendidos.

Despesas de imposto de renda e contribuição social diferido

Ativos e passivos fiscais diferidos são reconhecidos com relação às diferenças temporárias entre os valores contábeis de ativos e passivos para fins de demonstrações financeiras e os usados para fins de tributação. As mudanças dos ativos e passivos fiscais diferidos no exercício são reconhecidas como despesa de imposto de renda e contribuição social diferida. O imposto diferido não é reconhecido para:

- Diferenças temporárias sobre o reconhecimento inicial de ativos e passivos em uma transação que não seja uma combinação de negócios e que não afete nem o prejuízo ou lucro tributável nem o resultado contábil;
- Diferenças temporárias relacionadas a investimentos em controladas, coligadas e empreendimentos sob controle conjunto, na extensão que a Companhia e suas controladas sejam capaz de controlar o momento da reversão da diferença temporária e seja provável que a diferença temporária não será revertida em futuro previsível; e
- Diferenças temporárias tributáveis decorrentes do reconhecimento inicial de ágio.

Um ativo fiscal diferido é reconhecido em relação aos prejuízos fiscais e diferenças temporárias dedutíveis não utilizados, na extensão em que seja provável que lucros tributáveis futuros estarão disponíveis, contra os quais serão utilizados. Ativos fiscais diferidos são revisados a cada data de balanço e são reduzidos na extensão em que sua realização não seja mais provável.

Ativos e passivos fiscais diferidos são mensurados com base nas alíquotas que se espera aplicar às diferenças temporárias quando elas forem revertidas, baseando-se nas alíquotas que foram decretadas até a data do balanço.

A mensuração dos ativos e passivos fiscais diferidos reflete as consequências tributárias decorrentes da maneira sob a qual a Companhia e suas controladas esperam recuperar ou liquidar seus ativos e passivos.

Ativos e passivos fiscais diferidos são compensados somente se certos critérios forem atendidos.

3.16 Prejuízo por ação

O resultado por ação básico e diluído é calculado por meio do resultado do exercício atribuível aos acionistas da Companhia e a média ponderada das ações ordinárias e preferenciais em circulação no respectivo período, nos termos do CPC 41- Resultado por Ação e IAS 33 - Resultado por Ação. Em 31 de dezembro de 2016 e 2015 o resultado por ação básico e diluído são iguais.

3.17 Informação por segmento

Um segmento operacional é um componente que desenvolve atividades de negócio das quais pode obter receitas e incorrer em despesas. As demonstrações financeiras incluem dois segmentos, sendo mecânica correspondente à fabricação de equipamentos sob encomenda e aços e serviços representado pela laminação de metais e serviços diversos.

3.18 Novas normas e Interpretações ainda não efetivas

IFRS 16 – Arrendamentos: Refere-se à contabilização de arrendamentos no balanço patrimonial. Exercícios iniciados em ou após 1º de janeiro de 2019.

A Administração da Companhia efetuou uma avaliação preliminar e entende que a aplicação dos pronunciamentos mencionados a serem adotados nas suas Demonstrações Financeiras nas datas exigidas não trarão efeitos relevantes sobre os saldos reportados anteriormente.

10.6 - Itens Relevantes Não Evidenciados Nas Demonstrações Financeiras

10.6 - Itens relevantes não evidenciados nas demonstrações financeiras do emissor:

a) os ativos e passivos detidos pelo emissor, direta ou indiretamente, que não aparecem no seu balanço patrimonial (off-balance sheet items), tais como:

i. arrendamentos mercantis operacionais, ativos e passivos

Não aplicável.

ii. carteiras de recebíveis baixadas sobre as quais a entidade mantenha riscos e responsabilidades, indicando respectivos passivos

Não aplicável

iii. contratos de futura compra e venda de produtos ou serviços

Não aplicável

iv. contratos de construção não terminada

Não aplicável

v. contratos de recebimentos futuros de financiamentos

Não aplicável

b) outros itens não evidenciados nas demonstrações financeiras

Não aplicável

10.7 - Comentários Sobre Itens Não Evidenciados Nas Demonstrações Financeiras

10.7 - Em relação a cada um dos itens não evidenciados nas demonstrações financeiras indicados no item 10.6, os diretores devem comentar:

a) como tais itens alteram ou poderão vir a alterar as receitas, as despesas, o resultado operacional, as despesas financeiras ou outros itens das demonstrações financeiras do emissor

Não aplicável

b) natureza e o propósito da operação

A natureza do arrendamento operacional é aluguel e o propósito é cobrir necessidades temporárias de tais recursos.

c) natureza e montante das obrigações assumidas e dos direitos gerados em favor do emissor em decorrência da operação

Não aplicável

10.8 - Plano de Negócios

10.8 – Plano de Negócios

a) Investimentos

Orçamento de Capital

Não houve proposta de retenção de lucros para orçamento de capital relativa ao resultado do exercício de 2018.

b) Aquisição de plantas, equipamentos, patentes ou outros ativos que devam influenciar materialmente a capacidade produtiva da Companhia.

Não existe no momento planos de aprovação para aquisição de novos ativos.

c) Novos Produtos e serviços

Considerando que a Companhia atua principalmente na fabricação de equipamentos sob encomenda, não existe no momento intenção de alteração do foco de atuação.

10.9 - Outros Fatores Com Influência Relevante

10.9 – Outros fatores que influenciaram de maneira relevante o desempenho operacional

Não temos outros comentários.

11.1 - Projeções Divulgadas E Premissas

11.1 – Projeções divulgadas e premissas

A empresa não divulga projeções.

11.2 - Acompanhamento E Alterações Das Projeções Divulgadas

11.2 – Projeções divulgadas e premissas

A empresa não divulga projeções.

12.1 - Descrição da Estrutura Administrativa

12.1 – Descrição da estrutura administrativa

Estrutura administrativa da Companhia, conforme estabelecido no seu Estatuto Social e Regimento Interno.

a. atribuições de cada órgão e comitê

A Companhia é administrada por um Conselho de Administração e por uma Diretoria.

A representação da Companhia é privativa da Diretoria.

Conselho de Administração:

O Conselho de Administração é composto de 3 (três) até 4 (quatro) membros, todos acionistas, com mandato de 1 (um) ano, mas prorrogável até a primeira Assembléia Geral que se realizar após o final do mandato, permitida a reeleição, com indicação dos respectivos cargos, a saber: 1 (um) Presidente, 1 (um) Vice - Presidente e mais 2 (dois) Conselheiros.

A investidura nos respectivos cargos se dará com a assinatura do Termo de Posse lavrado no livro de Atas do Conselho.

Os Conselheiros eleitos permanecerão nos respectivos cargos até a realização da posse dos novos eleitos.

No caso de renúncia ou vaga do cargo de Presidente do Conselho, o respectivo substituto será escolhido pela Assembléia Geral, a qual deverá ser convocada pelo Vice-Presidente no prazo de 30 (trinta) dias contados da data do evento.

No caso de renúncia ou vaga de conselheiro eleito na forma do parágrafo 4º do artigo 141 da Lei nº 6.404/76 com a redação que lhe foi dada pela Lei nº 10.303/01, deverá o Presidente convocar Assembléia Geral, para que os ordinaristas ou preferencialistas, conforme o caso, possam eleger o Conselheiro que cumprirá o restante do mandato.

No caso de renúncia ou vaga do cargo de Vice-Presidente, poderá o Presidente escolher um dos Conselheiros para ocupar o cargo pelo tempo restante do mandato, ou convocar Assembléia geral para eleição.

Ao Presidente do Conselho compete:

- a)** Presidir as reuniões do Conselho de Administração;
- b)** Presidir as Assembléias Gerais;
- c)** Fazer a distribuição, entre Conselheiros e Diretores, das verbas que lhes forem destinadas por decisão da Assembléia Geral.

Nas reuniões do Conselho, o Presidente terá sempre, além do voto pessoal, o voto de desempate.

Nas faltas ou impedimentos ocasionais ou temporários do Presidente, esta função será acumulada pelo Vice-

12.1 - Descrição da Estrutura Administrativa

Presidente.

O Conselho de Administração reunir-se-á ordinariamente a cada 03 (três) meses e extraordinariamente quando for convocado por qualquer um de seus membros, através de carta, telegrama ou fax, com antecedência mínima de 03 (três) dias.

O Conselho de Administração funcionará com a presença de pelo menos 03 (três) de seus membros e deliberará por maioria de votos.

O funcionamento do Conselho será regulado por Regimento Interno aprovado pela unanimidade dos seus membros.

Compete ao Conselho de Administração:

- I. Fixar a orientação geral dos negócios da Companhia, inclusive examinando e aprovando planos de expansão, alteração ou adaptação de qualquer setor da Companhia;
- II. eleger e destituir os diretores da Companhia, fixando-lhes atribuições na forma deste estatuto;
- III. fiscalizar a gestão dos diretores, examinar livros e documentos e manifestar-se sobre o relatório da Administração e as contas da diretoria;
- IV. convocar Assembléia Geral quando julgar conveniente;
- V. escolher e destituir auditores independentes;
- VI. deliberar sobre a emissão de ações e propostas de aumento de capital, e
- VII. autorizar a aquisição pela companhia de ações de sua própria emissão para cancelamento ou permanência em tesouraria, bem como a alienação destas ações, nos termos do artigo 30, parágrafos 1º, alíneas **b** e **c**, 2º e 4º da Lei nº. 6.404/76, respeitadas as demais normas expedidas pela Comissão de Valores Mobiliários (C.V.M.) a respeito da matéria.
- VIII. autorizar o pagamento ou creditamento de juros a título de remuneração do capital próprio.

Serão arquivadas no Registro do Comércio e publicadas, as Atas de reunião do Conselho de Administração que contiverem deliberação destinada a produzir efeitos perante terceiros.

A Companhia terá uma diretoria com funções executivas, composta de no mínimo 3 (três) e até o máximo de 8 (oito) diretores, acionistas ou não, eleitos pelo Conselho de Administração, sendo 1 (um) Diretor Presidente, até 3 (três) Diretores Vice-Presidentes e até 4 (quatro) Diretores, todos com mandato de 1 (um) ano, permitida a reeleição.

A investidura nos respectivos cargos se dará com a assinatura do Termo de Posse, lavrado no Livro de Atas da diretoria, permanecendo os eleitos em seus respectivos cargos até a realização da posse dos novos eleitos.

12.1 - Descrição da Estrutura Administrativa

Os membros do Conselho de Administração, até o máximo de 1/3 (um terço), poderão ser eleitos para cargos de diretores.

No caso de vaga, ausência ou impedimento de qualquer diretor, o respectivo substituto será escolhido pelo Conselho de Administração e permanecerá no cargo até que se complete o mandato do substituído.

À diretoria compete:

- a) gerir todos os negócios da Companhia;
- b) oferecer garantias reais, desde que previamente autorizada pelo Conselho de Administração;
- c) constituir procuradores com poderes gerais ou especiais;
- d) administrar a sociedade, organizando, fiscalizando e supervisionando as atividades sociais.

À diretoria cabe a prática de todos os atos necessários ao regular funcionamento da sociedade, podendo, todo e qualquer documento ou instrumento jurídico, ser assinado pelo Diretor Presidente em conjunto com mais um diretor.

Conselho Fiscal:

A Companhia tem um Conselho Fiscal composto por 5 (cinco) membros efetivos e igual número de suplentes, acionistas ou não, que preenchem as condições previstas em lei e somente se instalará por deliberação da Assembléia Geral nos casos previstos no parágrafo 2º do artigo 161 da Lei nº. 6.404/76.

A remuneração dos membros efetivos do Conselho Fiscal será fixada pela Assembleia Geral que os eleger.

Todas as decisões do Conselho Fiscal, quando em funcionamento, serão tomadas por votos da maioria simples de seus membros, que terão as atribuições, deveres, competências e responsabilidades estabelecidos em lei.

A investidura nos respectivos cargos se dará com a assinatura do Termo de Posse lavrado no livro de Atas e Pareceres do Conselho Fiscal.

No caso de renúncia ou vaga de conselheiro e seu suplente eleitos na forma do artigo 161, parágrafo 4º, alínea a da Lei 6.404/76, deverá o Presidente do Conselho de Administração convocar Assembléia Geral para que os ordinaristas ou preferencialistas, conforme o caso, possam eleger o conselheiro e seu suplente que cumprirão o restante do mandato.

b. Data de Instalação do Conselho Fiscal, se este não for permanente, e de criação dos comitês

O Conselho Fiscal não foi instalado na Assembleia Geral Ordinária realizada em 30 de Abril de 2019. A nossa Companhia não possui comitês.

12.1 - Descrição da Estrutura Administrativa

c. mecanismos de avaliação de desempenho de cada órgão ou comitê

Não há mecanismo de avaliação formalizado.

d. em relação aos membros da diretoria, suas atribuições e poderes individuais

A Companhia tem uma diretoria com funções executivas, composta de no mínimo 3 (três) e até o máximo de 8 (oito) diretores, acionistas ou não, eleitos pelo Conselho de Administração, sendo 1 (um) Diretor Presidente, até 3 (três) Diretores Vice-Presidentes e até 4 (quatro) Diretores, todos com mandato de 1 (um) ano, permitida a reeleição.

À diretoria compete:

- a) gerir todos os negócios da Companhia;
- b) oferecer garantias reais, desde que previamente autorizada pelo Conselho de Administração;
- c) constituir procuradores com poderes gerais ou especiais;
- d) administrar a sociedade, organizando, fiscalizando e supervisionando as atividades sociais.

Ao Diretor Presidente compete:

- a) presidir as reuniões de diretoria;
- b) representar a Companhia ativa e passivamente, em Juízo ou fora dele;
- c) fixar as diretrizes gerais aos diretores para o desenvolvimento das atividades da Companhia.

À diretoria cabe a prática de todos os atos necessários ao regular funcionamento da sociedade, podendo, todo e qualquer documento ou instrumento jurídico, ser assinado pelo Diretor Presidente em conjunto com mais um diretor.

Poderão ser assinados por 1 (um) diretor Vice-Presidente em conjunto com outro diretor, os instrumentos que implicarem:

- a) alienação, oneração e aquisição de bens imóveis, previamente autorizada pelo Conselho de Administração;
- b) investimentos em outras sociedades, bem como alienações de quotas ou ações oriundas de tais investimentos, previamente autorizados pelo Conselho de Administração;
- c) transação ou renúncia de direitos, referentes a ações ou quotas de sociedades controladas, subsidiárias ou coligadas;
- d) outorga de procurações "Ad Judicia";

Poderão ser assinados por 1 (um) diretor Vice-Presidente em conjunto com outro diretor, ou por 1 (um)

12.1 - Descrição da Estrutura Administrativa

procurador com poderes específicos para cada caso:

- a)** contratos de venda dos produtos ou de prestação de serviços da sociedade;
- b)** outorga de fianças, avais em notas promissórias, aceite ou aval de título de crédito, com valores acima de 2% (dois por cento) do capital social;
- c)** contratos de transferência de tecnologia, prestação de serviços técnicos especializados ou de licença em que a sociedade seja licenciadora ou licenciada;
- d)** contratos de participação em consórcios industriais;
- e)** contratos de aquisição de bens móveis, matérias primas e equipamentos industriais, destinados ao ativo fixo;
- f)** contratos de penhor mercantil ou industrial;

Poderão ser assinados por 2 (dois) diretores em conjunto, os instrumentos que implicarem:

- a)** outorga de procurações "Ad Negotia";
- b)** outorga de poderes a empregado da empresa, para representação da sociedade em juízo.

Poderão ser assinados por 2 (dois) diretores, ou por 1(um) diretor e mais 1 (um) procurador com poderes específicos, ou ainda por 2(dois) procuradores com poderes também específicos:

- a)** cheques e o aceite de duplicatas ou faturas mercantis;
- b)** contratos de seguro;
- c)** contratos de locação de bens móveis e imóveis;
- d)** contratos de comodato;
- e)** contratos com entidades de crédito, financiamento, investimento e bancos;
- f)** autorização de débitos, transferências e pagamentos através de estabelecimentos bancários;
- g)** contratos de mútuo, nos limites autorizados pelo Conselho de Administração;
- h)** contrato de aquisição de matérias primas e prestação de serviços;
- i)** recebimento e quitação de importâncias relativas a contratos de venda dos produtos ou da prestação de serviços da sociedade;
- j)** recebimento e quitação de importâncias relativas a duplicatas mercantis, notas promissórias e letras de câmbio;
- k)** endosso de cheques e títulos de crédito, inclusive duplicatas mercantis, a bancos, para depósito, cobrança ou desconto;
- l)** outorga de fianças, avais em notas promissórias, aceite ou aval de título de crédito com valores iguais ou inferiores à 2% (dois por cento) do capital social;
- m)** contratos de representação comercial;

Poderão ser assinados por 1 (um) diretor ou 1 (um) procurador com poderes específicos:

- a)** requerimentos, termos e declarações a órgãos ou repartições públicas, Federais, Estaduais, Municipais, entidades paraestatais ou autárquicas, inclusive os relativos a importação e exportação de mercadorias;

12.1 - Descrição da Estrutura Administrativa

- b) assinatura de propostas de fornecimento.
- c) contratos de alienação de bens móveis pertencentes ao ativo fixo.

Considerando que atualmente não existe o cargo de Diretor Vice-Presidente, os documentos são assinados pelo Diretor Presidente.

Diretor-Presidente José Roberto Mendes da Silva - com as atribuições contidas no artigo 20 e seguintes do Estatuto Social além da função determinada pela Instrução CVM nº 309 de 10/06/1999 de Diretor de Relações com Investidores, bem como a direção das áreas fabris de Guarulhos e Sorocaba e a área de vendas de Trefilados e Laminados, além da direção das áreas do Centro Corporativo incluindo Suprimentos, Financeiro, Contabilidade, Custos, Recursos Humanos e Informática.

Diretor Eduardo Fantin – direção da área Comercial e Engenharia de Energia, Metalurgia, Mineração, Petróleo e Gás, Movimentação de Cargas, Peças e Serviços, Gerenciamento de Contratos.

e. mecanismos de avaliação de desempenho dos membros do conselho de administração, dos comitês e da diretoria

Não há mecanismo de avaliação formalizado.

12.2 - Regras, Políticas E Práticas Relativas às Assembleias Gerais

12.2 – Regras, políticas e práticas relativas às Assembleias Gerais

A Assembléia Geral será convocada e instalada de acordo com a lei e o presente Estatuto.

Os acionistas que desejarem ser representados na Assembléia por procurador, deverão depositar na sede da Companhia os respectivos mandatos, 3 (três) dias úteis antes da data marcada para a realização da Assembléia Geral.

Ficam suspensas as transferências de ações 5 (cinco) dias antes da data da Assembléia Geral. A presente restrição deverá constar do respectivo Edital de Convocação e ser comunicada à Instituição Depositária das ações.

A Assembléia Geral Ordinária reunir-se-á dentro dos 4 (quatro) primeiros meses, a contar do término do exercício social, e as extraordinárias sempre que convocadas.

O quorum de instalação de Assembleias Gerais, bem como o quorum para as deliberações, serão aqueles determinados pela legislação vigente.

A Assembléia Geral fixará os montantes globais das remunerações do Conselho de Administração e da Diretoria.

a. prazo de convocação

A convocação da AGO far-se-á mediante anúncio publicado por 3 vezes, no mínimo, contendo, além do local, data e hora da assembleia, a ordem do dia, e, no caso de reforma do estatuto, a indicação da matéria, sendo o prazo de antecedência da primeira convocação de 15 dias e o da segunda de 8 dias. (Inciso II, § 1º, art. 124, da Lei nº 6.404/76).

b. Competências

Compete privativamente à assembleia-geral (Art.122 da Lei 6.404/76)

a) reformar o estatuto social; (b) eleger ou destituir, a qualquer tempo, os administradores e fiscais da companhia, ressalvado o disposto no inciso II do art. 142 da Lei nº 6.404/76; (c) tomar, anualmente, as contas dos administradores e deliberar sobre as demonstrações financeiras por eles apresentadas; (d) autorizar a emissão de debêntures, ressalvado o disposto no § 1º do art. 59 da Lei nº 6.404/76; (e) suspender o exercício dos direitos do acionista; (f) deliberar sobre a avaliação de bens com que o acionista concorrer para a formação do capital social; (g) autorizar a emissão de partes beneficiárias; (h) deliberar sobre transformação, fusão, incorporação e cisão da companhia, sua dissolução e liquidação, eleger e destituir liquidantes e julgar-lhes as contas; e autorizar os administradores a confessar falência e pedir concordata.

12.2 - Regras, Políticas E Práticas Relativas às Assembleias Gerais

c. endereços (físico ou eletrônico) nos quais os documentos relativos à Assembléia Geral estarão à disposição dos acionistas para análise

Os documentos enviados para a CVM via Sistema Empresas.NET estão disponíveis na sede da Companhia, na Av. Antonio Bardella, 525 – Cumbica – Guarulhos – SP e no endereço eletrônico da Companhia (website) (www.bardella.com.br), na CVM (www.cvm.gov.br) e B3 – Brasil, Bolsa, Balcão (www.b3.com.br)

d. identificação e administração de conflito de interesses

Não há.

e. solicitação de procurações pela administração para o exercício do direito de voto

Não Aplicável.

f. formalidades necessárias para aceitação de procurações outorgadas por acionistas, indicando se o emissor exige ou dispensa reconhecimento de firma, notariação, consularização e tradução juramentada e se o emissor admite procurações outorgadas por acionistas por meio eletrônico

Os Senhores Acionistas poderão ser representados na Assembléia por procuradores constituídos na forma do artigo 126, parágrafos 1º e 2º da Lei das Sociedades Anônimas. Os instrumentos de mandato deverão ser depositados na sede da Companhia até 3 (três) dias úteis antes da realização da Assembléia, aos cuidados do Diretor de Relações com Investidores, conforme disposto no artigo 26, parágrafo 1º do Estatuto Social.

O Colegiado da CVM, em reunião realizada em 04/11/2014 (Processo CVM RJ2014/3578)22, entendeu que os acionistas pessoas jurídicas podem ser representados nas assembleias de acionistas por meio de seus representantes legais ou através de mandatários devidamente constituídos, de acordo com os atos constitutivos da sociedade e com as regras do Código Civil. Desta forma, não há necessidade desse mandatário ser acionista, administrador da companhia ou advogado.

Art.126 da Lei das Sociedades Anônimas:

§ 1º O acionista pode ser representado na assembleia-geral por procurador constituído há menos de 1 (um) ano, que seja acionista, administrador da companhia ou advogado; na companhia aberta, o procurador pode, ainda, ser instituição financeira, cabendo ao administrador de fundos de investimento representar os condôminos.

§ 2º O pedido de procuração, mediante correspondência, ou anúncio publicado, sem prejuízo da regulamentação que, sobre o assunto vier a baixar a Comissão de Valores Mobiliários, deverá satisfazer aos seguintes requisitos:

12.2 - Regras, Políticas E Práticas Relativas às Assembleias Gerais

- a) conter todos os elementos informativos necessários ao exercício do voto pedido;
- b) facultar ao acionista o exercício de voto contrário à decisão com indicação de outro procurador para o exercício desse voto;
- c) ser dirigido a todos os titulares de ações cujos endereços constem da companhia.

A Instrução permite à companhia solicitar o depósito prévio dos documentos mencionados no anúncio de convocação, caso o estatuto contenha disposição a respeito do assunto, mas determina que o acionista que comparecer à assembleia munido dos documentos exigidos poderá dela participar e votar, ainda que tenha deixado de depositá-los previamente

g. formalidades necessárias para aceitação do boletim de voto a distância, quando enviados diretamente à companhia, indicando se o emissor exige ou dispensa reconhecimento de firma, notariação e consularização

Neste caso, deve enviar os documentos listados abaixo:

a) Via física do presente boletim devidamente preenchido, com todas as páginas rubricadas e ao final assinado, observadas as orientações de preenchimento descritas acima;

b) Cópia autenticada dos seguintes documentos:

Pessoas físicas:

- (i) documento de identidade com foto do acionista (RG, RNE, CNH, passaporte ou carteiras de classe profissional oficialmente reconhecidas);
- (ii) em caso de procurador, documento de identificação com foto do mesmo e instrumento de mandato.

Pessoas jurídicas:

- (i) estatuto ou contrato social consolidado e atos societários que comprovem os poderes de representação do acionista (ata de eleição dos diretores e/ou procuração);
- (ii) documento de identificação com foto(s) do(s) representante(s) legal(is) (RG, RNE, CNH, passaporte ou carteiras de classe profissional oficialmente reconhecidas);
- (iii) em caso de procurador, documento de identificação com foto do mesmo e instrumento de mandato.

Fundos de investimento:

Os acionistas constituídos sob a forma de fundos de investimento deverão enviar à Companhia, no mesmo prazo referido no item (a) acima:

- (i) comprovação da qualidade de administrador do fundo conferida à pessoa física ou jurídica que o represente na assembleia geral, ou que tenha outorgado os poderes ao procurador;
- (ii) ato societário do administrador pessoa jurídica que confira poderes ao representante que compareça à assembleia geral ou a quem tenha outorgado a procuração; e
- (iii) caso o representante ou procurador seja pessoa jurídica, os mesmos documentos referidos na alínea (ii) deste item, a ele relativos;

B. Exercício de voto por meio de prestadores de serviços

12.2 - Regras, Políticas E Práticas Relativas às Assembleias Gerais

O acionista que optar por exercer o seu direito de voto a distância por intermédio de prestadores de serviço deverá entrar em contato com seu agente de custódia ou com a instituição escrituradora das ações da Companhia, conforme suas ações estejam ou não depositadas em depositário central, observadas as regras por esses determinadas para transmissão de suas instruções de voto.

h. se a companhia disponibiliza sistema eletrônico de recebimento do boletim de voto a distância ou de participação a distância

Endereço: Rua Hungria, 888, 3º andar, Jardim Europa, CEP 01455-000, São Paulo/SP.

Aos cuidados da Diretoria de Relações com Investidores

E-mail: controladoria@bardella.com.br

O acionista pode, se preferir, enviar as vias digitalizadas deste boletim e dos documentos para o endereço eletrônico da Companhia, sendo também necessário o envio da via original do boletim de voto e das cópias autenticadas dos documentos requeridos sejam entregues no endereço acima da Companhia até 7 dias antes da data da assembleia.

Indicação da instituição contratada pela Companhia para prestar o serviço de escrituração de valores mobiliários, com nome, endereço físico e eletrônico e telefone:

Itaú Corretora de Valores

Endereço: Rua Ururai, 111, Prédio B, Térreo, Tatuapé

São Paulo/SP – Brasil

Canais de atendimento a acionistas:

(11) 3003-9285 (capitais e regiões metropolitanas)

0800 7209285 (demais localidades)

Em dias úteis das 9h às 18h

E-mail: atendimentoescrituracao@itau-unibanco.com.br

i. instruções para que acionista ou grupo de acionistas inclua propostas de deliberação, chapas ou candidatos a membro do conselho de administração e do conselho fiscal no boletim de voto a distância

Será informado a cada assembleia.

j. se a companhia disponibiliza fóruns e páginas na rede mundial de computadores destinados a receber e compartilhar comentários dos acionistas sobre as pautas das assembleias

Não disponível.

k. Outras informações necessárias à participação a distância e ao exercício do direito de voto a distância

Não disponível.

12.3 - Regras, Políticas E Práticas Relativas ao Conselho de Administração

12.3 – Regras, políticas e práticas relativas ao Conselho de Administração

a. número de reuniões realizadas no último exercício social, discriminando entre número de reuniões ordinárias e extraordinárias

O Conselho de Administração reunir-se-á ordinariamente a cada 03 (três) meses e extraordinariamente quando for convocado por qualquer um de seus membros, através de carta, telegrama ou fax, com antecedência mínima de 03 (três) dias.

No ano de 2018 ocorreram 8 reuniões do Conselho de Administração na qual 1 ordinária.

b. se existirem, as disposições do acordo de acionistas que estabeleçam restrição ou vinculação ao exercício do direito de voto de membros do conselho

Não Aplicável.

c. regras de identificação e administração de conflitos de interesses

Os membros do Conselho de Administração aprovaram em 26 de junho de 2002 as Políticas de Negociação de Valores Mobiliários e de Divulgação de Ato ou Fato Relevante conforme consta dos itens 20.1 e 21.2 deste formulário, bem como assinaram o “Termo de Adesão” previsto no artigo 9º do referido documento, além disso, devem respeitar o que dispõe a Lei das Sociedades Anônimas, especialmente em seu artigo 156 o qual transcrevemos abaixo:

Art. 156. É vedado ao administrador intervir em qualquer operação social em que tiver interesse conflitante com o da companhia, bem como na deliberação que a respeito tomarem os demais administradores, cumprindo-lhe cientificá-los do seu impedimento e fazer consignar, em ata de reunião do conselho de administração ou da diretoria, a natureza e extensão do seu interesse.

§ 1º Ainda que observado o disposto neste artigo, o administrador somente pode contratar com a companhia em condições razoáveis ou eqüitativas, idênticas às que prevalecem no mercado ou em que a companhia contrataria com terceiros.

§ 2º O negócio contratado com infração do disposto no § 1º é anulável, e o administrador interessado será obrigado a transferir para a companhia as vantagens que dele tiver auferido.

Os negócios realizados com valores mobiliários de emissão da Companhia são monitorados constantemente para identificação de eventuais movimentos anormais causados por pessoas vinculadas conforme definido no artigo 6º das Políticas de Negociação de Valores Mobiliários e de Divulgação de Ato ou Fato Relevante.

12.4 - Descrição da Cláusula Compromissória Para Resolução de Conflitos Por Meio de Arbitragem

12.4 – Cláusula compromissória para resolução de conflitos por meio de arbitragem

Não Aplicável.

12.5/6 - Composição E Experiência Profissional da Administração E do Conselho Fiscal

Nome	Data de nascimento	Orgão administração	Data da eleição	Prazo do mandato	Número de Mandatos Consecutivos
CPF	Profissão	Cargo eletivo ocupado	Data de posse	Foi eleito pelo controlador	Percentual de participação nas reuniões
Outros cargos e funções exercidas no emissor		Descrição de outro cargo / função			
Eduardo Fantin	10/04/1964	Pertence apenas à Diretoria	29/01/2020	1 ano	13
052.498.738-63	Engenheiro	19 - Outros Diretores	29/01/2020	Não	0.00%
Nenhum		Diretor			
Claudio Bardella	23/11/1938	Pertence apenas ao Conselho de Administração	30/04/2019	1 ano	39
001.674.528-00	Engenheiro	20 - Presidente do Conselho de Administração	30/04/2019	Sim	100.00%
Diretor da Bardella Administradora de Bens e Empresas e Corretora de Seguros Ltda. (empresa controlada) e Diretor da Energo Agro Industrial Ltda (empresa controlada)					
Célio Siqueira Gios	27/05/1951	Pertence apenas ao Conselho de Administração	30/04/2019	1 ano	1
954.437.628-34	Engenheiro	22 - Conselho de Administração (Efetivo)	30/04/2019	Sim	100.00%
Nenhum					
JOSÉ ROBERTO MENDES DA SILVA	03/04/1949	Pertence à Diretoria e ao Conselho de Administração	30/04/2019	1 ano	14
598.894.118-49	Engenheiro	31 - Vice Pres. C.A. e Diretor Presidente	30/04/2019	Sim	100.00%
Diretor de Relações com Investidores Diretor da Barefame Instalações Industriais Ltda (controlada)					
Experiência profissional / Critérios de Independência					
Eduardo Fantin - 052.498.738-63					

i. Principais Experiências Profissionais nos últimos 5 anos:

- Cargo e funções inerentes ao cargo com nome da empresa:

- . 2013 até a presente data - Diretor - Área comercial de Energia, Metalurgia, Mineração, Petróleo e Gás, peças e Serviços, Gerenciamento de Contratos, bem como a direção da área de vendas de serviços de montagem da controlada Barefame Instalações Industriais Ltda.
- . 2011 a 2012 - Diretor - Área comercial de Energia, Metalurgia, Mineração, Petróleo e Gás, Movimentação de Cargas, Peças e Serviços, Gerenciamento de Contratos, administração do Projeto Jirau, bem como a direção da área de vendas de serviços de montagem da controlada Barefame Instalações Industriais Ltda. - Bardella S. A. Indústrias Mecânicas;
- . 2006 a 2010 - Diretor - Área comercial de Energia, Metalurgia, Mineração, Petróleo e Gás, Movimentação de Cargas, Peças e Serviços, Gerenciamento de Contratos, bem como a direção da área de vendas de serviços de montagem da controlada Barefame Instalações Industriais Ltda. - Bardella S. A. Indústrias Mecânicas;
- . 2003 - Gerente de Vendas - Bardella S.A. Indústrias Mecânicas

- Atividade Principal da empresa na qual tais experiências ocorreram, destacando as sociedades ou organizações que integram:

Atividade Principal: Indústria Mecânica

(i) o grupo econômico do emissor: Bardella S.A. Indústrias Mecânicas

(ii) de sócios com participação, direta ou indireta, igual ou superior a 5% de uma mesma classe ou espécie de valores mobiliários do emissor: Não aplicável

ii. Indicação de todos os cargos de administração que ocupe ou tenha ocupado companhias abertas:

- . 2013 até a presente data - Diretor - Área comercial de Energia, Metalurgia, Mineração, Petróleo e Gás, Movimentação de Cargas, Peças e Serviços, Gerenciamento de Contratos, bem como a direção da área de vendas e serviços de montagem da controlada Barefame Instalações Industriais Ltda.
- . 2011 a 2012 - Diretor - Área comercial de Energia, Metalurgica, Mineração, Petróleo e Gás, Movimentação de Cargas, Peças e Serviços, Gerenciamento de Contratos, administração do Projeto Jirau, bem como a direção da área de vendas de serviços de montagem da controlada Barefame Instalações Industriais Ltda. - Bardella S.A. Indústrias Mecânicas;
- . 2006 a 2010 - Diretor - Área comercial de Energia, Metalurgia, Mineração, Petróleo e Gás, Movimentação de Cargas, Peças e Serviços, Gerenciamento de Contratos, bem como a direção da área de vendas de serviços de montagem da controlada Barefame Instalações Indústrias Ltda - Bardella S.A. Indústrias Mecânicas;
- . 2003 - Gerente de Vendas - Bardella S.A. Indústrias Mecânicas
- . 2000 - Gerente Comercial - Inepar-Fem Equipamentos e Montagens S. A.
- . 1998 - Gerente Desenvolvimento de Negócios - Inepar-Fem Equipamentos e Montagens S.A.
- . 1994 - Gerente de Vendas - Confab Industrial S.A.
- . 1991 - Engenheiro de Vendas - Confab Industrial S.A.
- . 1988 - Engenheiro Coordenador de Projetos - Confab Industrial S.A.
- . 1985 - Estagiário - Confab Industrial S.A. - Engenharia Industrial

b) i. qualquer condenação criminal: Não Aplicável.

ii. qualquer condenação em processo administrativo da CVM e as penas aplicadas: Não Aplicável.

ii. qualquer condenação transitada em julgado, na esfera judicial ou administrativa, que o tenha suspenso ou inabilitado para a prática de uma atividade profissional ou comercial qualquer: Não Aplicável.

Claudio Bardella - 001.674.528-00

i. Principais Experiências Profissionais nos últimos 5 anos:

- Cargo e funções inerentes ao cargo com nome da empresa:

. 2004 até a presente data - Presidente do Conselho de Administração na empresa Bardella S/A Indústrias Mecânicas.

- Atividade Principal da empresa na qual tais experiências ocorreram, destacando as sociedades ou organizações que integram: Indústria Mecânica

(i) o grupo econômico do emissor: Bardella S/A Indústrias Mecânicas

(ii) de sócios com participação, direta ou indireta, igual ou superior a 5% mesma classe ou espécie de valores mobiliários do emissor: Não Aplicável

ii. Indicação de todos os cargos de administração que ocupe ou tenha ocupado em companhias abertas:

. 2004 até a presente data - Presidente do Conselho de Administração;

. 1980 a 2003 - Presidente da Diretoria e do Conselho de Administração;

. 1970 - Diretor Presidente e Vice Presidente do Conselho de Administração;

. 1966 - Diretor Vice Presidente;

. 1965 - Diretor Superintendente;

. 1963 - Assistente de Diretoria;

. 1953 a 1961 - Estagiário.

Obs.: todos os cargos foram ocupados na empresa Bardella S/A Indústrias Mecânicas.

b) i. qualquer condenação criminal: Não Aplicável.

ii. qualquer condenação em processo administrativo da CVM e as penas aplicadas: Não aplicável.

iii. qualquer condenação transitada em julgado, na esfera judicial ou administrativa, que o tenha suspenso ou inabilitado para a prática de uma atividade profissional ou comercial qualquer: Não Aplicável.

Célio Siqueira Gios - 954.437.628-34

i.Principais Experiências Profissionais nos últimos 5 anos:

- Cargo e funções inerentes ao cargo com nome da empresa: .2019 - 30/04/2019: Passou a fazer parte do Conselho de Administração.

. Abril 2016 até a presente data - Membro Efetivo do Conselho de Fiscal da Bardella S/A Indústrias Mecânicas.

.2010 - 14/04/2016 - Gerência de Importação e Exportação da Bardella S/A Indústrias Mecânicas;

.1998-2010- Gerente Operacional - Reflorestamento/Pecuária de Corte da Energo Agroindustrial Ltda;

.1996-1998 - Gestão da Qualidade da Bardella S/A Indústrias Mecânicas;

.1989-2002 - Gerente de Contratos de Exportação da Bardella S/A indústrias Mecânicas;

.1987-1989- Marketing e Coord. Comercial da Bardella S/A Indústrias Mecânicas;

.1982-1987 - Gerenciamento de Contratos da Bardella S/A Indústrias Mecânicas;

.1980-1982 - Suprimentos / Follow-up da Bardella S/A Indústrias Mecânicas.

- Atividade Principal da empresa na qual tais experiências ocorreram, destacando as sociedades ou organizações que integram: diversos;

(i) o grupo econômico do emissor: Bardella S/A Indústrias Mecânicas;

(ii) de sócios com participação, direta ou indireta, igual ou superior a 5% de uma mesma classe ou espécie de valores mobiliários do emissor: Não Aplicável.

ii. Indicação de todos os cargos de administração que ocupe ou tenha ocupado em companhias abertas:

. Abril 2016 ate a presente data - Membro Efetivo do Conselho de Fiscal da Bardella S/A Indústrias Mecânicas;

. 2010 - 14/04/2016 - Gerência de Importação e Exportação da Bardella S/A Indústrias Mecânicas;

. 1996-1998 - Gestão da Qualidade da Bardella S/A indústrias Mecânicas;

. 1989-2002 - Gerente de Contratos de Exportação da Bardella S/A Indústrias Mecânicas;

. 1987-1989- Marketing e Coord. Comercial da Bardella S/A Indústrias Mecânicas;

. 1982-1987 - Gerenciamento de Contratos da Bardella S/A Indústrias Mecânicas;

. 1980-1982 - Suprimentos / Follow-up da Bardella S/A Indústrias Mecânicas.

b) i. Qualquer condenação criminal: Não Aplicável.

ii. Qualquer condenação em processo administrativo da CVM e as penas aplicadas: Não Aplicável

iii. Qualquer condenação transitada em julgado, na esfera judicial ou administrativa, que o tenha suspenso ou inabilitada para a prática de uma atividade profissional ou comercial qualquer: Não Aplicável.

JOSÉ ROBERTO MENDES DA SILVA - 598.894.118-49

i. Principais Experiências Profissionais nos últimos 5 anos:

- Cargo e funções inerentes ao cargo com nome da empresa:

. Abril 2016 até a presente data - Vice-Presidente do Conselho de Administração da Bardella S/A Indústrias Mecânicas;

. 2004 até a presente data - Diretor Presidente da Bardella S/A Indústrias Mecânicas - reeleito em 10/05/2016;

. 2001 até a presente data - Diretor de Relações com Investidores da Bardella S/A Indústrias Mecânicas;

- Atividade Principal da empresa na qual tais experiências ocorreram, destacando as sociedades ou organizações que integram:

Atividade Principal: Indústria Mecânica

(i) o grupo econômico do emissor: Bardella S/A Indústrias Mecânicas

(ii) de sócio com participação, direta ou indireta, igual ou superior a 5% de uma mesma classe ou espécie de valores mobiliários do emissor: Não Aplicável

ii. Indicação de todos os cargos de administração que ocupe ou tenha ocupado em companhias abertas:

. Abril 2016 até a presente data - Vice-Presidente do Conselho de Administração da Bardella S/A Indústrias Mecânicas;

. 2004 até a presente data - Diretor Presidente da Bardella S/A Indústrias Mecânicas - reeleito em 10/05/2016;

. 2001 até a presente data - Diretor de Relações com Investidores da Bardella S/A Indústrias Mecânicas;

. 2001 - Vice Presidente da Abdib - Associação Brasileira da Infra-estrutura e Indústrias de base;

. 1998 / 2003 - Diretor Vice Presidente da Bardella S/A Indústrias Mecânicas;

. 1996 - Diretor Financeiro do Centro Corporativo - Bardella S/A Indústrias Mecânicas;

. 1991 - Diretor Administrativo e Financeiro - Prensas Schuler S/A;

. 1990 - Gerente de Informática - Prensas Schuler S/A;

. 1986 - Superintendente Comercial - Bardella S/A Indústrias Mecânicas;

. 1975 - Gerente de Planejamento - Bardella S/A Indústrias Mecânicas;

. 1972 - Engenheiro - Bardella S/A Indústrias Mecânicas.

b) i. qualquer condenação criminal: Não Aplicável.

ii. qualquer condenação em processo administrativo da CVM e as penas aplicadas: Não Aplicável.

iii. qualquer condenação transitada em julgado, na esfera judicial ou administrativa, que o tenha suspenso ou inabilitado para a prática de uma atividade profissional ou comercial qualquer: Não Aplicável.

Tipo de Condenação	Descrição da Condenação
Eduardo Fantin - 052.498.738-63 N/A	
Claudio Bardella - 001.674.528-00 N/A	
Célio Siqueira Gios - 954.437.628-34 N/A	
JOSÉ ROBERTO MENDES DA SILVA - 598.894.118-49 N/A	

12.7/8 - Composição Dos Comitês

Justificativa para o não preenchimento do quadro:

Não aplicável.

12.9 - Existência de Relação Conjugal, União Estável ou Parentesco Até O 2º Grau Relacionadas A Administradores do Emissor, Controladas E Controladores

Justificativa para o não preenchimento do quadro:

Não aplicável.

12.10 - Relações de Subordinação, Prestação de Serviço ou Controle Entre Administradores E Controladas, Controladores E Outros

Identificação	CPF/CNPJ	Tipo de relação do Administrador com a pessoa relacionada	Tipo de pessoa relacionada
Cargo/Função			
Exercício Social 31/12/2018			
<u>Administrador do Emissor</u>			
JOSÉ ROBERTO MENDES DA SILVA	598.894.118-49	Subordinação	Controlada Direta
Diretor Presidente e Vice-Presidente do Conselho de Administração			
<u>Pessoa Relacionada</u>			
Barefame Instalações Industriais Ltda	44.259.372/0001-02		
Diretor Executivo			
<u>Observação</u>			

<u>Administrador do Emissor</u>			
Claudio Bardella	001.674.528-00	Subordinação	Controlada Direta
Presidente do Conselho de Administração			
<u>Pessoa Relacionada</u>			
Energo Agro industrial Ltda.	43.667.427/0001-50		
Diretor			
<u>Observação</u>			

<u>Administrador do Emissor</u>			
Claudio Bardella	001.674.528-00	Subordinação	Controlada Direta
Presidente do Conselho de Administração			
<u>Pessoa Relacionada</u>			
Bardella Administradora de Bens e Empresas e Corretora de Seguros Ltda.	60.851.599/0001-07		
Diretor Presidente			
<u>Observação</u>			

12.10 - Relações de Subordinação, Prestação de Serviço ou Controle Entre Administradores E Controladas, Controladores E Outros

Identificação	CPF/CNPJ	Tipo de relação do Administrador com a pessoa relacionada	Tipo de pessoa relacionada
Cargo/Função			
Exercício Social 31/12/2017			
<u>Administrador do Emissor</u>			
JOSÉ ROBERTO MENDES DA SILVA	598.894.118-49	Subordinação	Controlada Direta
Diretor Presidente e Vice-Presidente do Conselho de Administração			
<u>Pessoa Relacionada</u>			
Barefame Instalações Industriais Ltda	44.259.372/0001-02		
Diretor Executivo			
<u>Observação</u>			

<u>Administrador do Emissor</u>			
Claudio Bardella	001.674.528-00	Subordinação	Controlada Direta
Presidente do Conselho de Administração			
<u>Pessoa Relacionada</u>			
Bardella Administradora de Bens e Empresas e Corretora de Seguros Ltda.	60.851.599/0001-07		
Diretor Presidente			
<u>Observação</u>			

<u>Administrador do Emissor</u>			
Claudio Bardella	001.674.528-00	Subordinação	Controlada Direta
Presidente do Conselho de Administração			
<u>Pessoa Relacionada</u>			
Energo Agro industrial Ltda.	43.667.427/0001-50		
Diretor			
<u>Observação</u>			

12.11 - Acordos, Inclusive Apólices de Seguros, Para Pagamento ou Reembolso de Despesas Suportadas Pelos Administradores

12.11 – Acordos, inclusive apólice de seguros, para pagamento ou reembolso de despesas suportadas pelos administradores

A Companhia não possui acordos para pagamento ou reembolso de despesas suportadas pelos administradores.

12.12 - Outras informações relevantes

12.13 - Fornecer outras informações que o emissor julgue relevantes

Não Aplicável.

13.1 - Descrição da Política ou Prática de Remuneração, Inclusive da Diretoria Não Estatutária

13.1. Política ou prática de remuneração do conselho de administração, da diretoria estatutária e não estatutária, do conselho fiscal, dos comitês estatutários e dos comitês de auditoria, de risco, financeiro e de remuneração:

a) objetivos da política ou prática de remuneração

O objetivo da política de remuneração é atrair e reter membros da administração capacitados e com conhecimento do tipo de negócio da Companhia, para que possam contribuir para o desenvolvimento, melhorias constantes da competitividade, bem como definir estratégias futuras.

b) composição da remuneração

A remuneração é composta de partes fixa e variável, sendo que a parte fixa é estabelecida dentro de padrões e da metodologia Hay aplicada ao mercado de executivos, segundo pesquisas anuais realizadas por empresa especializada (Hay Group). A composição fixa e variável visa manter a remuneração dentro dos limites de mercado.

O montante global anual da remuneração fixa do Conselho de Administração, Conselho Fiscal e Diretoria, bem como seu reajuste são determinados e aprovados em Assembléia Geral Ordinária de Acionistas.

c) Principais indicadores de desempenho que são levados em consideração na determinação de cada elemento da remuneração

A remuneração variável é vinculada a um plano de metas e depende da existência do Lucro Líquido no exercício.

d) como a remuneração é estruturada para refletir a evolução dos indicadores de desempenho

Consecução do plano de metas.

e) como a política ou prática de remuneração se alinha aos interesses do emissor de curto, médio e longo prazo

O plano de metas abrange objetivos de curto, médio e longo prazo.

f) existência de remuneração suportada por subsidiárias, controladas ou controladores diretos ou indiretos

Não existe remuneração de administradores da controladora suportada por controladas ou controladores diretos ou indiretos.

g) existência de qualquer remuneração ou benefício vinculado à ocorrência de determinado evento societário, tal como a alienação do controle societário do emissor

Não aplicável.

13.2 - Remuneração Total do Conselho de Administração, Diretoria Estatutária E Conselho Fiscal**Remuneração total do Exercício Social em 31/12/2018 - Valores Anuais**

	Conselho de Administração	Diretoria Estatutária	Conselho Fiscal	Total
Nº total de membros	4,00	3,00	4,77	11,77
Nº de membros remunerados	4,00	3,00	4,77	11,77
Remuneração fixa anual				
Salário ou pró-labore	1.251.000,00	2.686.000,00	379.000,00	4.316.000,00
Benefícios direto e indireto	0,00	0,00	0,00	0,00
Participações em comitês	0,00	0,00	0,00	0,00
Outros	0,00	0,00	0,00	0,00
Descrição de outras remunerações fixas				
Remuneração variável				
Bônus	0,00	0,00	0,00	0,00
Participação de resultados	0,00	0,00	0,00	0,00
Participação em reuniões	0,00	0,00	0,00	0,00
Comissões	0,00	0,00	0,00	0,00
Outros	0,00	0,00	0,00	0,00
Descrição de outras remunerações variáveis				
Pós-emprego	0,00	0,00	0,00	0,00
Cessação do cargo	0,00	0,00	0,00	0,00
Baseada em ações (incluindo opções)	0,00	0,00	0,00	0,00
Observação				
Total da remuneração	1.251.000,00	2.686.000,00	379.000,00	4.316.000,00

13.2 - Remuneração Total do Conselho de Administração, Diretoria Estatutária E Conselho Fiscal**Remuneração total do Exercício Social em 31/12/2017 - Valores Anuais**

	Conselho de Administração	Diretoria Estatutária	Conselho Fiscal	Total
Nº total de membros	4,00	3,00	5,00	12,00
Nº de membros remunerados	4,00	3,00	5,00	12,00
Remuneração fixa anual				
Salário ou pró-labore	1.894.000,00	2.773.000,00	540.000,00	5.207.000,00
Benefícios direto e indireto	0,00	0,00	0,00	0,00

Participações em comitês	0,00	0,00	0,00	0,00
Outros	0,00	0,00	0,00	0,00
Descrição de outras remunerações fixas				
Remuneração variável				
Bônus	0,00	0,00	0,00	0,00
Participação de resultados	0,00	0,00	0,00	0,00
Participação em reuniões	0,00	0,00	0,00	0,00
Comissões	0,00	0,00	0,00	0,00
Outros	0,00	0,00	0,00	0,00
Descrição de outras remunerações variáveis				
Pós-emprego	0,00	0,00	0,00	0,00
Cessação do cargo	0,00	0,00	0,00	0,00
Baseada em ações (incluindo opções)	0,00	0,00	0,00	0,00
Observação				
Total da remuneração	1.894.000,00	2.773.000,00	540.000,00	5.207.000,00

13.2 - Remuneração Total do Conselho de Administração, Diretoria Estatutária E Conselho Fiscal**Remuneração total do Exercício Social em 31/12/2016 - Valores Anuais**

	Conselho de Administração	Diretoria Estatutária	Conselho Fiscal	Total
Nº total de membros	4,00	3,00	5,00	12,00
Nº de membros remunerados	4,00	3,00	5,00	12,00
Remuneração fixa anual				
Salário ou pró-labore	1.893.884,00	2.665.790,00	540.000,00	5.099.674,00
Benefícios direto e indireto	0,00	0,00	0,00	0,00
Participações em comitês	0,00	0,00	0,00	0,00
Outros	0,00	0,00	0,00	0,00
Descrição de outras remunerações fixas				
Remuneração variável				
Bônus	0,00	0,00	0,00	0,00
Participação de resultados	0,00	0,00	0,00	0,00
Participação em reuniões	0,00	0,00	0,00	0,00

Comissões	0,00	0,00	0,00	0,00
Outros	0,00	0,00	0,00	0,00
Descrição de outras remunerações variáveis				
Pós-emprego	0,00	0,00	0,00	0,00
Cessação do cargo	0,00	0,00	0,00	0,00
Baseada em ações (incluindo opções)	0,00	0,00	0,00	0,00
Observação				
Total da remuneração	1.893.884,00	2.665.790,00	540.000,00	5.099.674,00

13.3 - Remuneração Variável do Conselho de Administração, Diretoria Estatutária E Conselho Fiscal

13.3. Remuneração variável do conselho de administração, diretoria estatutária e conselho fiscal

Remuneração variável (participação nos resultados) dos 3 últimos exercícios sociais do Conselho de Administração, da Diretoria Estatutária e do Conselho Fiscal:

2018	Conselho de Administração	Diretoria	Conselho Fiscal	Total
Número de membros	4	3	4,77	11,77
Valor mínimo	0,00	0,00	0,00	0,00
Valor máximo	R\$ 1.251.000,00	R\$ 2.686.000,00	0,00	R\$ 3.937.000,00
Valor c/ ating. metas	0,00	0,00	0,00	0,00
Valor reconhecido	0,00	0,00	0,00	0,00

Em 2018 não houve participação dos administradores.

2017	Conselho de Administração	Diretoria	Conselho Fiscal	Total
Número de membros	4	3	5	12
Valor mínimo	0,00	0,00	0,00	0,00
Valor máximo	R\$ 1.591.509,33	R\$ 2.291.669,33	0,00	R\$ 3.883.178,67
Valor c/ ating. metas	0,00	0,00	0,00	0,00
Valor reconhecido	0,00	0,00	0,00	0,00

Em 2017 não houve participação dos administradores.

2016	Conselho de Administração	Diretoria	Conselho Fiscal	Total
Número de membros	4	3	5	12
Valor mínimo	0,00	0,00	0,00	0,00
Valor máximo	R\$ 1.893.884,00	R\$ 2.665.790,00	0,00	R\$ 4.559.674,00
Valor c/ ating. metas	0,00	0,00	0,00	0,00
Valor reconhecido	0,00	0,00	0,00	0,00

Em 2016 não houve participação dos administradores.

13.4 - Plano de Remuneração Baseado em Ações do Conselho de Administração E Diretoria Estatutária

13.4. Plano de remuneração baseado em ações do conselho de administração e da diretoria estatutária, em vigor no último exercício social e previsto para o exercício social corrente

A Companhia não tem plano de remuneração baseado em ações, portanto os itens 13.6. a 13.9 não são aplicáveis.

13.5 - Remuneração Baseada em Ações

13.5. Remuneração baseada em ações do conselho de administração e da diretoria estatutária

Não aplicável.

13.6 - Opções em Aberto

13.6. Informações sobre as opções do conselho de administração e da diretoria estatutária

Não aplicável.

13.7 - Opções Exercidas E Ações Entregues

13.7 Opções exercidas e ações entregues

Não aplicável.

13.8 - Precificação Das Ações/opções

13.8 Opções exercidas e ações entregues

Não aplicável.

13.9 - Participações Detidas Por Órgão

13.9. Ações ou cotas diretas ou indiretamente detidas, no Brasil ou no exterior, e outros valores mobiliários conversíveis em ações ou cotas, emitidos pela Companhia, seus controladores diretos ou indiretos, sociedades controladas ou sob controle comum, por membros do conselho de administração e da diretoria estatutária ou do conselho fiscal, agrupados por órgão

31/12/2018	Conselho de Administração	Conselho Fiscal	Diretoria
Quantidade de ações ordinárias	46.757	1.833	0
Quantidade de ações preferenciais	770	0	0

13.10 - Informações Sobre Planos de Previdência Conferidos Aos Membros do Conselho de Administração E Aos Diretores Estatutários

13.10 Planos de Previdência

A Companhia não patrocina planos de previdência.

13.11 - Remuneração Individual Máxima, Mínima E Média do Conselho de Administração, da Diretoria Estatutária E do Conselho Fiscal

Valores anuais

	Diretoria Estatutária			Conselho de Administração			Conselho Fiscal		
	31/12/2018	31/12/2017	31/12/2016	31/12/2018	31/12/2017	31/12/2016	31/12/2018	31/12/2017	31/12/2016
Nº de membros	3,00	3,00	3,00	4,00	4,00	4,00	4,77	5,00	5,00
Nº de membros remunerados	3,00	3,00	3,00	4,00	4,00	4,00	4,77	5,00	5,00
Valor da maior remuneração(Reais)	1.351.000,00	1.395.200,00	1.310.762,00	1.058.000,00	1.570.000,00	1.542.884,00	88.000,00	108.000,00	108.000,00
Valor da menor remuneração(Reais)	563.000,00	581.000,00	748.676,00	108.000,00	108.000,00	117.000,00	74.000,00	108.000,00	108.000,00
Valor médio da remuneração(Reais)	895.000,00	924.333,00	888.597,00	346.000,00	473.500,00	473.471,00	79.000,00	108.000,00	108.000,00

Observação

Diretoria Estatutária	
31/12/2018	O valor refere-se a remuneração fixa.
31/12/2017	O valor refere-se a remuneração fixa.
31/12/2016	O valor refere-se a remuneração fixa.

Conselho de Administração	
31/12/2018	O valor refere-se a remuneração fixa.
31/12/2017	O valor refere-se a remuneração fixa.
31/12/2016	O valor refere-se a remuneração fixa.

Conselho Fiscal	
31/12/2018	O valor refere-se a remuneração fixa.
31/12/2017	O valor refere-se à remuneração fixa.
31/12/2016	O valor refere-se a remuneração fixa.

13.12 - Mecanismos de Remuneração ou Indenização Para os Administradores em Caso de Destituição do Cargo ou de Aposentadoria

13.12 – Mecanismos de remuneração

Não aplicável.

13.13 - Percentual na Remuneração Total Detido Por Administradores E Membros do Conselho Fiscal Que Sejam Partes Relacionadas Aos Controladores

13.13 Percentual partes relacionadas

Não aplicável.

13.14 - Remuneração de Administradores E Membros do Conselho Fiscal, Agrupados Por Órgão, Recebida Por Qualquer Razão Que Não A Função Que Ocupam

13.14 – Remuneração – outras funções

Não aplicável.

13.15 - Remuneração de Administradores E Membros do Conselho Fiscal Reconhecida no Resultado de Controladores, Diretos ou Indiretos, de Sociedades Sob Controle Comum E de Controladas do Emissor

13.15. Em relação aos 3 últimos exercícios sociais, indicar os valores reconhecidos no resultado de controladores, diretos ou indiretos, de sociedades sob controle comum e de controladas do emissor, como remuneração de membros do conselho de administração, da diretoria estatutária ou do conselho fiscal do emissor, agrupados por órgão, especificando a que título tais valores foram atribuídos a tais indivíduos:

O Sr. Cláudio Bardella é diretor das Controladas Bardella Administradora de Bens e Empresas e Corretora de Seguros Ltda. e Energo AgroIndustrial Ltda. com remuneração anual nos anos de 2018, 2017 e 2016, como segue abaixo:

Ano	2018	2017	2016
Bardella Adm. Bens e Emp.e Corr. Seguros Ltda	R\$ 20.000,00	R\$ 20.088,00	R\$ 21.762,00
Energo Agroindustrial Ltda	R\$ 12.000,00	R\$ 11.244,00	R\$ 11.440,00

13.16 - Outras Informações Relevantes

13.16 Outras Informações relevantes - Remuneração

Não identificamos outras informações relevantes além das já disponibilizadas.

14.1 - Descrição Dos Recursos Humanos**14.1 – Descrição dos recursos humanos****a. número de empregados (total, por grupos com base na atividade desempenhada e por localização geográfica)**

Ano	Administração e Vendas	Engenharia - Fábrica - Áreas de Apoio	Total
2018	41	321	362
2017	69	545	614
2016	104	812	916

Área geográfica: São Paulo

b. número de terceirizados (total, por grupos com base na atividade desempenhada e por localização geográfica)

Posição: 31/12/2018

Localização geográfica: São Paulo

Administração e áreas de apoio: 5

Fábrica: 0

c. índice de rotatividade

2018: 2,93%

2017: 1,42%

2016: 1,39%

14.2 - Alterações Relevantes - Recursos Humanos

14.2 – Alterações relevantes – Recursos Humanos

O decréscimo do número de colaboradores é decorrente da redução do volume de produção, bem como a necessidade de redução de custos.

14.3 - Descrição da Política de Remuneração Dos Empregados

14.3 – Descrição da política de remuneração dos empregados

a. política de salários e remuneração variável

Política de Salários – nos baseamos na metodologia Hay, já consagrada no mercado, que faz referência a classes e grades salariais, por sua vez alinhadas a uma escala de pontuação condizente a cada posição do organograma (área/cargo/função) e nível de competências dos ocupantes destas posições.

Remuneração variável – Participação nos resultados - Anualmente é firmado acordo baseado no estabelecido na **Lei n.º 10.101/2000 (D.O.U. de 20/12/2000)**, e para a Controladora em 2014 foi estabelecido:

Meta Global cuja distribuição sujeita-se aos seguintes limites:

1. para que haja Participação nos Resultados (PPR) , o valor do “resultado da atividade”, conforme disposto no contrato anual de participação nos resultados, assinado entre os representantes dos empregados e a Companhia, deve exceder a 5% da receita líquida de Vendas;
2. Do excedente a 5% da receita líquida podem ser distribuídos no máximo 40%, obedecidos o limite seguinte;
3. O total da participação nos resultados é limitada a 1,5 vezes o salário nominal do colaborador.

Nos últimos três anos não houve distribuição da Participação nos Resultados da Bardella S/A Indústrias Mecânicas.

b. política de benefícios

Política de Benefícios padrão da Companhia:

BARDELLA
Assistência Médica padrão standard (enfermaria) - Com aplicação de fator moderador.
Programa de Participação nos Resultados - até 1,5 salários (ver item 14.3)
Refeição - Restaurante interno com subsídio médio de 80% do custo da refeição
Transporte – transporte coletivo e sem ônus para o colaborador empregado

c. características dos planos de remuneração baseado em ações dos empregados não-administradores, identificando:

- i. **grupos de beneficiários**
- ii. **condições para exercício**

14.3 - Descrição da Política de Remuneração Dos Empregados

iii. preços de exercício

iv. prazos de exercício

v. quantidade de ações comprometidas pelo plano

Não Aplicável.

14.4 - Descrição Das Relações Entre O Emissor E Sindicatos

14.4 – Relações emissor/sindicatos

Relação com Sindicatos: conforme declaração em sua política de gestão integrada, no âmbito da responsabilidade social, a empresa assegura a seus colaboradores a liberdade de associação e negociação coletiva. Essa premissa é garantida na prática por meio de um relacionamento sadio entre empresa, colaboradores e os sindicatos das regiões em que atua, proporcionando aos representantes um diálogo aberto e bilateral, fundamental para suas negociações anuais ou eventuais.

14.5 - Outras Informações Relevantes - Recursos Humanos

14.5 – Outras informações relevantes

Não aplicável.

15.1 / 15.2 - Posição Acionária

Acionista						
CPF/CNPJ acionista	Nacionalidade-UF	Participa de acordo de acionistas	Acionista controlador	Última alteração		
Acionista Residente no Exterior	Nome do Representante Legal ou Mandatário		Tipo pessoa	CPF/CNPJ		
Qtde. ações ordinárias (Unidades)	Ações ordinárias %	Qtde. ações preferenciais (Unidades)	Ações preferenciais %	Qtde. total de ações (Unidades)	Total ações %	
Detalhamento por classes de ações (Unidades)						
Classe ação	Qtde. de ações (Unidades)	Ações %				
Amadeu Bardella Caparelli						
003.049.058-87	Brasileiro-SP	Não	Não			
Não						
	91.088	15,001%	0	0,000%	91.088	5,693%
Fundo de Inv. Jaburá Ações						
07.670.184/0001-46	Brasileira-SP	Não	Não	19/11/2015		
Não						
	0	0,000%	110.000	11,079%	110.000	6,875%
Classe ação	Qtde. de ações (Unidades)	Ações %				
TOTAL	0	0,000%				
Patricia Bardella R. Puoli						
074.764.038-60	Brasileira-SP	Sim	Não			
Não						
	46.746	7,698%	770	0,077%	47.516	2,969%
Classe ação	Qtde. de ações (Unidades)	Ações %				
TOTAL	0	0,000%				
Elton Ughini						
166.696.220-15	Brasileira-SP	Não	Não			
Não						
	0	0,000%	70.000	7,050%	70.000	4,380%
Classe ação	Qtde. de ações (Unidades)	Ações %				
TOTAL	0	0,000%				

15.1 / 15.2 - Posição Acionária

Acionista						
CPF/CNPJ acionista	Nacionalidade-UF	Participa de acordo de acionistas	Acionista controlador	Última alteração		
Acionista Residente no Exterior	Nome do Representante Legal ou Mandatário		Tipo pessoa	CPF/CNPJ		
Qtde. ações ordinárias (Unidades)	Ações ordinárias %	Qtde. ações preferenciais (Unidades)	Ações preferenciais %	Qtde. total de ações (Unidades)	Total ações %	
Detalhamento por classes de ações (Unidades)						
Classe ação	Qtde. de ações (Unidades)	Ações %				
Dirceu Luiz Natal						
049.792.658-04	Brasileira-SP	Não	Não			
Não						
	1.600	0,260%	83.000	8,360%	84.600	5,290%
Classe ação	Qtde. de ações (Unidades)	Ações %				
TOTAL	0	0,000%				
Norte Energia Fundo de Investimento em Participações						
08.144.667/0001-70	Brasileira	Não	Não	19/11/2015		
Não						
	0	0,000%	79.360	7,993%	79.360	4,960%
Classe ação	Qtde. de ações (Unidades)	Ações %				
TOTAL	0	0,000%				
Claudio Bardella Junior						
115.749.188-00	Brasileira-SP	Não	Não			
Não						
	0	0,000%	8	0,001%	8	0,001%
Classe ação	Qtde. de ações (Unidades)	Ações %				
TOTAL	0	0,000%				
Claudio Bardella						
001.674.528-00	Brasileira-SP	Não	Não			
Não						
	1	0,001%	0	0,000%	1	0,001%

15.1 / 15.2 - Posição Acionária

Acionista						
CPF/CNPJ acionista	Nacionalidade-UF	Participa de acordo de acionistas	Acionista controlador	Última alteração		
Acionista Residente no Exterior	Nome do Representante Legal ou Mandatário		Tipo pessoa	CPF/CNPJ		
Qtde. ações ordinárias (Unidades)	Ações ordinárias %	Qtde. ações preferenciais (Unidades)	Ações preferenciais %	Qtde. total de ações (Unidades)	Total ações %	
Detalhamento por classes de ações (Unidades)						
Classe ação	Qtde. de ações (Unidades)	Ações %				
CB Holding S/A						
11.433.287/0001-60	Brasileira-SP	Não	Sim	11/02/2010		
Não						
	353.366	58,196%	15.621	1,573%	368.987	23,061%
Classe ação	Qtde. de ações (Unidades)	Ações %				
TOTAL		0	0,000%			
Monica Bardella R. A. Machado						
893.163.398-04	Brasileira-SP	Sim	Não			
Não						
	46.746	7,698%	770	0,077%	47.516	2,969%
Classe ação	Qtde. de ações (Unidades)	Ações %				
TOTAL		0	0,000%			
Sandra Bardella R. M. Soares						
046.449.658-63	Brasileira-SP	Sim	Não			
Não						
	46.747	7,698%	839	0,084%	47.586	2,974%
Classe ação	Qtde. de ações (Unidades)	Ações %				
TOTAL		0	0,000%			
Ana Tereza Bardella						
146.628.968-60	Brasileira-SP	Não	Não			
Não						
	1	0,001%	0	0,000%	1	0,001%

15.1 / 15.2 - Posição Acionária

Acionista						
CPF/CNPJ acionista	Nacionalidade-UF	Participa de acordo de acionistas	Acionista controlador	Última alteração		
Acionista Residente no Exterior	Nome do Representante Legal ou Mandatário		Tipo pessoa	CPF/CNPJ		
Qtde. ações ordinárias (Unidades)	Ações ordinárias %	Qtde. ações preferenciais (Unidades)	Ações preferenciais %	Qtde. total de ações (Unidades)	Total ações %	
Detalhamento por classes de ações (Unidades)						
Classe ação	Qtde. de ações (Unidades)	Ações %				
OUTROS						
	20.897	3,447%	632.440	63,705%	653.337	40,826%
Classe ação	Qtde. de ações (Unidades)	Ações %				
TOTAL	0	0,000%				
AÇÕES EM TESOURARIA - Data da última alteração:						
	0	0,000%	0	0,000%	0	0,000%
TOTAL						
	607.192	100,000%	992.808	99,999%	1.600.000	100,000%

15.1 / 15.2 - Posição Acionária

CONTROLADORA / INVESTIDORA						
ACIONISTA						
CPF/CNPJ acionista	Nacionalidade-UF	Participa de acordo de acionistas	Acionista controlador	Última alteração		
Acionista Residente no Exterior	Nome do Representante Legal ou Mandatário		Tipo pessoa	CPF/CNPJ		
Detalhamento de ações (Unidades)						
Qtde. ações ordinárias (Unidades)	Ações ordinárias %	Qtde. ações preferenciais (Unidades)	Ações preferenciais %	Qtde. total de ações (Unidades)	Total ações %	
CONTROLADORA / INVESTIDORA				CPF/CNPJ acionista	Composição capital social	
CB Holding S/A				11.433.287/0001-60		
Ana Luiza Bardella						
143.013.078-42	Brasileira-SP	Não	Não			
Não						
3.000	0,038	0	0,000	3.000	0,025	
Classe ação	Qtde. de ações (Unidades)	Ações %				
TOTAL	0	0.000				
Ana Tereza Bardella						
146.628.968-60	Brasileira-SP	Não	Não			
Não						
3.000	0,038	0	0,000	3.000	0,025	
Classe ação	Qtde. de ações (Unidades)	Ações %				
TOTAL	0	0.000				
Claudio Bardella						
001.674.528-00	Brasileira-SP	Não	Sim			
Não						
7.956.734	99,924	3.978.367	99,925	11.935.101	99,925	
Classe ação	Qtde. de ações (Unidades)	Ações %				
TOTAL	0	0.000				

15.1 / 15.2 - Posição Acionária

CONTROLADORA / INVESTIDORA							
ACIONISTA							
CPF/CNPJ acionista	Nacionalidade-UF	Participa de acordo de acionistas	Acionista controlador	Última alteração			
Acionista Residente no Exterior	Nome do Representante Legal ou Mandatário		Tipo pessoa	CPF/CNPJ			
Detalhamento de ações (Unidades)							
Qtde. ações ordinárias (Unidades)	Ações ordinárias %	Qtde. ações preferenciais (Unidades)	Ações preferenciais %	Qtde. total de ações (Unidades)	Total ações %		
CONTROLADORA / INVESTIDORA				CPF/CNPJ acionista	Composição capital social		
CB Holding S/A				11.433.287/0001-60			
Claudio Bardella Junior							
115.749.188-00	Brasileira-SP	Não	Não				
Não							
0	0,000	3.000	0,075	3.000	0,025		
Classe ação	Qtde. de ações (Unidades)	Ações %					
TOTAL	0	0,000					
OUTROS							
0	0,000	0	0,000	0	0,000		
TOTAL							
7.962.734	100,000	3.981.367	100,000	11.944.101	100,000		

15.3 - Distribuição de Capital

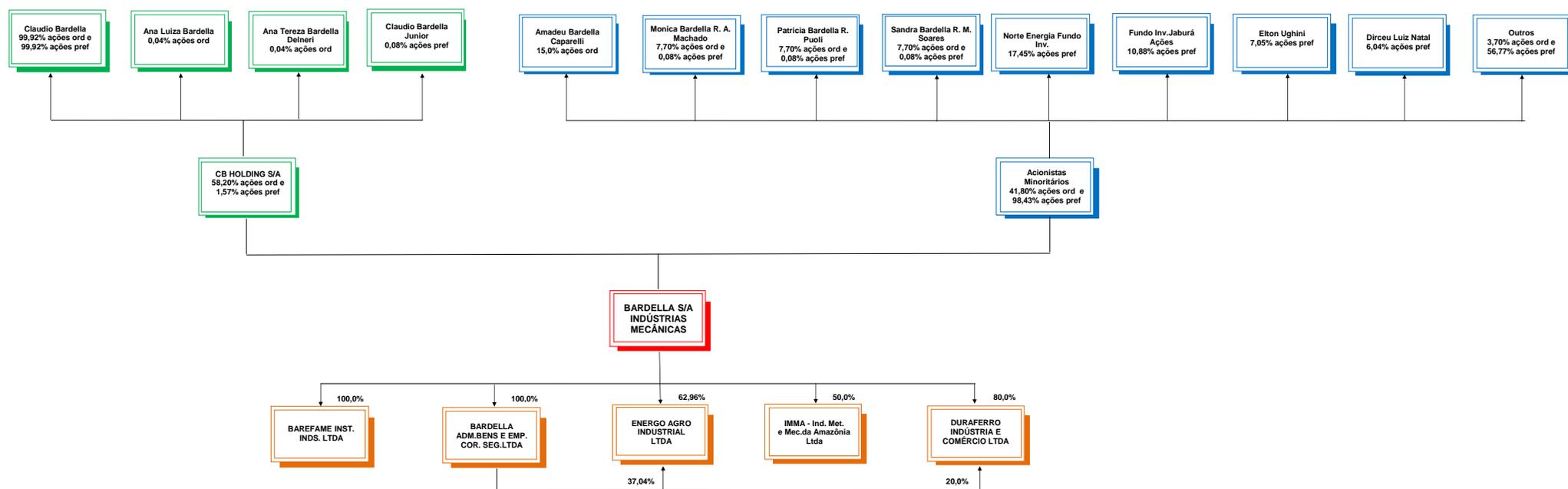
Data da última assembleia / Data da última alteração	30/04/2019
Quantidade acionistas pessoa física (Unidades)	453
Quantidade acionistas pessoa jurídica (Unidades)	15
Quantidade investidores institucionais (Unidades)	23

Ações em Circulação

Ações em circulação correspondente a todas ações do emissor com exceção das de titularidade do controlador, das pessoas a ele vinculadas, dos administradores do emissor e das ações mantdas em tesouraria

Quantidade ordinárias (Unidades)	252.907	20,560%
Quantidade preferenciais (Unidades)	977.179	79,440%
Preferencial Classe A	977.179	79,440000%
Total	1.230.086	100,000%

15.4 - Organograma dos Acionistas e do Grupo Econômico Bardella S/A e Controladas



15.5 - Acordo de Acionistas Arquivado na Sede do Emissor ou do Qual O Controlador Seja Parte

a) partes

São partes do Acordo de Acionistas: José Eduardo Carvalho de Almeida Machado; Mônica Bardella Revorêdo de Almeida Machado; José Rubens de Macedo Soares Sobrinho; Sandra Bardella Revorêdo de Macedo Soares; José Sebastião Baptista Puoli; Patrícia Bardella de Revorêdo Puoli.

Os Acionistas representam um grupo de acionistas minoritários, não vinculados ao acionista controlador e nem integrantes do bloco de controle.

b) Data de Celebração

25 de março de 2003, com prazo de vigência de 5 anos, prorrogado em 23 de março de 2008 por mais 5 anos, prorrogado em 22 de março de 2013 por mais 5 anos e prorrogado em 22 de março de 2018 por mais 5 anos.

c) prazo de vigência:

5 anos contados da data da celebração

d) descrição das cláusulas relativas ao exercício do direito de voto do poder de controle

Não há.

e) descrição das cláusulas relativas à indicação de administradores

Nas Assembléias Gerais da Companhia que deliberam sobre a eleição de membros do Conselho de Administração da Companhia, os Acionistas se obrigam a comparecer e a votar, valendo-se de todas as ações que detiverem, em bloco, de forma a eleger um representante comum como membro do Conselho de Administração e um membro e respectivo suplente para o Conselho Fiscal, conforme direito que lhes cabe nos termos do inciso I do parágrafo 4º do artigo 141 e da alínea "a" do parágrafo 4º do artigo 161 da Lei nº 6.404/76.

Os Acionistas concordam que os Srs. José Puoli, José Eduardo Machado e José Rubens Soares serão eleitos como tal representante dos Acionistas no Conselho de Administração da Companhia de forma alternada e na ordem de nomeação acima, respectivamente indicados neste ato pelo Grupo Puoli, Grupo Machado e Grupo Soares.

Na Assembléia Geral Ordinária de 2003, será eleito como representante dos Acionistas o Sr. José Puoli, na próxima o Sr. José Eduardo Machado, na posterior o Sr. José Rubens Soares, na seguinte retornando o primeiro, e assim sucessivamente enquanto vigorar o presente Acordo.

f) descrição das cláusulas relativas à transferência de ações e à preferência para adquiri-las.

Não aplicável.

g) descrição das cláusulas que restrinjam ou vinculem o direito de voto de membros do conselho de administração.

Não aplicável.

15.6 - Alterações Relevantes Nas Participações Dos Membros do Grupo de Controle E Administradores do Emissor

15.6 Alterações Relevantes

Em 12 de dezembro de 2009, foi constituída a “CB HOLDING S/A”, inscrita no CNPJ nº 11.433.287/0001-60, com endereço na Rua Hungria, 888, Conj. 32 – Parte, Jard. Paulista, CEP 01455-000, cujo Capital Social é de R\$ 11.944.101,00 (onze milhões, novecentos e quarenta e quatro mil e cento e um reais), dividido em 11.944.101 (onze milhões, novecentos e quarenta e quatro mil e cento e uma) ações nominativas, sem valor nominal, sendo 7.962.734 (sete milhões, novecentos e sessenta e duas mil e setecentos e trinta e quatro) Ações Ordinárias e 3.981.367 (três milhões, novecentos e oitenta e um mil, trezentos e sessenta e sete) Ações Preferenciais todas emitidas ao preço de R\$ 1,00 (um real) por ação.

O Capital Social foi integralizado da seguinte forma: R\$ 10.000,00 (dez mil reais) em dinheiro e R\$ 11.934.101,00 (onze milhões, novecentos e trinta e quatro mil e cento e um reais) mediante a transferência à Companhia da propriedade de 353.366 (trezentos e cinquenta e três mil, trezentos e sessenta e seis) ações ordinárias nominativas da Bardella S/A indústrias Mecânicas, inscrita no CNPJ sob o nº 60.851.615/0001-53, pelo valor de transferência de R\$ 11.638.194,00 (onze milhões, seiscentos e trinta e oito mil, cento e noventa e quatro reais), e 15.621 (quinze mil, seiscentos e vinte e uma) ações preferenciais nominativas da mesma Bardella S/A indústrias Mecânicas, pelo valor de transferência de R\$ 295.907,00 (duzentos e noventa e cinco mil, novecentos e sete reais).

A composição do quadro societário da Companhia “CB HOLDING S/A”, é organizado da seguinte maneira:

NOME	AÇÕES ORDINÁRIAS	AÇÕES PREFERENCIAIS	TOTAL
Claudio Bardella	7.956.734	3.978.367	11.935.101
Claudio Bardella Junior		3.000	3.000
Ana Luiza Bardella	3.000		3.000
Ana Tereza Bardella Delneri	3.000		3.000
Total	7.962.734	3.981.367	11.944.101

15.7 - Principais Operações Societárias

15.7 – Principais operações societárias ocorridas no grupo que tenham tido efeito relevante para o emissor, tais como incorporações, fusões, cisões, incorporações de ações, alienações e aquisições de controle societário, aquisições e alienações de ativos importantes, indicando, quando envolver o emissor ou qualquer de suas controladas ou coligadas.

Não houve nenhuma operação societária na Companhia no ano de 2018.

15.8 - Outras Informações Relevantes - Controle E Grupo Econômico**15.8 – Outras informações relevantes**

**INSTRUMENTO PARTICULAR DE DISTRATO DO
ACORDO DE ACIONISTAS
DA
BARDELLA S.A. INDÚSTRIAS MECÂNICAS**

Pelo presente instrumento particular e na melhor forma de direito,

- (a)** José Eduardo Carvalho de Almeida Machado, brasileiro, casado, engenheiro, portador da Cédula de Identidade R.G. n.º 4.499.231, inscrito no CPF. sob n.º 587.178.468-20, residente e domiciliado na Cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, na Alameda Casa Branca, 492, apto. 81, doravante denominado “José Eduardo Machado”;
- (b)** Mônica Bardella Revorêdo de Almeida Machado, brasileira, casada, empresária, portadora da Cédula de Identidade R.G. n.º 6.696.008 e inscrita no CPF. sob o nº 893.163.398-04, residente e domiciliada na Cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, na Alameda Casa Branca, 492, apto. 81, doravante denominada “Mônica Machado” e, em conjunto com José Eduardo Machado, “Grupo Machado”;
- (c)** José Rubens de Macedo Soares Sobrinho, brasileiro, casado, advogado, portador da Cédula de Identidade R.G. n.º 4.938.532 e inscrito no CPF. sob n.º 672.517.308-04, residente e domiciliado na Cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, na Rua Antonio José da Silva, 48, doravante denominado “José Rubens Soares”;
- (d)** Sandra Bardella Revorêdo de Macedo Soares, brasileira, casada, publicitária, portadora da Cédula de Identidade R.G. n.º 5.605.337 e inscrita no C.P.F. sob o n.º 046.449.658-63, residente e domiciliada na Cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, na Rua Antônio José da Silva, 48, doravante denominada “Sandra Soares” e, em conjunto com José Rubens Soares, “Grupo Soares”,
- (e)** José Sebastião Baptista Puoli, brasileiro, casado, advogado, portador da Cédula de Identidade RG. nº 6.729.455 e inscrito no C.P.F. sob o n.º 021.433.748-01, residente e domiciliado na Cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, na Rua Caconde, 471, 11º andar, doravante denominado “José Puoli”,
- (f)** Patrícia Bardella de Revorêdo Puoli, brasileira, casada, empresária, portadora da Cédula de Identidade RG. nº 8.471.168 e inscrita no C.PF. sob o nº 074.764.038-60, residente e domiciliada na Cidade de São Paulo,

15.8 - Outras Informações Relevantes - Controle E Grupo Econômico

Estado de São Paulo, na Rua Caconde, 471, 11º andar, doravante denominada “Patrícia Puoli” e, em conjunto com José Puoli, “Grupo Puoli”;

Todos em conjunto doravante denominados “Partes”,

CONSIDERANDO QUE as Partes celebraram um Acordo de Acionistas datado de 25 de março de 2003, renovado por aditamentos, sendo o ultimo datado em 22 de março de 2018;

CONSIDERANDO QUE as Partes desejam extinguir todos os efeitos e relações decorrentes do Acordo de Acionistas;

RESOLVEM as Partes, de comum acordo, firmar o presente Instrumento Particular de Distrato do Acordo de Acionistas (Distrato”), nos termos e para os fins do artigo 472 da Lei nº 10.406 de 10 de janeiro de 2002, conforme alterada (“Código Civil”), e do artigo 118 da Lei nº 6.404, de 15 de dezembro de 1976, conforme alterada (“Lei das Sociedades por Ações”), de acordo com os seguintes termos e condições:

CLÁUSULA 1ª

EXTINÇÃO DO ACORDO DE ACIONISTAS

1.1. Término do Acordo de Acionistas. Pelo presente Distrato, as Partes, de comum acordo, realizam a rescisão do Acordo de Acionistas, o qual deixa de produzir quaisquer efeitos, de fato ou de direito, extinguindo-se, a partir da presente data, todos os direitos, pretensões, faculdades, poderes, imunidades, deveres, obrigações, sujeições, ações, exceções ônus e expectativas decorrentes do Acordo de Acionistas.

CLÁUSULA 2ª

QUITAÇÃO

2.1. Quitação. As Partes declaram não existir quaisquer pendências, dívidas ou obrigações exigíveis entre si em relação ao Acordo de Acionistas, pelo que se dão, mutuamente, a mais ampla, plena, geral, irrevogável e irreatável quitação, para nada mais exigirem entre si, a qualquer tempo, sob qualquer título ou pretexto, em Juízo ou fora dele.

CLÁUSULA 3ª

ARQUIVAMENTO E REGISTRO

15.8 - Outras Informações Relevantes - Controle E Grupo Econômico

3.1. Arquivamento. Uma cópia do presente Distrato será arquivada, nos termos e para os fins do artigo 472 do Código Civil e do artigo 118 da Lei das Sociedades por Ações, na sede da Companhia que deverá tomar todas as medidas para registrar no Livro de Registro de Ações Nominativas da Companhia a desvinculação das ações de emissão da Companhia ao Acordo de Acionistas em decorrência e nos termos deste instrumento de Rescisão.

3.2. Registro. A extinção do Acordo de Acionistas por força do presente Distrato deverá ser averbada nos livros da instituição financeira prestadora dos serviços de escrituração das ações da Companhia, que deverá tomar todas as medidas para registrar no Livro de Registro de Ações Nominativas da Companhia a desvinculação das ações de emissão da Companhia ao Acordo de Acionistas em decorrência e nos termos deste Instrumento de Rescisão.

CLÁUSULA 4ª

DISPOSIÇÕES GERAIS

4.1. Irrevogabilidade. O presente instrumento é firmado em caráter irrevogável, obrigando as Partes e seus sucessores a qualquer título.

4.2. Vigência. Este Distrato entra em vigor na presente data, ficando extinto, a partir de agora, todo e qualquer efeito do Acordo de Acionistas, independentemente de qualquer formalidade adicional.

4.3. Independência das Disposições. Caso alguma disposição deste Distrato seja declarada nula, a referida nulidade não atingirá os demais termos e condições, que permanecerão íntegros e válidos, produzindo seus respectivos efeitos. A disposição declarada nula poderá ser substituída, de comum acordo, por outra que reflita a real intenção das Partes quando da assinatura do presente instrumento.

4.4. Lei aplicável. O presente Distrato será regido, interpretado e executado de acordo com as leis da República Federativa do Brasil.

E por estarem assim justas e contratadas, as Partes assinam este instrumento em 3 (três) vias de igual teor e efeito, juntamente com as 2 (duas) testemunhas abaixo indicadas.

São Paulo, 17,de julho de 2019.

José Eduardo Carvalho de Almeida Machado

Mônica Bardella Revorêdo de Almeida Machado

15.8 - Outras Informações Relevantes - Controle E Grupo Econômico

José Rubens de Macedo Almeida Machado

Sandra Bardella Revorêdo de Macedo Soares

José Sebastião Baptista Puoli

Patricia Bardella de Revorêdo Puoli

Testemunhas:

Nome:
R.G

2.

Nome:
R.G

16.1 - Descrição Das Regras, Políticas E Práticas do Emissor Quanto À Realização de Transações Com Partes Relacionadas

16.1 Transações partes relacionadas

Os principais saldos de ativos e passivos existentes ao final do exercício, assim como as transações que influenciaram o resultado, relativas a operações com partes relacionadas, decorrem de transações da Companhia com suas controladas e controlada em conjunto.

As principais operações realizadas referem-se a:

- *Contratos de mútuo* - Referem-se a empréstimos para capital de giro e são contratados entre 100% e 110% da taxa média diária do CDI, pelo prazo de necessidade das tomadoras;
- Na Demonstração dos Fluxos de Caixa, o valor dos juros contidos nos pagamentos e recebimentos decorrentes de contratos de mútuo, estão alocados nas atividades de financiamentos e de investimentos, respectivamente.
- *Vendas de produtos e serviços* - As transações são feitas considerando condições específicas pactuadas entre as partes e, quando envolvem terceiros como destinatários finais, são efetuadas de acordo com os parâmetros fixados nos contratos com os clientes finais, o que inclui adiantamentos e valores em contas a receber;
- *Adiantamento a fornecedor e adiantamento a cliente* - As transações são feitas considerando condições específicas pactuadas entre as partes e, quando envolvem terceiros como destinatários finais, são efetuadas de acordo com os parâmetros fixados nos contratos com os clientes finais, o que inclui adiantamentos e valores em contas a receber;
- *Prestação de serviços administrativos e aluguéis* - A prestação de serviços administrativos entre as partes é cobrada mensalmente, de acordo com o rateio de custos efetivos. Os aluguéis de bens móveis e imóveis são cobrados mensalmente respeitando valores específicos acordados entre as partes;
- *Avais, fianças e hipotecas concedidas em favor das controladas e controlada em conjunto* – Não existem avais, fianças e hipotecas concedidas pela Controladora às Controladas, em 31 de dezembro de 2018.

16.2 - Informações Sobre as Transações Com Partes Relacionadas

Parte relacionada	Data transação	Montante envolvido (Reais)	Saldo existente	Montante (Reais)	Duração	Empréstimo ou outro tipo de dívida	Taxa de juros cobrados
Duraferro Indústria e comércio Ltda.	31/12/2018	13.166.000,00	13.166.000,00		Até a entrega dos bens e serviços.	NÃO	0,000000
Relação com o emissor	Controlada						
Objeto contrato	Aquisição de partes, peças e serviços.						
Garantia e seguros	Não há.						
Rescisão ou extinção	Entrega dos bens e serviços.						
Natureza e razão para a operação	Aquisição de partes, peças e serviços industriais. A Controlada é fabricante de partes e peças de equipamentos fabricados pela Bardella e é competitiva para o fornecimento desses bens.						
Posição contratual do emissor	Devedor						
Especificar							
Barefame Instalações Industriais Ltda	02/07/2001	36.340.000,00	36.340.000,00		Prazo indeterminado.	SIM	100,000000
Relação com o emissor	Controlada (100% de participação)						
Objeto contrato	Contrato de Mútuo (Ativo).						
Garantia e seguros	Não há.						
Rescisão ou extinção	Pagamento integral da dívida.						
Natureza e razão para a operação	- natureza e razões para a operação: o mútuo visa suprir necessidade de capital de giro da controlada ; - taxa de juros cobrada taxa de juros 100% do CDI.						
Posição contratual do emissor	Credor						
Especificar							
Bardella Administradora de Bens e Empresas e Corretora de Seguros Ltda.	02/07/2001	23.825.000,00	23.825.000,00		Prazo indeterminado.	SIM	100,000000
Relação com o emissor	Controladora (100% de participação).						

16.2 - Informações Sobre as Transações Com Partes Relacionadas

Parte relacionada	Data transação	Montante envolvido (Reais)	Saldo existente	Montante (Reais)	Duração	Empréstimo ou outro tipo de dívida	Taxa de juros cobrados
Objeto contrato	Contrato de Mútuo (Passivo).						
Garantia e seguros	Não há.						
Rescisão ou extinção	Pagamento integral da dívida.						
Natureza e razão para a operação	O mútuo visa suprir necessidade de capital de giro da Controladora ; taxa de juros cobrada 100% do CDI.						
Posição contratual do emissor	Devedor						
Especificar							
Barefame Instalações Industriais Ltda	31/12/2018	3.632.000,00	3.632.000,00			NÃO	0,000000
Relação com o emissor	Controlada 100%						
Objeto contrato	Fornecimento de materias de montagem.						
Garantia e seguros	Não há.						
Rescisão ou extinção	Conclusão dos serviços						
Natureza e razão para a operação	Fornecimento de materiais de montagem faturados.						
Posição contratual do emissor	Credor						
Especificar							
IMMA – Indústria Metalúrgica e Mecânica da Amazônia Ltda.	31/12/2018	2.987.000,00	2.987.000,00		Até a liquidação do contrato.	NÃO	0,000000
Relação com o emissor	Controlada em conjunto (50%)						
Objeto contrato	Fornecimento de partes e peças.						
Garantia e seguros	Não há.						
Rescisão ou extinção	Conclusão das entregas.						
Natureza e razão para a operação	Fornecimento de partes e peças faturadas.						

16.2 - Informações Sobre as Transações Com Partes Relacionadas

Parte relacionada	Data transação	Montante envolvido (Reais)	Saldo existente	Montante (Reais)	Duração	Empréstimo ou outro tipo de dívida	Taxa de juros cobrados
Posição contratual do emissor	Credor						
Especificar							
Energio Agro industrial Ltda.	15/09/2010	8.118.000,00	8.118.000,00			SIM	100,000000
Relação com o emissor	Controlada (100% de participação)						
Objeto contrato	Contrato de Mútuo (Passivo)						
Garantia e seguros	Não há.						
Rescisão ou extinção	Pagamento integral da dívida.						
Natureza e razão para a operação	- natureza e razões para a operação: o mútuo visa suprir necessidade de capital de giro da Controladora; taxa de juros cobrada 100% do CDI.						
Posição contratual do emissor	Devedor						
Especificar							
IMMA – Indústria Metalúrgica e Mecânica da Amazônia Ltda.	01/01/2016	33.283.000,00	33.283.000,00		Prazo Indeterminado.	SIM	100,000000
Relação com o emissor	Controlada com 50 % de participação						
Objeto contrato	Contrato de Mútuo (Passivo).						
Garantia e seguros	Não há.						
Rescisão ou extinção	Pagamento integral da dívida.						
Natureza e razão para a operação	O mútuo visa suprir necessidade de capital de giro da Controladora; taxa de juros cobrada 110% do CDI.						
Posição contratual do emissor	Devedor						
Especificar							
Claudio Bardella	28/12/2015	20.641.000,00	20.641.000,00		Últmo vencimento em 30/11/2020.	SIM	100,000000
Relação com o emissor	Controle indireto.						

16.2 - Informações Sobre as Transações Com Partes Relacionadas

Parte relacionada	Data transação	Montante envolvido (Reais)	Saldo existente	Montante (Reais)	Duração	Empréstimo ou outro tipo de dívida	Taxa de juros cobrados
Objeto contrato	Contrato de Mútuo (Passivo).						
Garantia e seguros	Não há.						
Rescisão ou extinção	Pagamento integral da dívida.						
Natureza e razão para a operação	O mútuo visa suprir a necessidade de capital de giro da Controladora; taxa de juros cobrada 105,74% do CDI.						
Posição contratual do emissor	Devedor						
Especificar							
Barefame Instalações Industriais Ltda	31/12/2015	46.497.000,00	46.497.000,00		Até o término do fornecimento dos serviços.	NÃO	0,000000
Relação com o emissor	Controlada (100%)						
Objeto contrato	Fornecimento de serviços de montagem industrial						
Garantia e seguros	Não há.						
Rescisão ou extinção	Conclusão dos serviços.						
Natureza e razão para a operação	Adiantamento de recursos para fornecimento de serviço.						
Posição contratual do emissor	Credor						
Especificar							
Duraferro Indústria e comércio Ltda.	31/12/2018	16.184.000,00	16.184.000,00		Até a conclusão e entrega dos bens e serviços.	NÃO	0,000000
Relação com o emissor	Controlada						
Objeto contrato	Fornecimento de partes, peças e serviços de industrialização.						
Garantia e seguros	Não há.						
Rescisão ou extinção	Entrega dos bens e serviços.						
Natureza e razão para a operação	Adiantamento a fornecedores para fornecimento de partes, peças e serviços						

16.2 - Informações Sobre as Transações Com Partes Relacionadas

Parte relacionada	Data transação	Montante envolvido (Reais)	Saldo existente	Montante (Reais)	Duração	Empréstimo ou outro tipo de dívida	Taxa de juros cobrados
Posição contratual do emissor	Credor						
Especificar							

16.3 - Identificação Das Medidas Tomadas Para Tratar de Conflitos de Interesses E Demonstração do Caráter Estritamente Comutativo Das Condições Pactuadas ou do Pagamento Compensatório Adequado

16.3 – Identificação das medidas tomadas para tratar de conflitos de interesses e demonstração do caráter estritamente comutativo das condições pactuadas ou do pagamento compensatório adequado.

As taxas de juros dos contratos de mútuo são pactuadas nos respectivos contratos e são atreladas às taxas do CDI.

16.4 - Outras Informações Relevantes - Transações Com Partes Relacionadas

16.4 – Outras informações relevantes

Não aplicável.

17.1 - Informações Sobre O Capital Social

Data da autorização ou aprovação	Valor do capital (Reais)	Prazo de integralização	Quantidade de ações ordinárias (Unidades)	Quantidade de ações preferenciais (Unidades)	Quantidade total de ações (Unidades)
Tipo de capital	Capital Emitido				
23/04/2001	116.800.000,00	Integralizado	607.192	992.808	1.600.000
Capital social por classe de ações		Outros títulos conversíveis em ações			
Classe de ação preferencial	Quantidade de ações (Unidades)	Título	Condições para conversão		
Preferencial Classe A	992.808	NÃO APLICÁVEL	Não aplicável		

17.2 - Aumentos do Capital Social

Justificativa para o não preenchimento do quadro:

Não aplicável.

17.3 - Informações Sobre Desdobramentos, Grupamentos E Bonificações de Ações

Justificativa para o não preenchimento do quadro:

Não aplicável.

17.4 - Informações Sobre Reduções do Capital Social

Justificativa para o não preenchimento do quadro:

Não aplicável.

17.5 - Outras Informações Relevantes

17.5 Outras inf. Relevantes Capital Social

Não aplicável.

18.1 - Direitos Das Ações

Espécie de ações ou CDA	Ordinária
Tag along	0,000000
Direito a dividendos	- os acionistas têm direito a receber como dividendo obrigatório, em cada exercício, no mínimo 25% (vinte e cinco por cento) do lucro líquido ajustado nos termos do artigo 202 da Lei 6.404/76 com a redação que lhe foi dada pela Lei nº 10.303/01, ressalvados os direitos das ações preferenciais.
Direito a voto	Pleno
Conversibilidade	Não
Direito a reembolso de capital	Não
Restrição a circulação	Não
Resgatável	Não
Hipóteses de resgate e fórmula de cálculo do valor de resgate	
Condições para alteração dos direitos assegurados por tais valores mobiliários	Não aplicável
Outras características relevantes	- o direito de reclamar dividendos prescreve em 3 (três) anos contados da data em que foi aprovada a distribuição.
Espécie de ações ou CDA	Preferencial
Tag along	0,000000
Direito a dividendos	- prioridade na distribuição de dividendos mínimos de 8% (oito por cento) ao ano, calculados sobre o respectivo capital e não cumulativos; - participação proporcional nos aumentos de capital na forma da legislação vigente; - os acionistas têm direito a receber como dividendo obrigatório, em cada exercício, no mínimo 25% (vinte e cinco por cento) do lucro líquido ajustado nos termos do artigo 202 da Lei 6.404/76 com a redação que lhe foi dada pela Lei nº 10.303/01, ressalvados os direitos das ações preferenciais.
Direito a voto	Sem Direito
Conversibilidade	Não
Direito a reembolso de capital	Não
Restrição a circulação	Não
Resgatável	Não
Hipóteses de resgate e fórmula de cálculo do valor de resgate	
Condições para alteração dos direitos assegurados por tais valores mobiliários	Não aplicável
Outras características relevantes	- o direito de reclamar dividendos prescreve em 3 (três) anos contados da data em que foi aprovada a distribuição.

18.2 - Descrição de Eventuais Regras Estatutárias Que Limitem O Direito de Voto de Acionistas Significativos ou Que os Obriguem A Realizar Oferta Pública

18.2 – Regras Estatutárias

Não aplicável.

18.3 - Descrição de Exceções E Cláusulas Suspensivas Relativas A Direitos Patrimoniais ou Políticos Previstos no Estatuto

18.3 - Suspensão de direitos

Não aplicável.

18.4 - Volume de Negociações E Maiores E Menores Cotações Dos Valores Mobiliários Negociados**Exercício social 31/12/2018**

Trimestre	Valor Mobiliário	Espécie	Classe	Mercado	Entidade administrativa	Volume financeiro negociado (Reais)	Valor maior cotação (Reais)	Valor menor cotação (Reais)	Fator cotação	Valor média cotação (Reais)
31/03/2018	Ações	Preferencial		Bolsa	BM&FBOVESPA S.A. - Bolsa de Valores, Mercadorias e Futuros	790.921	29,00	24,80	R\$ por Unidade	27,22
30/06/2018	Ações	Preferencial		Bolsa	BM&FBOVESPA S.A. - Bolsa de Valores, Mercadorias e Futuros	363.142	24,50	19,01	R\$ por Unidade	21,56
30/09/2018	Ações	Preferencial		Bolsa	BM&FBOVESPA S.A. - Bolsa de Valores, Mercadorias e Futuros	183.409	20,50	17,60	R\$ por Unidade	18,91
31/12/2018	Ações	Preferencial		Bolsa	BM&FBOVESPA S.A. - Bolsa de Valores, Mercadorias e Futuros	496.532	19,99	17,50	R\$ por Unidade	18,48

Exercício social 31/12/2017

Trimestre	Valor Mobiliário	Espécie	Classe	Mercado	Entidade administrativa	Volume financeiro negociado (Reais)	Valor maior cotação (Reais)	Valor menor cotação (Reais)	Fator cotação	Valor média cotação (Reais)
31/03/2017	Ações	Preferencial		Bolsa	BM&FBOVESPA S.A. - Bolsa de Valores, Mercadorias e Futuros	748.550	36,00	32,51	R\$ por Unidade	35,41
30/06/2017	Ações	Preferencial		Bolsa	BM&FBOVESPA S.A. - Bolsa de Valores, Mercadorias e Futuros	1.359.873	34,00	31,00	R\$ por Unidade	32,08
30/09/2017	Ações	Preferencial		Bolsa	BM&FBOVESPA S.A. - Bolsa de Valores, Mercadorias e Futuros	375.434	35,50	33,00	R\$ por Unidade	34,54
31/12/2017	Ações	Preferencial		Bolsa	BM&FBOVESPA S.A. - Bolsa de Valores, Mercadorias e Futuros	612.191	33,20	29,77	R\$ por Unidade	31,29

Exercício social 31/12/2016

Trimestre	Valor Mobiliário	Espécie	Classe	Mercado	Entidade administrativa	Volume financeiro negociado (Reais)	Valor maior cotação (Reais)	Valor menor cotação (Reais)	Fator cotação	Valor média cotação (Reais)
31/03/2016	Ações	Preferencial		Bolsa	BM&FBOVESPA S.A. - Bolsa de Valores, Mercadorias e Futuros	740.983	38,40	32,00	R\$ por Unidade	35,28
30/06/2016	Ações	Preferencial		Bolsa	BM&FBOVESPA S.A. - Bolsa de Valores, Mercadorias e Futuros	692.920	38,00	29,00	R\$ por Unidade	31,81
30/09/2016	Ações	Preferencial		Bolsa	BM&FBOVESPA S.A. - Bolsa de Valores, Mercadorias e Futuros	567.687	35,00	28,50	R\$ por Unidade	32,80
31/12/2016	Ações	Preferencial		Bolsa	BM&FBOVESPA S.A. - Bolsa de Valores, Mercadorias e Futuros	223.728	40,00	32,75	R\$ por Unidade	36,97

18.5 - Outros Valores Mobiliários Emitidos no Brasil

Justificativa para o não preenchimento do quadro:

Não aplicável.

18.5.a - Número de Titulares de Valores Mobiliários

Justificativa para o não preenchimento do quadro:

Não aplicável.

18.6 - Mercados Brasileiros em Que Valores Mobiliários São Admitidos À Negociação

18.6 – Mercados brasileiros de Negociação

B3 S.A. – Brasil, Bolsa, Balcão.

18.7 - Informação Sobre Classe E Espécie de Valor Mobiliário Admitida À Negociação em Mercados Estrangeiros

Justificativa para o não preenchimento do quadro:

Não aplicável.

18.8 - Títulos Emitidos no Exterior

Justificativa para o não preenchimento do quadro:

Não aplicável.

18.9 - Ofertas Públicas de Distribuição

18.9 Ofertas públicas de distribuição

Não aplicável.

18.10 - Destinação de Recursos de Ofertas Públicas

18.10 – Destinação de Recursos de Ofertas Públicas

Não aplicável.

18.11 - Ofertas Públicas de Aquisição

18.11 - Ofertas Pública de Aquisição

Não aplicável.

18.12 - Outras Inf. Relev. - Val. Mobiliários

18.12 – Outras inf. Relevantes – Valores Mobiliários

Não aplicável.

19.1 - Informações Sobre Planos de Recompra de Ações do Emissor

Justificativa para o não preenchimento do quadro:

Não aplicável.

19.2 - Movimentação Dos Valores Mobiliários Mantidos em Tesouraria

Justificativa para o não preenchimento do quadro:

Não aplicável.

19.3 - Outras Inf. Relev. - Recompra/tesouraria

19.3 – Outras inf. Relev. – recompra/tesouraria

Não Aplicável.

20.1 - Informações Sobre A Política de Negociação de Valores Mobiliários

Data aprovação

26/06/2002

Órgão responsável pela aprovação Conselho de Administração

Cargo e/ou função

A própria Companhia, acionista controlador, diretores, membros do Conselho de Administração, do Conselho Fiscal, gerentes de áreas, empregados e prestadores de serviços da Companhia que por condição natural do trabalho obtenham acesso a informações privilegiadas, extensível aos cônjuges dos quais tais pessoas não estejam separadas de fato ou judicialmente, bem como companheiros (as), ascendentes e descendentes.

Principais características e locais de consulta

Artigo 6º - Veda a negociação com valores mobiliários de emissão da Companhia:

- a. antes da divulgação ao mercado de ato ou fato relevante ocorrido nos negócios da Companhia em observância das Políticas de Divulgação de Ato ou Fato Relevante; ou
- b. sempre que estiver em curso a aquisição ou alienação de ações de emissão da Companhia, suas controladas e coligadas ou houver sido outorgada opção ou mandato para o mesmo fim; ou
- c. existir a intenção de promover incorporação, cisão total ou parcial, fusão, transformação ou reorganização societária; ou
- d. no período de até 15 (quinze) dias anterior à divulgação das informações trimestrais e anuais (DFP e IAN/Formulário de Referência) da Companhia.

Parágrafo 2º do Artigo 6º - As pessoas vinculadas deverão consultar previamente o Diretor de Relações com Investidores sobre a oportunidade de negociação dos valores mobiliários

Artigo 8º - O Conselho de Administração não poderá deliberar sobre a aquisição ou alienação de ações de emissão da própria companhia na hipótese prevista no artigo 14 da Instrução CVM n. 358.

Períodos de vedação e descrição dos procedimentos de fiscalização Artigo 7º - As pessoas vinculadas deverão observar as vedações e obrigações constantes da Política de Negociação de Valores Mobiliários de Emissão da Companhia, pelo prazo de 2 (dois) anos após o término de seu vínculo com a Companhia.

Artigo 9º - As pessoas vinculadas devem aderir formal e expressamente aos termos previstos nesta política por meio de assinatura do "Termo de Adesão" providenciado pelo Diretor de Relações com Investidores.

Artigo 10º - Responderá por perdas e danos a pessoa que infringir qualquer disposição das Políticas de Divulgação de Fato Relevante ou de Negociação de Valores Mobiliários.

Parágrafo único do Artigo 10 - Em sendo o infrator empregado da Companhia, a infração será considerada também como justa causa para rescisão do contrato de trabalho.

A fiscalização é feita através de monitoramento das negociações efetuadas.

20.2 - Outras Informações Relevantes

20.2 – Outras Inf. Relevantes – Política negociação

Não aplicável.

21.1 - Descrição Das Normas, Regimentos ou Procedimentos Internos Relativos À Divulgação de Informações

21.1 – Normas, regimentos ou procedimentos

A redação e a publicação está a cargo do Diretor de Relações com Investidores.

21.2 - Descrição da política de divulgação de ato ou fato relevante e dos procedimentos relativos à manutenção de sigilo sobre informações relevantes não divulgadas

21.2 – Descrição – Política de divulgação

POLÍTICA DE DIVULGAÇÃO DE ATO OU FATO RELEVANTE

Art. 1º - Para os fins de aplicação desta política, deverá ser observada a definição de ato ou fato relevante disposta no artigo 2º da Instrução CVM n. 358 e ainda todo e qualquer ato ou fato assim declarado pelo Conselho de Administração da Companhia.

Art. 2º - Caberá ao Diretor de Relações com Investidores divulgar e comunicar à CVM e à Bolsa de Valores de São Paulo, ato ou fato relevante ocorrido ou relacionado aos seus negócios da Companhia, bem como, zelar pela sua ampla, equitativa e imediata disseminação.

Parágrafo Primeiro – O acionista controlador, diretores, membros do Conselho de Administração, do Conselho Fiscal, os gerentes de área, empregados e prestadores de serviços da Companhia que por condição natural do trabalho obtenham acesso a informações privilegiadas, deverão comunicar qualquer ato ou fato relevante de que tenham conhecimento ao Diretor de Relações com Investidores, que promoverá sua divulgação após submeter o caso à apreciação do Conselho de Administração.

Parágrafo Segundo – A obrigação do parágrafo anterior é extensível aos cônjuges dos quais tais pessoas não estejam separadas de fato ou judicialmente, bem como companheiros (as), ascendentes e descendentes.

Parágrafo Terceiro – O Diretor de Relações com Investidores deverá obter prévia autorização do Conselho de Administração para a divulgação de qualquer ato ou fato relevante de seu conhecimento.

Art. 3º - O Diretor de Relações com Investidores deverá observar quanto à forma e momento de divulgação do ato ou fato relevante o disposto nos parágrafos 3º, 4º e 5º do artigo 3º e no artigo 5º da Instrução CVM n. 358.

Art. 4º - Os atos ou fatos relevantes podem deixar de ser revelados se sua divulgação puder colocar em risco interesse legítimo da Companhia, nos termos do parágrafo 5º do artigo 157 da Lei das Sociedades Anônimas e do artigo 6º da Instrução CVM n. 358.

Parágrafo Único – Para fins de aplicação deste artigo, o Conselho de Administração será o órgão responsável pela decisão de não divulgação.

Art. 5º - É extensível aos gerentes de área, empregados e prestadores de serviços da Companhia que por condição natural do trabalho obtenham acesso a informações privilegiadas, as obrigações e vedações contidas no artigo 155 da Lei das Sociedades Anônimas e nos artigos 8º, 11 e 13 da Instrução CVM n. 358 modificada pela Instrução CVM n. 369.

Disposições Gerais

Art. 9º - As pessoas mencionadas nos parágrafos 1º e 2º do Artigo 1º e no artigo 6º destas políticas, deverão aderir formal e expressamente aos termos previstos nesta política por meio de assinatura do “Termo de Adesão” providenciado pelo Diretor de Relações com Investidores.

Art. 10º - Responderá por perdas e danos a pessoa que infringir qualquer disposição das Políticas de Divulgação de Fato Relevante ou de Negociação de Valores Mobiliários.

Parágrafo único - Em sendo o infrator empregado da Companhia, a infração será considerada também como justa causa para rescisão do contrato de trabalho.

21.2 - Descrição da política de divulgação de ato ou fato relevante e dos procedimentos relativos à manutenção de sigilo sobre informações relevantes não divulgadas

Art. 12º - Para fins de orientação, sempre que houver dúvidas a respeito de qualquer aspecto das Políticas de Divulgação de Ato ou Fato Relevante e de Negociação de Valores Mobiliários da Companhia, o interessado deverá contatar o Diretor de Relações com Investidores da Companhia a fim de sanar tal dúvida.

Art. 13º - Estas políticas foram aprovadas pelo Conselho de Administração da Companhia e qualquer alteração ou revisão somente será efetuada pelo Conselho.

Art. 14º - Os casos omissos serão resolvidos pelo Diretor de Relações com Investidores “ad referendum” do Conselho de Administração.

Obs.: Os artigos 6º a 8º referem-se à Política de Negociação de Valores Mobiliários da Companhia, conforme mencionado no item 20.1.

21.3 - Administradores Responsáveis Pela Implementação, Manutenção, Avaliação E Fiscalização da Política de Divulgação de Informações

21.3 Administradores responsáveis pela implementação, manutenção, avaliação e fiscalização da política de divulgação de informações

José Roberto Mendes da Silva – Diretor de Relações com Investidores (artigo 11 da Política de Divulgação de Ato ou Fato Relevante e de Negociação de Valores Mobiliários da Companhia).

21.4 - Outras Informações Relevantes

21.4 Outras informações relevantes

Não aplicável.